

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VINÍCIUS OLIVEIRA SANTOS

**CATEGORIAS MARXIANAS FUNDAMENTAIS PARA O ESTUDO DO
TRABALHO IMATERIAL**

**CAMPINAS
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

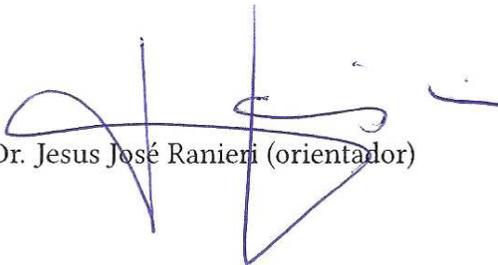
VINÍCIUS OLIVEIRA SANTOS

**CATEGORIAS MARXIANAS FUNDAMENTAIS PARA O ESTUDO DO
TRABALHO IMATERIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Jesus José Ranieri, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/03/2012.

Prof. Dr. Jesus José Ranieri (orientador)



**CAMPINAS
MARÇO / 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Sa59c Santos, Vinícius Oliveira, 1986-
Categorias marxianas fundamentais para o estudo do
trabalho imaterial / Vinícius Oliveira Santos. - - Campinas,
SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Jesus José Ranieri.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Trabalho. 3. Teoria da
valorização. 4. Sociologia do trabalho. I. Ranieri, Jesus
José, 1965- II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Fundamental Marxian categories for the study of immaterial labor.

Palavras-chave em inglês:

Labour

Value theory

Sociology of labor

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Jesus José Ranieri [Orientador]

Ricardo Luiz Coltro Antunes

Henrique José Domiciano Amorim

Data da defesa: 29-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

VINÍCIUS OLIVEIRA SANTOS

**CATEGORIAS MARXIANAS FUNDAMENTAIS PARA O ESTUDO DO
TRABALHO IMATERIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Jesus José Ranieri.

Este exemplar corresponde à versão preliminar da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/03/2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jesus José Ranieri – Orientador (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim (EFLCH/UNIFESP)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (IFCH/UNICAMP)

SUPLENTE:

Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Edilson José Graciolli (INCIS/UFU)

CAMPINAS

2011

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho a partir da dedicação exclusiva à pesquisa não teria sido possível sem o financiamento do CNPq (no primeiro ano da pesquisa) e da FAPESP (no segundo ano da pesquisa). Assim, salientamos nossa gratidão a tais agências.

À minha mãe Rosimar, meu pai Bolivar, meu irmão Vítor pelo carinho, apoio, compreensão, e pela base firme e incontestável.

Ao Prof. Jesus Ranieri, orientador deste trabalho, pelos proveitosos ensinamentos da teoria marxiana nas reuniões do Grupo de Estudos sobre O Capital, na disciplina ministrada sobre Marx, e nas conversas de orientação. Sem eles, não seria possível realizar este trabalho. Os capítulos da presente dissertação foram delineados a partir de trocas de ideias sempre muito ricas, estabelecidas desde o início de nossa pesquisa. Além do meu muito obrigado, minha admiração!

A todos os colegas do Grupo de Estudos sobre O Capital por criarem um ambiente propício para a fruição de inspiradoras interpretações de Marx.

Aos Professores Henrique Amorim e Ricardo Antunes, por terem aceitado participar da banca examinadora. Os apontamentos feitos no exame de qualificação foram fundamentais para a constituição deste trabalho, bem como para a separação de temáticas que não caberia abordar no atual momento. Tive ainda a oportunidade de cursar uma disciplina com o Prof. Ricardo Antunes que balizou muitos pontos de nossa pesquisa.

À Maria Christina, secretária do programa, pela paciência, simpatia e pela ajuda inestimável nos trâmites formais desta pesquisa.

Ao Prof. Edilson Graciolli, amigo e orientador de minha pesquisa na graduação, pelos sábios ensinamentos que me iniciaram nos caminhos da teoria marxiana e da sociologia do trabalho. Sou grato também pelo companheirismo fornecido nos embates políticos. A ele, meu respeito e admiração. Apesar da distância, também gostaria de agradecer ao grupo liderado por este professor (Grupo de Pesquisa Trabalhadores, Sindicalismo e Política), dentro do qual desenvolvi minha primeira atividade de pesquisa.

Ao Prof. Paulo Gomes, pela amizade, pelos momentos boêmios, e por ter me acompanhado na leitura de O Capital durante a graduação, tocando em pontos que possibilitaram uma interpretação fundamentada da obra.

Aos Professores Adalberto Paranhos, Sérgio Tavolaro e Eliane Ferreira, pelos incentivos inesquecíveis que me deram dentro dos temas das ciências sociais.

Ao mestre e amigo Gilberto Pereira da Silva pelo grande apoio, exemplo pessoal e amizade.

Aos membros da “escola de Uberlândia” que agora aprimoram os conhecimentos em terras campineiras: Marcílio Lucas, Rafael Toitio, Raphael Machado & Natasha Rezek, e Sheyla Diniz, pelos diversos momentos vividos.

À família da República Área 51, pela companhia cotidiana e pelos fortes laços de amizade que daí resultaram.

Aos queridos amigos e amigas: Felipe Silva, Giovana Montezelo, Henrique Pasti, Igor Figueiredo, Igor Pizzotti, Lívia Moraes, Lúcio Mário, Nara Roberta, Omar Escamilla, Renata Silva, Rodrigo Dantas, Sávio Cavalcante por terem contribuído de diferentes formas para este trabalho.

“Devemos utilizar os sentimentos revolucionários de um modo que corresponda às novas circunstâncias.”

Karl Marx: Cartas a Kugelmann

RESUMO

A presente pesquisa anseia apreender determinados elementos fundamentais na obra de Karl Marx que elucidam questões pertinentes para o estudo do trabalho imaterial no capitalismo. Além de isoladas menções diretas a este tipo de trabalho, há em Marx categorias e conceitos que municiam uma análise do trabalho imaterial, tais como: trabalho produtivo e improdutivo, a noção ampliada de indústria, o trabalho vendido como serviço, o tempo de rotação do capital, etc.. Tomaremos como objeto não toda a obra do autor, mas as contribuições delineadas em *O capital* e no *Capítulo VI inédito de O capital*. Os nexos entre as categorias acima mencionadas instituem uma compreensão fundamentada da imaterialidade do trabalho. Isto significa que a teoria de Marx obtém êxito explicativo mediante as mutabilidades do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Marx, Karl (1818 - 1883); Trabalho; Teoria da valorização; Sociologia do Trabalho.

ABSTRACT

This research longs to grasp some elements in the work of Karl Marx to clarify pertinent issues to study the immaterial labor in capitalism. In addition to isolated entries about this kind of work, in Marx's theory, we saw categories and concepts that bases an analysis of immaterial labor, such as productive and unproductive labor, the expanded notion of industry, the work sold as a service, the turnaround time of capital etc. The object of this work is not all the author's work, but the contributions outlined in Capital and in Chapter VI Unpublished. The connections between these categories establish an important understanding about the immateriality of the work. This means that Marx's theory explains the changes of contemporary capitalism.

Keywords: Marx, Karl (1818 – 1883); Labour; Value theory; Sociology of labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo I: Elementos básicos da teoria marxiana do valor para o debate sobre trabalho imaterial: a questão da quantificação do valor	23
1.1 – A apresentação do problema: a <i>quantificação do valor</i> do trabalho imaterial	23
1.2 – Teoria do valor e quantitativismo	33
1.3 – O pseudo-problema da quantificação do valor em O Capital	38
Capítulo II – A abrangência do <i>trabalho produtor de valor</i> e o trabalho imaterial: a categoria marxiana de trabalho produtivo.	51
2.1 – As conexões teóricas entre trabalho produtivo e (i)materialidade do resultado do trabalho antes de Marx	53
2.2 – Os três níveis conceituais do trabalho produtivo em Marx e o trabalho imaterial	61
2.2.1 – Primeiro nível: o processo de trabalho sob a forma de simples produção de valores de uso	62
2.2.2 – Segundo nível: o processo de trabalho na ordem do capital	69
2.2.2.1 – Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital	75
2.2.3 – Terceiro nível: a exploração da capacidade de trabalho socialmente combinada	83
Capítulo III – A produção capitalista e o trabalho imaterial	91
3.1 - A produção de valor para além da fábrica: a noção ampliada de indústria	91
3.2 – Tempo de produção, tempo de circulação e o caso da indústria de transportes	99
3.3 – O que revela a fórmula da indústria de transportes?	107
3.4 – Temas concernentes ao conceito de trabalho improdutivo	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado é continuação de um estudo iniciado no ano de 2009. Naquela ocasião, na pesquisa de iniciação científica cujo adensamento e extensão resultaram em uma monografia de final de curso, nossa preocupação foi analisar como diversos autores enxergam a imbricação entre as categorias de materialidade e imaterialidade do trabalho¹. O *espectro* da teoria de Karl Marx rondava todos os autores analisados, inclusive os avessos ao marxismo, que, por azar, se viram obrigados a fornecer novos instrumentos analíticos ao que julgavam representar o tûmulo da teoria marxiana: o trabalho imaterial, a preponderância dos serviços na produção mundial, as tecnologias da informação e comunicação, o crescimento das atividades intelectuais no âmbito da produção e outros pontos. Os críticos da teoria de Marx tentaram refutar, por exemplo, as categorias marxianas de valor, trabalho abstrato, mais-valia etc. Assim, desde nossa aproximação inicial na temática do trabalho imaterial, percebemos a *necessidade de examinar a teoria marxiana para buscar questões referentes a tal tema*. Analisar pelo menos parte da teoria social de Marx para estes fins não foi possível, dadas as preocupações que nos rodeavam naquele momento. Onde outrora paramos, é exatamente o ponto de partida do atual trabalho.

É certo que Karl Marx não delineou uma teoria sobre o trabalho imaterial, ou seja, este nunca constituiu um objeto delimitado de pesquisa na empreitada marxiana. No entanto, em meio ao denso percurso teórico efetuado por este autor, encontramos vários elementos para um diagnóstico do trabalho tomado em sua categoria de imaterialidade. Além de esparsas alusões a este tipo de trabalho (Marx mencionou diretamente tipos de trabalho com resultados não-materiais), existem construções teóricas sistematizadas que, a nosso ver, municiam uma *apreciação crítica do trabalho imaterial no capitalismo* e, por este motivo, merecem uma apreciação rigorosa: a categoria valor e sua objetividade social, a possibilidade do valor ser gerado em atividades imateriais, o caráter do trabalho sob o domínio do capital, o critério de Marx para definição das categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, o sentido de capital industrial e a noção ampliada de indústria, o trabalho vendido sob a forma de serviços, a importância das categorias de tempo de circulação e tempo de rotação. A nosso ver, ao construir tais teorizações por meio da exposição de categorias, Marx fornece elementos para

¹ Monografia defendida no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, em janeiro de 2010, sob o título “O debate atual acerca das categorias de materialidade e imaterialidade do trabalho: uma introdução à análise crítica.”

uma análise crítica do trabalho imaterial. Expor tais elementos é o objetivo central da presente pesquisa.

Em suma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre determinadas categorias marxianas que podem servir como fundamento para uma apreciação do trabalho imaterial. Esta é nossa proposta central. Os elementos que tratamos aqui são partes pertinentes da crítica da economia política levada a cabo por Marx que corporificam pressuposições distintas em relação à *teoria do trabalho imaterial*. Em outros termos, os postulados marxianos *que fundamentam uma análise sobre o trabalho imaterial estabelecem, ao mesmo tempo, pontos de distanciamento em relação à teoria do trabalho imaterial*. Portanto, tangencialmente a este objetivo principal, explicitaremos, de forma breve, as diferenças entre Marx e os autores que levaram a cabo *a originalidade do debate do trabalho imaterial enquanto teoria específica* (principalmente, Negri, Lazzarato e Gorz)², sem que a obra desses autores constitua parte de nosso objeto de pesquisa. Nosso objeto constitui-se de determinados elementos da teoria marxiana que podem ser utilizados para a análise do trabalho imaterial. Isto justifica nossa opção em tentar ser fiel à forma pela qual as questões aparecem no autor em detrimento de desenvolvimentos e reformulações contemporâneas de cunho marxista.

Para a realização da pesquisa, nos valem de uma parte bem definida da obra marxiana: nossos esforços serão canalizados para a apreciação teórica exposta, principalmente, em *O Capital* e no *Capítulo VI Inédito de O Capital*. A escolha de *O Capital* deve-se a alguns motivos: em primeiro lugar, esta é a obra mais atacada pelos teóricos do trabalho imaterial, seja pelo excessivo conteúdo objetivista (Lazzarato, 2006), seja pela suposta superação das categorias centrais ali presentes (valor, mais-valia, entre outros) devido aos elementos impulsionados pelo aumento da presença do trabalho imaterial na produção; em segundo lugar, notamos a ausência de uma análise específica de *O Capital* que procurasse extrair desta obra elementos sobre o trabalho imaterial. Tendo em vista o caráter teórico da pesquisa, a utilização de levantamento e revisão bibliográfica foram praticamente os únicos procedimentos formais da pesquisa.

² Tendo em vista esse recorte, para simplificar os termos da exposição deste trabalho, sempre que for mencionada a designação *teoria do trabalho imaterial* estaremos fazendo referência a tais autores. A falta de um termo adequado para abrigar esta vertente teórica nos levou a colocá-los sob esta expressão genérica. A riqueza do debate contemporâneo sobre o trabalho imaterial nos leva a reconhecer os limites desta delimitação. Além disso, não podemos deixar de salientar que a teoria de André Gorz possui importantes distanciamentos em relação às formulações de Negri e Lazzarato. Por isso, incluir Gorz no mesmo conjunto que Negri e Lazzarato, exige alguns cuidados. Considerando os temas debatidos aqui, as diferenças de Negri e Lazzarato em relação a Gorz não geram dissonâncias no nosso argumento, nem descaracterizam evidentes aproximações entre eles.

O sentido geral de nossa pesquisa é, a partir da bibliografia selecionada, aprofundar a análise das categorias marxianas que permitem uma averiguação sobre *trabalho imaterial* no contexto circunscrito pelo capitalismo. Nosso principal problema de investigação pode ser definido da seguinte forma: como as categorias marxianas expostas em *O Capital* levantam questões importantes para o estudo do trabalho imaterial? Desta forma, neste trabalho buscamos constatar a pertinência da teoria de Karl Marx no debate teórico sobre o trabalho imaterial, isto é, tentamos apurar que as formulações analíticas do autor fornecem elementos para entendermos as mutabilidades do trabalho no capitalismo contemporâneo. Tomamos como hipótese geral a possibilidade de encontrar em Marx uma base teórica para a compreensão da dinâmica atual do capitalismo – e aqui estão incluídas as temáticas referentes ao trabalho imaterial.

Em um de seus textos não publicados em vida, o Capítulo VI Inédito de *O Capital*, Marx, ao discorrer sobre os serviços e incluir determinadas atividades da produção imaterial dentro da conceituação de trabalho produtivo (o trabalho pago por capital, que gera valor sob a forma de mais-valia), afirma a possibilidade deste tipo de trabalho ser explorado segundo o modo de produção capitalista, mas faz uma observação: o número insignificante da produção imaterial na totalidade da produção capitalista indicava, naquele momento, que “deve-se pôr de lado esses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo.” (MARX, 2004, p. 116). A esse respeito é necessário pontuar duas considerações: em primeiro lugar, conforme veremos, tal afirmação não impediu que Marx desenvolvesse importantes contribuições ao tema do trabalho imaterial no capitalismo. Em segundo lugar, o contexto histórico atual impõe um quadro profundamente diferente em relação ao que Marx se deparava: a produção dos chamados “serviços” assume maior importância quantitativa e qualitativa na produção capitalista atual. Segundo o *Manual on Statistics of International Trade in Services*³ (ONU, 2010), os serviços - definidos como bens intangíveis vendidos no mercado - são os maiores receptores dos fluxos de investimento internacional, sendo responsáveis por cerca de 60% dos investimentos produtivos globais no período de 2005 a 2007. No Brasil, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam que do montante total de empregos formais gerados no mês de setembro de 2011 o setor de serviços criou aproximadamente 45% destes novos postos de trabalho e a indústria 33% (Ministério do Trabalho e Emprego, 2011). A noção que tais

³ Este relatório é emitido regularmente pela Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, em conjunto.

documentos tem do “setor de serviços” inclui uma gama de ramos da produção imaterial (transporte, marketing, intermediação financeira, administração pública, atividades de limpeza, serviços médicos e de saúde, entretenimento etc.) e de atividades imateriais como o comércio e serviços pessoais. Portanto, por definição, o vigoroso crescimento da produção do que eles estão chamando de serviços⁴ é o crescimento do trabalho imaterial e da produção imaterial. Ricardo Antunes explicita este crescimento da seguinte forma: “a ampliação de formas de trabalho imaterial torna-se, portanto, outra tendência do sistema de produção contemporâneo, uma vez que ele carece crescentemente de atividades de pesquisa, comunicação e *marketing* [...]” (ANTUNES, 2007, p. 126).

Para evitar equívocos desnecessários, é necessário indicar o estamos chamando de trabalho imaterial. Marx fornece uma noção de trabalho imaterial (apesar de Marx não chamá-lo de trabalho imaterial) quando menciona *duas possibilidades da produção imaterial*, ou duas formas de existência do resultado da produção imaterial. A primeira delas é o resultado do trabalho existir separadamente do produtor direto, podendo circular como qualquer mercadoria no intervalo entre a produção e o consumo, tais como livros, quadros, e toda produção artística que tenha a possibilidade de existência separada da atividade de seu criador (Marx, 2004, p. 119).

Em tais casos, o resultado imaterial do trabalhador imediato necessita ser incorporado aos elementos materiais gerados por outros trabalhadores. O resultado do trabalho de um sociólogo que concebe uma explicação da realidade não é o livro em si, mas a teoria contida no livro. O livro é expressão da socialização e articulação entre o trabalho do sociólogo, do tipógrafo, dos trabalhadores que participaram da impressão etc., em suma, a combinação de trabalhos materiais e o trabalho imaterial do pensador. O resultado imediato do trabalho do sociólogo – a teoria - é imaterial, é uma informação. O consumo do resultado deste trabalho se dá pela leitura. O ato consumptivo da leitura do livro só pode se realizar por causa da produção material da tipografia, da gráfica etc.. Mas o consumo do livro (a obtenção da informação ali contida) se dá imaterialmente. O mesmo acontece com obras de arte cujos resultados são quadros: são objetos materiais com características úteis imateriais. Tratamos tais exemplos como trabalho imaterial porque ele é “o trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural da mercadoria.” (LAZZARATO, 1992, s/p). Esta nos parece ser a

⁴ Os usos contemporâneos do termo *serviço* têm um sentido geral: dizem respeito a todo bem intangível que pode ser vendido no mercado. Veremos que em Marx o conceito serviço tem um sentido diferente.

única interpretação cabível que justifique Marx ter inserido este tipo de produção dentro do conceito de *produção não-material*.

A segunda possibilidade de existência dos produtos do trabalho imaterial diz respeito àquelas atividades nas quais o produto não é separável do ato da produção tais como os serviços médicos e da educação escolar. Trabalho imaterial é aqui pensado levando em conta o resultado imediato do trabalho. (Marx, 2004, p. 119-120).

Logo, nesta dissertação de mestrado chamamos de *trabalho imaterial* todo trabalho humano cujo resultado útil seja imaterial, mesmo quando há a necessidade de mediação de objetos físico-materiais para que este trabalho imaterial seja efetivado enquanto utilidade. Portanto, *imaterialidade do trabalho* não implica necessariamente em *trabalho de fruição*, mas diz respeito ao trabalho que gera o conteúdo imaterial de um bem ou serviço, mesmo que custe ao trabalhador grandes esforços. Nos Grundrisse, ao mencionar o trabalho de composição (imaterial, portanto), Marx afirma que por mais que seja uma atividade livre, “são justamente trabalhos ao mesmo tempo da maior seriedade e do *mais intenso esforço*.” (MARX, 2011, p. 509). A noção de *trabalho imaterial* aqui utilizada tem este sentido a partir dos desenvolvimentos feitos por Marx.

Nas *definições iniciais* do que chamamos de *trabalho imaterial*, conceituado sob o ponto de vista exclusivo da imaterialidade do resultado, podemos notar que há um ponto de intersecção entre a definição extraída a partir da obra de Marx e o sentido atribuído ao termo por parte da *teoria do trabalho imaterial*. Na obra *Império*, Negri e Hardt dão o seguinte significado à expressão *trabalho imaterial*:

A maioria dos serviços de fato baseia na permuta contínua de informações e conhecimentos. Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. (HARDT; NEGRI, 2002, p. 311).

Esta similitude inicial percebida entre a teoria marxiana e a teoria do trabalho imaterial torna-se pequena em meio às múltiplas e inconciliáveis diferenças de fundo. Os distanciamentos tornam-se explícitos tão logo quando se considera a forma pela qual o trabalho imaterial é visto dentro da produção capitalista de acordo com as duas vertentes teóricas. Considerando a produção capitalista, na teoria marxiana o trabalho imaterial é visto como parte componente da produção social de valor e mais-valia. Nossa dissertação de mestrado aborda este pressuposto em todos os capítulos. No que chamamos de teoria do trabalho imaterial, ao contrário, o trabalho imaterial é tratado como expressão da superação

das determinações capitalistas nas produções comandadas pelo trabalho imaterial e/ou demonstração da invalidade atual da(s) teoria(s) do valor-trabalho.

Visando evitar possíveis contradições terminológicas, optamos utilizar a expressão *físico-materialidade do trabalho* em vez de *materialidade do trabalho*. Consequentemente, usamos o termo *trabalho físico-material* em vez de *trabalho material*, e *produção físico-material* em vez de *produção material*. As relações sociais enquanto relações concretas que dizem respeito à produção (e reprodução) material da existência do homem é um pressuposto presente na teoria social de Marx desde suas obras de juventude. Para não confundir o amplo sentido que o autor fornece ao termo *produção material* quando faz referência às relações materiais de existência (relações que dizem respeito a diversas instâncias da vida humana, inclusive as que chamamos aqui de imateriais) com a definição de *materialidade do resultado do trabalho*, foi necessário utilizar uma terminologia mais exata em relação ao que pretendemos expor. O termo *trabalho físico-material* explicita exatamente o significado oposto da definição de trabalho imaterial: o trabalho cujo conteúdo útil é dotado de *matéria física*, empiricamente mensurável. Ao contrário do sapato, uma idéia não pode ser mensurada fisicamente. Mas, ao mesmo tempo, em termos rigorosos, o trabalho imaterial é material considerando sua existência nas relações materiais e concretas: é dispêndio de músculos, nervos e operações reflexivas que gera um valor de uso com a potencialidade de suprir necessidades concretas, assim como o trabalho físico-material. Ao contrário do último, a utilidade daquele tipo de trabalho é constituída imaterialmente: é um serviço, uma informação etc. Por tais razões, nos pareceu prudente adotar outra terminologia para fazer referência aos trabalhos com valores de uso estruturados na materialidade física e empírica.

Em relação à estrutura formal do texto, nosso trabalho está organizado em três capítulos. Tendo em vista a leitura da teoria marxiana do valor feita pela *teoria do trabalho imaterial*, o Capítulo I versa sobre questões referentes à categoria *valor* e o problema da quantificação do valor. A necessidade de mensurar empiricamente o valor (ou o valor necessitar de uma mercadoria físico-material para existir, excluindo a possibilidade de o trabalho imaterial gerar valor) é um problema colocado pela Economia Política clássica que aparece sob outra forma na *teoria do trabalho imaterial*. Por isso, fazemos um breve retorno ao problema da quantificação da Economia Política clássica para explicitar a posição de Marx sobre o assunto. Continuando a linha de raciocínio do capítulo primeiro, o Capítulo II trata da abrangência que Marx fornece ao trabalho produtor de valor a partir do exame da categoria *trabalho produtivo*, sempre buscando questões referentes ao trabalho imaterial. Veremos que na sua exposição referente ao trabalho produtivo, o autor toca em pontos centrais para a

compreensão do trabalho imaterial. O Capítulo III versa sobre outros momentos expostos por Marx que tratam da produção capitalista e a incorporação direta do trabalho imaterial na análise; ou pontos que contemplam o trabalho imaterial mesmo quando o autor não o menciona.

A teoria marxiana do valor perpassa todos os pontos de nosso trabalho.⁵ Pensar o trabalho imaterial a partir desta contribuição de Marx é algo necessário na percepção da atualidade do pensamento marxiano. Como afirma Dal Rosso:

A questão do trabalho material e imaterial suscita problemas de primeira ordem em relação à teoria do valor trabalho, no sentido de como pensá-la e utilizá-la para interpretar características da sociedade contemporânea, tarefa ainda completamente aberta nos campos da reflexão teórica e dos estudos concretos. Minimamente impõe-se a tarefa de sua atualização para dar conta de infinitos serviços de natureza imaterial. (DAL ROSSO, 2008, p. 43).

Sem a ousadia de tentar atualizar a teoria do valor⁶, a relevância de nossa pesquisa incide no sentido de constituir um ponto de vista muitas vezes esquecida ou desconhecida por muitos estudiosos do tema: balizar a contribuição que Marx fez ao trabalho imaterial principalmente em O Capital, oferecendo elementos ainda pouco discutidos nas teorizações sobre a imaterialidade do trabalho, resgatando, portanto, avanços da teoria social marxiana. Este trabalho é apenas uma primeira aproximação ao tema.

⁵ Em outros termos, a presente dissertação de mestrado tenta explicitar a importância de Marx para a análise do trabalho imaterial a partir de sua crítica da economia política exposta em O Capital.

⁶ Com a apresentação de nossa pesquisa, não pretendemos realizar uma discussão aprofundada dos temas que talvez sejam os mais polêmicos dentro das interpretações da teoria marxiana do valor. Aqui, esses temas só constituem objeto de investigação na medida em que suscitam questões diretamente importantes para a análise do trabalho imaterial. Sob este ponto de vista, os problemas enfrentados Rubin (1987), Sweezy (1976) e Rosdolsky (2001) pouco aparecem no nosso trabalho enquanto parte integrante da exposição, pois sempre que possível apresentamos como as questões aparecem no próprio Marx. No entanto, estes autores foram fundamentais por indicar uma leitura ampla e atenta da teoria do valor de Marx.

Capítulo I: Elementos básicos da teoria marxiana do valor para o debate sobre trabalho imaterial: a questão da quantificação do valor.

1.1 – A apresentação do problema: a *quantificação do valor do trabalho imaterial*

Apesar de vários teóricos proclamarem o fim da(s) teoria(s) do valor em virtude das mudanças sofridas pelo capitalismo desde meados da década de 1970, esta temática ainda é discutida sob pontos de vista cada vez mais renovados. Seja para a crítica, seja para reforçar a atualidade do tema, ambas as possibilidades confluem em um ponto em comum: alguma importância repousa no espinhoso debate sobre o valor. David Ricardo já havia notado em seus *Princípios de Economia Política e Tributação*: “de nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião, nesta ciência, quanto das idéias confusas que estão associadas à palavra valor.” (RICARDO, 1996, p. 25). Na mesma linha de raciocínio o economista brasileiro Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo abre o prefácio à edição brasileira do livro *A teoria marxista do valor*, de Isaak Rubin, com a seguinte afirmação: “nada pode causar mais desavenças entre os economistas do que a palavra *valor*” (BELLUZZO, 1987, p. 9). As desavenças em torno do valor romperam o campo da teoria econômica e passaram a ilustrar as mais variadas áreas das ciências sociais em geral, e a sociologia do trabalho em específico.

Podemos verificar um processo de refutação à teoria marxiana do valor intensificada, principalmente, após as mudanças engendradas no âmbito da reestruturação produtiva da década de 1970, marcadas pela diminuição dos postos de trabalho na fábrica. Esta reestruturação da produção, que buscava restabelecer os patamares de acumulação capitalista alcançados antes da crise do modelo fordista, constituiu, tomando como base a contribuição de Ricardo Antunes (2005 e 2007), um processo de reorganização econômica, política e ideológica do capital, e teve como uma das muitas consequências a diminuição de empregos no setor fabril e expansão de outras formas de trabalho⁷, entre elas “um aumento das atividades dotadas de maior dimensão intelectual” (ANTUNES, 2005, p. 63).

⁷ “É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médios no ‘setor de serviços’ que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das

A presença destes fenômenos instigou os debates geradores da *teoria do trabalho imaterial*⁸, que neste trabalho são representados principalmente por Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e André Gorz. Tal teoria é marcada por diversas rupturas com a base teórica marxiana, buscando fornecer um novo material teórico para explicar o “novo” tipo de trabalho no capital: o trabalho que não produz uma mercadoria palpável, físico-material, mas tem como resultado um serviço, uma informação etc. As teorizações de Marx foram declaradas defasadas em muitos de seus elementos fulcrais, entre eles, a teoria do valor.

Entre as diversas objeções realizadas pela teoria do trabalho imaterial à teoria marxiana do valor, um tema nos chamou atenção: na exposição dos autores parece que em Marx a existência do valor dependeria de sua quantificação empírica. Como o trabalho imaterial não pode ser mensurado por unidades de medida, a teoria marxiana do valor não teria validade explicativa nas temáticas concernentes a esta forma de trabalho. Os autores partem de determinadas hipóteses - em primeiro lugar, haveria uma relação necessária entre o conceito marxiano de valor e a possibilidade de quantificação deste valor⁹; em segundo lugar, a teoria do valor nos moldes deste autor exigiria a necessidade do valor ser expresso em um resultado físico-material - e tentam, a partir daí, invalidar a teoria do valor de Marx. O presente capítulo discute como os termos da primeira hipótese aparecem na teoria marxiana. Explicaremos os elementos relacionados à segunda hipótese quando formos analisar a categoria trabalho produtivo no capítulo segundo.

As objeções mencionadas são fruto do que nomeamos aqui de uma *interpretação quantitativista do valor*. Na realidade, os autores enxergam em Marx esse *quantitativismo* superado pelo trabalho imaterial. Sempre que falarmos em quantitativismo da teoria do valor, estaremos nos referindo às duas hipóteses mencionadas acima. Porém, é importante mencionar que interpretações quantitativistas do valor não dizem respeito apenas à teoria do trabalho imaterial. *Elas têm origem nos problemas enfrentados pela da Economia Política clássica*.

Mediante este quadro geral, o presente capítulo tem três objetivos: em primeiro lugar, o objetivo central de *apresentar como a teoria marxiana do valor trata a questão da*

políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização. Nos EUA, esse contingente ultrapassa a casa dos 70% [...]” (ANTUNES, 2005, p. 77).

⁸ Giuseppe Cocco, na Introdução a um livro que publicou textos de Lazzarato e Negri, diz que a maioria dos artigos “foi escrita no âmbito do debate francês sobre reestruturação produtiva, crise do fordismo e transformações do trabalho.” (COCCO, 2001, p. 7).

⁹ Podemos sintetizar essa hipótese na seguinte frase de Henrique Amorim: “Essa questão pressupõe a existência, na problemática teórica de Marx sobre o valor-trabalho, uma tentativa de determinação do valor como algo essencialmente calculável, matematicamente mensurável, aritmeticamente previsível.” (AMORIM, 2006, p. 28).

quantificação/quantitativismo do valor. Marx teria considerado a necessidade de verificação empírica do valor como critério de existência do mesmo? Delinearemos alguns pontos referentes a esta questão. Nosso segundo objetivo é verificar alguns elementos constituintes daquilo que estamos chamando de quantitativismo da teoria do valor. O viés quantitativista da teoria do valor foi delineada no âmbito da Economia Política clássica, e ressurgiu na teoria do trabalho imaterial usando novas roupagens. Mas, na sua segunda ocorrência, não se trata de contribuir à teoria do valor-trabalho e sim de negá-la. O terceiro objetivo implica em expor inicialmente o problema da quantificação do valor na análise do trabalho imaterial, cujos termos genéricos apontamos acima. Antes de tratar dos outros itens, voltemos à análise da terceira questão.

Uma teoria do valor baseada nos critérios de medição empírica não é capaz de explicar a inserção do trabalho imaterial na produção capitalista. A impossibilidade de mensurar o resultado do trabalho imaterial é sintoma da limitação presente na teoria do valor erigida sobre pressuposições quantitativistas. O problema pode ser colocado da seguinte maneira: se não é possível, através do “cálculo ‘contabilístico’”, constatar a existência do valor nos resultados do trabalho imaterial, uma teoria quantitativista do valor não abrangeria temáticas pertinentes sobre este tipo de trabalho.¹⁰ Sadi Dal Rosso coloca a questão da quantificação do valor nos seguintes termos:

Os problemas que se levantam para a teoria do valor não são pequenos nem simples. *Como pensar a dimensão do valor perante a imaterialidade, perante a cooperação da inteligência, do sentimento, do relacionamento interpessoal, os aspectos herdados pela socialização ou aprendidos culturalmente? Como medir o valor nesses casos? Ainda que inexistam respostas satisfatórias para tais questões, deve ser mantido o sentido de incorporar essas dimensões imateriais do trabalho que não se submetem ao crivo de medidas talhadas para medir quantidades no coração da teoria do valor trabalho. [...]* (DAL ROSSO, 2008, p. 34).¹¹

A imaterialidade do resultado de determinados tipos de trabalho realmente escapa do esquema de medição empírica do valor. É impraticável mensurar o valor em atividades marcadas pelo “papel central desempenhado por conhecimento, informação, afeto e comunicação” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 306). A quantificação útil do trabalho não se aplica ao trabalho imaterial, dado a natureza física de seu resultado, e os componentes do processo de trabalho imaterial. Em outros termos, o trabalho imaterial carrega componentes e gera

¹⁰ As teorias de Smith e Ricardo podem ser consideradas como casos nos quais é possível encontrar determinado teor de quantitativismo do valor. Assim, o trabalho imaterial é excluído da análise principal.

¹¹ O problema da quantificação do valor também foi abordado por Prado (2005), principalmente no artigo *Crítica à Economia Política do Imaterial*; e por Amorim (2009).

resultados incongruentes com os padrões clássicos de mensuração. Alguns autores marxistas também notaram este problema, como é o caso de Dal Rosso: “o trabalho imaterial escapa desse esquema de medida de tempo” (DAL ROSSO, 2008, p. 34). Porém, neste momento do trabalho nos interessa expor como a *teoria do trabalho imaterial* logrou contribuições sobre os elementos do trabalho imaterial que determinam a impossibilidade de mensuração/quantificação empírica do valor.

Negri e Hardt, ao teorizarem sobre o que julgam ser as três principais formas de trabalho imaterial na contemporaneidade, demonstram os elementos deste tipo de trabalho que tornam intangíveis (portanto, incomensuráveis) seus resultados. A primeira forma de trabalho imaterial que os autores explicitam é o trabalho relacionado à informática e comunicação. Esta forma de trabalho está envolvida na produção fabril que incorporou tecnologias da informação e requer dos trabalhadores a tarefa de identificar, resolver e propor estratégias de intermediação no âmbito da informática e *softwares*. Envolve também o arquivamento de dados e processamento de textos. Além disso, vale ressaltar que mesmo quando o trabalho imaterial está relacionado à esfera produtiva, ele é considerado um *serviço*: “a atividade fabril é vista como serviço” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 314). O segundo tipo diz respeito ao trabalho imaterial de tarefas analíticas que exigem o “manuseio simbólico criativo” da informação e da comunicação, isto é, ao trabalho de tipo intelectual. As atividades de pesquisa e de gestão das possibilidades humanas também entrariam nessa definição. (Lazzarato; Negri, 2001). A terceira forma relevante de trabalho imaterial é o trabalho afetivo. O trabalho imaterial afetivo implica o “contato e interação humanos” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 313). Aqui seriam inscritos os serviços de saúde (por se basear em cuidados) e o trabalho relacionado à indústria do entretenimento (por, supostamente, estar centrada na “criação e manipulação do afeto” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 313)) mesmo quando o contato não é real, mas virtual. Mesmo quando o trabalho afetivo é físico, constitui-se trabalho imaterial pelo fato de que seus produtos (satisfação, conforto, bem-estar etc.) são intangíveis. Todas essas características do trabalho imaterial impõem problemas para uma teoria do valor que suponha a mensuração dos elementos do trabalho como pressuposto para a existência do valor.

Na mesma linha de pensamento, ao tratar sobre as aptidões do trabalhador do trabalho imaterial, Lazzarato afirma que este deve ser capaz

de ‘analisar uma situação’, de ‘tomar decisões’, de dominar os acontecimentos imprevistos e ao mesmo tempo de ter uma capacidade de comunicação e de trabalho coletivo, pois as tarefas prescritas aos operários *não mais concernem operações codificadas com antecedência*. [...] O operário, ao invés de apêndice da máquina

deve se tornar um relé comunicacional na integração cada vez mais poderosa da relação equipe/sistema. (LAZZARATO, 1992, s/p, destaques nossos).

Na produção comandada pelo trabalho imaterial, o trabalhador necessitaria de aptidões que o capitalismo comandado pelo trabalho físico-material não exigia. No seu estudo sobre o *imaterial*, André Gorz apresenta os fatores relacionados ao “componente comportamental” e a “motivação” como elementos fundamentais da produção imaterial. Para Gorz, as características que são importantes para o trabalhador do imaterial seriam:

[...] as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos *fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar*. (GORZ, 2005, p. 17).

Gorz coloca que a essência do trabalho imaterial (qualidades imaginativas e componentes imateriais) é diferente da essência do trabalho físico-material (dispêndio de tempo de trabalho). O *conhecimento*, principal força produtiva atual¹², seria uma capacidade social impossível de mensurar. Os processos de trabalho atuais exigem “o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas” (GORZ, 2005, p. 29). Esses elementos que Gorz explicita impõem um válido contraponto para uma teoria do valor com base na necessidade de quantificação dos processos de trabalho.¹³ Como quantificar todos essas frações imateriais do processo de trabalho? Nos termos utilizados pelo autor: “o trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar” (GORZ, 2005, p. 15).

A partir da exposição desses elementos, demonstramos porque uma teoria quantitativista do valor não pode explicar o trabalho imaterial, nem relacionar os pressupostos teóricos concernentes à categoria valor com a questão do trabalho imaterial. Exclusivamente no seguinte ponto, concordamos com Negri, Lazzarato e Gorz: do ponto de vista da mensuração do valor, é impraticável quantificar todos os elementos envolvidos no processo de trabalho imaterial (as atividades executadas pelos trabalhadores do imaterial, o resultado

¹² “O conhecimento se tornou a principal força produtiva” (GORZ, 2005, p. 29)

¹³ “O conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e de mensurar em unidades abstratas simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que ele seria o equivalente, o resultado ou o produto.” (GORZ, 2005, p. 29).

imaterial do serviço criado, etc.). Esta é uma tese difícil de refutar, até porque teorias quantitativistas do valor nunca explicaram a inserção do trabalho imaterial na produção real de valor.¹⁴

A incongruência amplamente percebida (inclusive pelos marxistas) entre trabalho imaterial e teoria quantitativista do valor, levando em conta o aumento crescente das atividades imateriais na produção, pode levar o assunto a dois caminhos. Nas palavras de Dal Rosso:

O primeiro consiste em supor que *a etapa da teoria do valor está sendo superada pela divisão social do trabalho e que é necessário desenvolver novas categorias para analisar a luta de classes e a evolução da sociedade*. Outro consiste em alargar as tradicionais noções da teoria do valor no sentido de incorporar a produção de valor também em diversas atividades imateriais. (DAL ROSSO, 2008, p. 34-35, destaques nossos).

A *teoria do trabalho imaterial* segue o primeiro caminho. E aquele ponto de concordância entre a nossa leitura e a interpretação dos *teóricos do trabalho imaterial* se desfaz quando consideramos o desenvolvimento que os teóricos do trabalho imaterial fornecem a este raciocínio. A impossibilidade de mensurar o valor dos produtos do trabalho imaterial é vista por tais teóricos como a prova maior que a teoria do valor, tendo em vista o grande crescimento do trabalho imaterial na produção contemporânea, perdeu sua validade explicativa. Para eles, *a teoria marxiana do valor é uma teoria quantitativista*. Assim, os autores jogam todas as teorias do valor em uma vala comum. Como indica Antonella Corsani: “desincorporados de qualquer suporte material, os conhecimentos desequilibram as teorias do valor, *tanto a marxista quanto a neoclássica*” (CORSANI, 2003, p. 28, destaques nossos).

O *problema da quantificação do valor na análise do trabalho imaterial*, na verdade, diz respeito ao que Henrique Amorim¹⁵ chama de “eco aritmético sobre o valor do trabalho” (AMORIM, 2006, p. 30). De acordo com o autor, a relação que Marx estabeleceu entre horas de trabalho e mercadorias produzidas foi reduzida, por parte de determinados autores, à necessidade de quantificar matematicamente o valor:

¹⁴ No próximo item analisaremos duas teorias quantitativistas do valor: a de Smith e Ricardo. Explicitaremos questões referentes ao quantitativismo do valor e sua relação com a exclusão do trabalho imaterial dos marcos da teoria do valor.

¹⁵ Henrique Amorim, a partir do referencial teórico-metodológico marxiano, realiza uma “crítica às teorias do trabalho imaterial ligadas a uma leitura específica dos Grundrisse de Marx”. (AMORIM, 2006, p. 23). Entre os temas abordados, aparece a questão da quantificação do valor. No presente trabalho, apesar da não inclusão dos Grundrisse enquanto objeto direto de análise, partimos e concordamos com contribuição de Amorim em relação à questão da quantificação do valor. (Amorim, 2006).

Pressupõe-se, dessa forma, que haveria no interior à teoria do valor de Marx a possibilidade do cálculo “contabilístico” do valor do trabalho em si e que esse cálculo não seria mais possível hoje devido a uma suposta predominância de trabalhos não-manuais como agentes da geração de mais-valia. (AMORIM, 2006, p. 30).

Devido à suposta necessidade de quantificar os elementos da produção (inclusive os elementos do processo de trabalho imaterial), segundo a *teoria do trabalho imaterial*, o mundo contemporâneo, com seu emprego colossal de massas de trabalhadores imateriais, parece sugerir a ineficácia explicativa da teoria marxiana do valor.

Na obra *O Imaterial*, Gorz tece várias críticas a determinados elementos teóricos marxianos. O mundo contemporâneo indicaria uma crise do conceito de valor¹⁶ e de outras categorias marxianas: “o caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de ‘sobretrabalho’ e ‘sobrevvalor’” (GORZ, 2005, p. 30). Segundo as teorizações do autor, o conceito de *valor* indica sempre o sentido de *valor de troca* em relação à proporção da troca de mercadorias umas pelas outras.¹⁷ O valor é tratado somente sob o prisma da quantificação e das relações mensuráveis. Valor consiste em grandezas quantitativas. Após fazer referência a um trecho de *O Capital*, Gorz afirma: “o valor sempre vem a ser expresso apenas na relação de equivalência entre mercadorias diferentes, isso é, *como grandeza do valor*.” (GORZ, 2005, p. 30). A teoria do trabalho imaterial enxerga em Marx o que aqui chamamos de *quantitativismo da teoria do valor*: segundo eles, na explanação teórica marxiana o valor teria a necessidade de se manifestar em mercadorias físico-materiais mensuráveis, com a possibilidade de quantificação. Nesses termos, trabalho produtor de mais-valia seria apenas o trabalho físico-material.

Segundo Negri e Lazzarato, o trabalho imaterial demarcaria o definimento da teoria marxiana do valor-trabalho. Mais do que isso, o trabalho imaterial carregaria elementos que indicam a superação das relações capitalistas na produção atual, o que incide e outros pontos de crítica à teoria marxiana do valor. Nos referidos autores, a tentativa de refutar a validade explicativa da teoria do valor na questão do trabalho imaterial está intimamente relacionada com a interpretação segundo a qual o trabalho imaterial possui características de superação do capitalismo e suas leis fundamentais. Na ótica de Lazzarato, a “crise do valor trabalho” daí decorrente “é também a crise do capitalismo” (LAZZARATO, 2001b, p. 73).

¹⁶ “A crise da medição do trabalho engendra inevitavelmente a crise da medição do valor.” (GORZ, 2005, p. 30).

¹⁷ “O valor designa as diversas quantidades de diversas mercadorias pelas quais uma quantia de uma mercadoria determinada pode ser trocada.” (GORZ, 2005, p. 30).

Os autores também afirmam que “o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade”, e nesta modalidade de trabalho torna “difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre”. E ainda, utilizando trechos dos *Grundrisse* de Marx¹⁸, afirmam que o trabalho imaterial é a expressão de que “*a mais-valia da massa* cessou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 29-30). Em suma, os autores defendem a impossibilidade de produção de mais-valia pelo trabalho imaterial. Segundo os autores em questão, a contribuição marxista encontra-se defasada por considerar apenas o trabalho fabril, material. Os conceitos de mais-valia, trabalho produtivo etc. não seriam mais a chave explicativa da produção atual, como se Marx tivesse atribuído a tais conceitos a necessidade de criação de uma *utilidade físico-material*¹⁹. Como as últimas décadas têm sido marcadas pelo aumento do trabalho imaterial, a teoria de Marx não conseguiria explicar essa tendência contemporânea.

Prosseguindo na análise, Lazzarato e Negri (2001) afirmam que o trabalho imaterial é constituído por uma capacidade de trabalho *social e autônoma*. *A cooperação do trabalho imaterial teria autonomia mediante a produção capitalista*. É justamente este o sentido que Hardt e Negri expressam na seguinte frase: “o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas *a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral*.” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 314-315, grifos dos autores).

Assim, segundo Lazzarato (1992) com o prenúncio do *novo tipo de trabalho* foram criados meios para contradizer uma longa tendência do desenvolvimento capitalista. Agora, “o caráter social do trabalho não mais aparece como capitalista, mas como resultado e pressuposto do próprio trabalho.” (LAZZARATO, 1992, s/p.) Ou seja, são “formas de cooperação social produtiva que independem do comando capitalista” (COCCO; VILARIM, 2009, p. 175).

Daí decorre que a força de trabalho não é avaliada como capital variável, isto é, não é um elemento do capital. A conceituação de capital variável seria uma “velha noção (comum à economia clássica e à economia política marxista)” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 315). Os

¹⁸ Se referindo aos teóricos do trabalho imaterial, Amorim notou: “nessas novas análises existia e continua a existir uma contradição fundamental: ao mesmo tempo que se impõe a necessidade de negar a teoria marxista, entendida como teoria restrita ao industrialismo, recorre-se aos *Grundrisse* com o objetivo de orientar suas teses centrais.” (AMORIM, 2006, p. 26).

¹⁹ As questões referentes ao trabalho, produção de valor e necessidade ou não da produção de um resultado físico-material para este fim, serão elucidadas no capítulo seguinte.

próprios elementos cooperativos já dariam ao trabalho imaterial a possibilidade de criar, de produzir, mesmo necessitando de fatores produtivos que não pertencem ao trabalhador.

Nos *Grundrisse*, Marx, ao tratar do desenvolvimento das forças produtivas no capital, indica *suprassunção* da produção de valor:

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata *deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em conseqüência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso*. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. *Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca*, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. (MARX, 2011, p. 588, destaques nossos).

Segundo os teóricos do trabalho imaterial, o sistema produtivo atual, onde rege a supremacia do trabalho imaterial²⁰, a partir dessa desmedida do valor²¹, teria chegado a este ponto descrito por Marx: se libertado do trabalho imediato. A criação da riqueza, nestes moldes sociais, não depende do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado para produzi-la, mas sim “de sua produtividade geral [...] enquanto corpo social” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 28). A produção imaterial seria a expressão da libertação do valor.

Lazzarato e Negri enxergam, utilizando trechos da passagem de Marx citada acima, que no modelo produtivo atual as condições para superação do capitalismo já estão dadas. Não há exploração do trabalho imaterial pelo capital. Por meio dessa modalidade de trabalho, a relação do indivíduo com a produção se dá “em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital [...] e em termos de autonomia com relação à exploração” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30). Em outro momento, Lazzarato (2001a) coloca em termos de uma *radical autonomia*.

Em contraposição aos teóricos do trabalho imaterial, Amorim (2009) demonstra como as pressuposições referentes àquela passagem dos *Grundrisse* (a superação do valor) remetem a diferentes interpretações. Uma delas é a de Lazzarato e Negri: haveria uma crise na medida do valor, relacionada à impossibilidade de quantificação do trabalho imaterial e, portanto,

²⁰ O trabalho imaterial teria, mediante a proliferação das tecnologias, a tendência de “tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 27).

²¹ Prado (2005). A expressão “desmedida do valor” é o título desta obra.

intensificada pelo crescimento do trabalho imaterial na produção contemporânea.²² Além disso, sem entrar em muitos detalhes, tal crise indicaria a crise do capitalismo e o estabelecimento de um novo modo de produção.²³

Sobre as relações feitas pela teoria do trabalho imaterial entre, em primeiro lugar, a ineficácia de uma teoria quantitativista do valor explicar o fenômeno do trabalho imaterial, em segundo lugar, a teoria marxiana ser considerada uma dessas teorias quantitativistas do valor, em terceiro lugar, essa crise da mensuração do valor ser também a crise do capitalismo, é necessário explicitar alguns elementos. Embasado na teoria marxiana, e criticando a teoria do trabalho imaterial, Amorim assinala em meio a sua contribuição ao tema: “não nos parece, assim, que poderíamos conferir às teses de Marx a respeito da formação do valor de troca *uma dimensão estritamente aritmética com base em um suposto cálculo do valor presente em uma determinada mercadoria.*” (AMORIM, 2006, p. 35, destaques nossos). Com isso, pretendemos salientar que a interpretação da *teoria do trabalho imaterial* levada a cabo por Negri, Lazzarato e Gorz apresenta uma importante limitação: é possível encontrar uma teoria do valor que não é pautada por critérios *quantitativistas*, isto é, onde a quantificação do valor não seja condição de verificação da existência do mesmo. Segundo nossa interpretação, este é o caso da teoria marxiana do valor. Em outros termos, ao contrário da teoria de Smith e Ricardo, o quantitativismo do valor não é um problema colocado pela contribuição de Marx:

[...] atribuir a Marx uma interpretação/reformulação da teoria do valor presente em Adam Smith e em David Ricardo, que configure e restrinja sua análise a um esquema objetivista da determinação das relações sociais que fundamentam a produção de tipo capitalista, seria reduzi-la a uma teoria economicista do capitalismo. Talvez seja este o grande problema das questões levantadas sobre a teoria do imaterial. (AMORIM, 2006, p. 31-32).

É fundamental apresentar como o problema da quantificação do valor aparece em Marx. No entanto, para explicitar a inovadora contribuição de Marx a essa temática, convém tratar primeiramente do quantitativismo do valor presente em Smith e Ricardo. Desta forma, o argumento que começamos a delinear neste primeiro item será posto em evidência. Nossa hipótese é que a teoria marxiana abandona, dentre vários outros elementos que não mencionaremos aqui, a posição de uma teoria quantitativista do valor. No próximo item, faremos o esforço de indicar brevemente os elementos da teoria de Smith e Ricardo,

²² O autor apresenta a análise dos *Grundrisse* como fonte teórica do trabalho imaterial. (Amorim, 2009).

²³ Sobre a constituição deste “novo modo de produção” (NEGRI, 1991, p. 167) ver os delineamentos em Negri (1991), e Negri & Hardt (2004). Sobre o tema, é importante ressaltar uma diferença entre Negri e Lazzarato de um lado, e Gorz de outro.

salientando a relação necessária e eterna que tais autores realizam com valor e quantificação do valor. Posteriormente, no último item, entraremos diretamente na contribuição da teoria marxiana, explicitando suas diferenças em relação a seus predecessores.

1.2 – Teoria do valor e quantitativismo

Em suas origens, a teoria do valor-trabalho tem preocupações fortemente enraizadas naquilo que aqui chamamos de *quantitativismo da teoria do valor*. Dois importantes autores podem ser alinhados dentro desta marca: Adam Smith e David Ricardo. Cada um à sua maneira se preocupa com o que determina as magnitudes dos valores das mercadorias nos sistemas de trocas. Feitas essas ponderações iniciais, passemos à análise de cada uma delas.

Segundo Adam Smith, há uma propensão na natureza humana: “a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.” (SMITH, 1996, p. 69). Este fator estaria presente em todos os homens, e seria restrito à natureza humana, não sendo possível encontrar tal propensão em nenhuma espécie animal. Logo, as trocas não estariam atreladas a um determinado tipo de organização social, elemento que, no desenrolar da teoria de Smith, faz com que o mercado apareça vazio de sentido histórico²⁴.

Nos atos de trocas, um elemento salta aos olhos de Smith: o valor de uma mercadoria é igual à quantidade de trabalho que tal mercadoria permite seu possuidor comprar: “o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.” (SMITH, 1996, p. 87). O possuidor da mercadoria, neste caso, não pretende consumi-la, mas sim trocá-la por outros bens.

Prosseguindo em sua análise, o autor reconhece a dificuldade em estipular, na troca, a quantificação do valor das mercadorias:

Entretanto, embora o trabalho seja a medida real do valor de troca de todas as mercadorias, não é essa a medida pela qual geralmente se avalia o valor das mercadorias. Muitas vezes é difícil determinar com certeza a proporção entre duas quantidades diferentes de trabalho. [...] Ora, não é fácil encontrar um critério exato para medir a dificuldade ou o engenho exigidos por um determinado trabalho. (SMITH, 1996, p. 88)

Vemos aqui que Smith levanta um primeiro problema à quantificação do valor, um problema de ordem prática. Quantidades de trabalho seriam noções abstratas, porém,

²⁴ “Para Smith, a história é lugar de realização desses princípios, não fonte de sua constituição.” (TEIXEIRA, 2004, p. 32)

inteligíveis. Logo, estimar o valor de duas mercadorias em outra mercadoria, em partes, solucionaria o problema. Em vez de se basearem em uma noção abstrata de trabalho, os agentes da troca figuram o valor de sua produção em outra mercadoria: o dinheiro, “um objeto plenamente palpável” (SMITH, 1996, p. 88).²⁵

Porém, a medida exata dos valores não pode ser uma mercadoria que sofra alterações, como é o caso do dinheiro. Devido às constantes variações, o dinheiro pode expressar apenas o valor nominal das mercadorias. Por ser invariável, *o elemento que expressa o valor real das mercadorias é o trabalho*. Um importante aspecto a se considerar é que o valor-trabalho é tratado como unidade de medida na teoria do autor. Há uma preocupação em investigar a relação entre, de um lado, o valor-trabalho, e de outro, a quantidade de trabalho que determina os preços.²⁶ O valor de troca, expressão de uma determinada quantidade de trabalho incorporado na mercadoria, segundo a expressão acertada de Belluzzo, é a “pedra angular da investigação clássica” (BELLUZZO, 1987, p. 10).

O valor de troca como conceito central da teoria smithiana exclui o valor de uso como categoria importante na análise econômica. Quando Smith expõe os objetivos da obra, salienta que sua preocupação central era “investigar os princípios que regulam o valor de troca” (SMITH, 1996, p. 86).²⁷

Ao explicitar a invariabilidade no valor do trabalho, Smith fornece o conceito de trabalho. Quantidades iguais de trabalho teriam valor igual para os trabalhadores em todos os lugares:

Estando o trabalhador em seu estado normal de saúde, vigor e disposição, e no grau normal de sua habilidade e destreza, ele deverá aplicar sempre o mesmo contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua felicidade. O preço que ele paga deve ser sempre o mesmo, qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho. [...] Por conseguinte, somente o trabalho, pelo fato de nunca variar em seu valor, *constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em*

²⁵ “É mais freqüente trocar cada mercadoria específica por dinheiro, do que por qualquer outro bem. Raramente o açougueiro leva suas carnes de boi ou de carneiro ao padeiro ou ao cervejeiro, para trocá-las por pão ou por cerveja; o que faz é levar as carnes ao mercado, onde as troca por dinheiro, e depois troca esse dinheiro por pão ou cerveja. A quantidade de dinheiro que recebe pelas carnes determina também a quantidade de pão e de cerveja que poderá comprar depois. É, pois, mais natural e mais óbvio, para ele, estimar o valor das carnes pela quantidade de dinheiro.” (SMITH, 1996, p. 89).

²⁶ “[...] a teoria do valor apresentada em A Riqueza das Nações iluminou sob vários ângulos o fenômeno da formação de preços.” (FRITSCH, 1996, p. 11).

²⁷ “Na obra de Smith, na verdade, a teoria do valor não cumpre sua promessa de determinar simultaneamente o valor das mercadorias e a participação dos agentes produtivos no valor criado.” (BELLUZZO, 1980, p. 28). Conforme veremos, a teoria do valor de Marx tem outras preocupações e enfoques: a categoria valor é tratada principalmente como *forma* sem a exclusão da categoria valor de uso, e as duas são vistas como unidade complexa da célula da sociedade capitalista, a mercadoria; e o aspecto qualitativo da forma valor assumirá centralidade em detrimento do quantitativismo.

toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias. (SMITH, 1996, p. 89).

O valor-trabalho é tratado como padrão de medida dos valores de troca das mercadorias. Essa tradição iniciada com Smith foi herdada e desenvolvida por Ricardo. A teoria ricardiana resolve pontos importantes que não haviam sido solucionados por Smith, ou soluciona determinadas incoerências do seu predecessor.²⁸ Em sua obra “Princípios de Economia Política e tributação”, David Ricardo tem como preocupação explicitar o desenvolvimento de uma economia do tipo capitalista e verificar como tal economia experimenta mudanças em relação à participação das classes sociais fundamentais (proprietários fundiários, possuidores do capital e trabalhadores) na riqueza total²⁹, centrando atenção no desenvolvimento da taxa de lucro e suas relações³⁰. No entanto, não nos interessa a forma pela qual Ricardo delinea sua teoria sobre a taxa de lucro enquanto a grandeza econômica principal. O que nos interessa aqui são os elementos teóricos que expressam a articulação entre a teoria ricardiana e sua interpretação quantitativista do valor. Conforme veremos, o valor é tratado principalmente sob a perspectiva da *medida do valor*. Em outros termos, o valor como unidade de medida. A teoria do valor de Ricardo é uma teoria dos preços relativos; e a atenção que dá aos aspectos quantitativos do valor em detrimento de seu conteúdo qualitativo é explícita.

Ao contrário de Adam Smith, Ricardo começa sua análise com o conceito de valor ou valor de troca. Na teoria ricardiana não há claras distinções entre os dois conceitos. O valor de uma mercadoria, segundo Ricardo, é determinado por dois fatores: a escassez³¹ e a quantidade

²⁸ Um exemplo do avanço de Ricardo em relação a Smith seria a separação entre valor de uso e valor de troca. Em “A riqueza das nações” Smith afirma: “As coisas que têm o mais alto valor de uso freqüentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso” (SMITH, 1996, p. 85) o que poderia gerar uma confusão em relação à determinação do valor. Em contrapartida, Ricardo promove a separação efetiva entre as duas categorias: “A utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial.” (RICARDO, 1996, p. 23). Outros exemplos seriam: o da inserção teórica dos tipos de trabalho de maior qualificação e/ou intensidade e a possibilidade de tais trabalhos serem passíveis de redução ao mesmo critério de valor (que só é possível pela formulação ricardiana de trabalho incorporado); a explanação enriquecida sobre o desenvolvimento da maquinaria e algumas mudanças que promovem na produção do valor etc. Com isso, não pretendemos afirmar uma superioridade teórica de Ricardo em relação a Smith. Há em Ricardo progressos e retrocessos em relação a Smith. Sobre o tema, o texto “Ricardo e o fracasso de uma teoria do valor”, de Reinaldo Carcanholo é bastante instigador.

²⁹ “Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política.” (RICARDO, 1996, p. 19).

³⁰ “Nesta perspectiva, sua preocupação maior está fixada na evolução da taxa de lucro (que define como a proporção entre a produção e o consumo indispensável para se obter essa produção).” (BELLUZZO, 1980, p. 31).

³¹ “Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Algumas estátuas e

de trabalho necessário para obter a mercadoria. Embora haja essa dupla determinação, a maioria das mercadorias é produzida pelo trabalho. *Assim, sempre que se refere a valor de troca, o autor está se referindo aos bens que tem seu valor de troca incorporado pelo trabalho.* Mas o que seria esse valor de troca? Ricardo responde a essa questão com a seguinte afirmação:

o valor de troca de tais mercadorias, ou a regra que determina que quantidade de uma deve ser dada em troca de outra, depende quase exclusivamente da quantidade comparativa de trabalho empregada a cada uma. [...] Se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual ela foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo. (RICARDO, 1996, p. 24-25)

A teoria do valor de Ricardo é uma teoria do trabalho incorporado. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado na mercadoria. Além disso, sua contribuição é conhecida por constituir uma teoria dos preços relativos, isto é, uma teoria que se preocupa com as proporções e razões da troca entre diferentes mercadorias. Os preços relativos dependem exclusivamente da quantidade de trabalho empregada. Conseqüentemente, sua teoria do valor é uma teoria com ênfase nos elementos que compõem os preços relativos das mercadorias. Em outros termos, a teoria ricardiana do valor é uma teoria da determinação dos preços. Assim, o valor é tratado principalmente nos seus elementos quantitativos. Nestes termos, de acordo com o sentido que demos ao termo *quantitativismo* para fazermos referência ao viés de determinada teoria do valor, a teoria ricardiana é uma teoria quantitativista do valor por excelência.

As dificuldades decorrentes destes pressupostos acompanharam Ricardo para o resto de sua vida. As trocas reais entre mercadorias não condizem exatamente com a quantidade de trabalho contido em cada uma delas. Como solução, Ricardo apontou a necessidade de encontrar uma mercadoria que mantivesse seu valor, uma mercadoria padrão cujo valor de troca não sofresse variações. A invariabilidade de tal mercadoria permitiria sua utilização como *unidade de medida* ao possibilitar a percepção da variação do valor de troca de todas as outras mercadorias. Portanto, seu anseio pela medida do valor resume-se na busca por uma *unidade de medida dos preços relativos* das mercadorias.

quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los.” (RICARDO, 1996, p. 24).

A noção de que a medida do valor é, na verdade, o tempo de trabalho incorporado na mercadoria levanta questões importantes para a formulação ricardiana. Na sua explanação sobre o valor, o autor considera, além do trabalho imediato, os gastos com capital fixo, edifícios etc.³² E percebe aqui uma incongruência: o que o trabalhador recebe como remuneração não é proporcional ao que ele produz:

Se isso fosse verdadeiro, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais e qualquer delas poderia medir com precisão a variação de outras coisas. Mas não são iguais. (RICARDO, 1996, p. 25)

Há a identificação de um problema fundamental: a diferença quantitativa entre o que o trabalhador produz e o que recebe em troca; em outros termos, não há troca entre equivalentes. No entanto, Ricardo não avança a análise neste sentido.

Para os nossos fins, é fundamental compreender aquilo Belluzzo chama de “*o caráter meramente instrumental do trabalho na teoria ricardiana do valor*” (BELLUZZO, 1980, p. 39). O conceito de valor-trabalho na teoria de Ricardo tem lugar apenas nas questões referentes à *medida do valor*, do conteúdo quantitativo da troca. Isso pode ser facilmente observável no capítulo dedicado à análise do valor em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*. Ali, o autor expõe várias comparações quantitativas entre dois gêneros de mercadorias, ou de uma mesma mercadoria em diferentes épocas, ou de uma mesma mercadoria considerando determinadas flutuações de valor etc., mas sempre comparando quantitativamente. Tudo isso nos faz concluir que David Ricardo trata o valor na perspectiva de uma busca pelo que seria a *medida do valor* e a criação de uma teoria dos preços relativos.

Os problemas referentes à quantificação do valor do trabalho imaterial apresentados no capítulo anterior se encaixam na teoria de Smith e Ricardo. Como quantificar os elementos ligados ao conhecimento, às atividades intelectuais etc.? Portanto, as críticas feitas pelos *teóricos do trabalho imaterial* ao quantitativismo da teoria do valor são aplicáveis à teoria de Smith e Ricardo. Nelas permeia o problema da quantificação e as questões referentes ao trabalho imaterial não assumem importância na análise.

Os mesmos elementos que marcam o quantitativismo da teoria smithiana e ricardiana definem as *interpretações quantitativistas da teoria marxiana do valor*. Essas interpretações

³² “Não só o trabalho aplicado diretamente às mercadorias afeta o seu valor, mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução.” (RICARDO, 1996, p. 30).

são pautadas nas pressuposições de que haveria em Marx um viés quantitativista segundo o qual os valores das mercadorias só podem deduzidos pela mensuração da magnitude de seu resultado final. Tal quantificação se daria através da consideração da quantidade de produto final que só pode ser quantificado devido a característica físico-material do artigo produzido (um casaco, dez quilos de chá, meia tonelada de ferro etc.). A *especificidade* da teoria do trabalho imaterial reside em tentar refutar a teoria do valor de Karl Marx ao supor que a produção de valor na teoria deste autor está presa à necessidade de ser quantificado e mensurado pelo seu resultado material. Logo, a teoria marxiana não seria adequada para analisar a produção “comandada” pelo trabalho imaterial, uma vez que o resultado de tal produção, caracterizada pela forma imaterial do produto, exclui a possibilidade de mensuração do valor por unidades materiais e do produto final. Para levantar um ponto a este debate, entremos na análise da teoria marxiana.

1.3 – O pseudo-problema da quantificação do valor em *O Capital*.

A teoria social³³ de Karl Marx exposta nos três volumes de *O Capital* opera uma alteração nos rumos pelos quais a teoria do valor foi levada a cabo pelos seus predecessores. Apesar de alguns autores discordarem dessa diferença³⁴, podemos verificar, para além dos rumos da teoria do valor, a ruptura de Marx em relação ao método de pesquisa/exposição, conteúdo, sentido e objeto de estudo. Os limites deste trabalho e nossa inserção inicial nos estudos da obra de Marx impedem que abordemos todos esses elementos. Apesar disso, defendemos o seguinte argumento: em relação à categoria valor, *só é possível utilizar a teoria social marxiana para o estudo do trabalho imaterial no capitalismo porque Marx rompeu com a tendência conceitual da teoria econômica clássica em relação ao quantitativismo da teoria do valor*. Especificamente, tal tendência demonstrada no item 1.2 diz respeito ao que chamamos de *quantitativismo da teoria do valor, ou visão quantitativista do valor* na qual o valor é visto sob dois enfoques relacionados entre si que vão determinar a abrangência da

³³ No presente trabalho defendemos o posicionamento segundo o qual a obra *O Capital* não se restringe ao campo da economia. Por tratar de relações sociais, preferimos chamar sua construção de uma *teoria social*, dizendo respeito a diversas áreas do conhecimento humano na qual a economia faz parte. Em uma carta a Lassalle, em 12 de novembro de 1858, referindo-se aos seus estudos e à contribuição que pretendia realizar no campo da Economia Política, o próprio Marx reconhece que sua obra “apresenta, pela primeira vez, cientificamente um ponto de vista importante sobre as relações sociais.” (MARX apud PAULA, 2008, p. 188).

³⁴ Vide o caso mencionado por Belluzzo no qual Samuelson afirmou que Marx foi um “post-ricardiano menor” (BELLUZZO, 1980, p. 76).

teoria: ou o valor é tratado como unidade de medida, e neste caso a quantificação matemática do valor das mercadorias por unidade produzida demarca o critério de existência desse valor; ou o valor aparece ligado exclusivamente à produção de mercadorias materiais/físicas e os serviços são excluídos conceitualmente da produção de valor³⁵. A teoria do trabalho imaterial enxerga estes elementos na teoria de Marx, e defende o argumento segundo o qual as teorias do valor (e aqui está incluída a de Marx) foram superadas quando a produção imaterial ganhou força. Conforme mostramos no item 1.1, os postulados teóricos pautados nas formulações quantitativas da teoria do valor excluem a possibilidade de incorporação dos temas concernentes ao trabalho imaterial.

No presente item, tentaremos demonstrar que, ao contrário do que afirma a *teoria do trabalho imaterial*, não há elementos de quantitativismo na teoria do valor de Marx. Em relação a seus predecessores quantitativistas, o autor realiza uma *nova formulação* dos termos pelos quais a teoria do valor é utilizada para explicação da realidade. É *devido a esta inovação que é possível enxergar na teoria marxiana uma base conceitual coesa e fundamental para o estudo do trabalho imaterial*, embora o autor não tivesse nenhuma pretensão de fornecer esse tipo específico de contribuição. Por isso consideramos que o problema do quantitativismo da teoria marxiana é um pseudo-problema³⁶, ou um problema que não se coloca. Em outros termos, cabe a nós neste item resgatar apenas as teorizações que iluminam o problema da quantificação do valor. Nossa hipótese é que Marx, mesmo ao considerar elementos relacionados à quantidade de valor, não pressupõe a necessidade de quantificação empírica como critério de existência do valor, nem a necessidade de o valor existir em mercadorias físico-materiais. Isso pode ser demonstrado em momentos centrais da exposição de *O Capital*, e indica que a teoria marxiana do valor é passível ser utilizada para analisar o trabalho imaterial. Sem querer antecipar exageradamente os elementos que necessitam ser demonstrados gradativamente, passemos à análise da questão da quantificação em *O Capital*.

Um primeiro ponto a se considerar são os *delineamentos marxianos que expressam fatores que dificultam uma hipotética mensuração do valor*. Segundo Marx, a lei do valor das mercadorias “determina quanto do tempo global de trabalho disponível a sociedade pode despendar para produzir cada espécie de mercadoria.” (MARX, 2006, p. 411). É exatamente este o ponto em que dificuldades para a quantificação do valor começam a ser levantadas: *a*

³⁵ Aqui, nos deteremos à análise do valor. Analisaremos este segundo enfoque no próximo capítulo.

³⁶ A expressão “pseudo-problema” foi tomada de empréstimo de Rodolfo Banfi (1970) no texto “Um Pseudo Problema: La teoria del valor-trabajo como base de los precios de equilibrio”. Neste artigo, o autor mostra como a teoria marxiana não é uma teoria dos preços relativos de equilíbrio.

*mercadoria pode ter um valor individual e um valor social.*³⁷ Se desde o capítulo primeiro Marx conceitua o valor a partir do *tempo de trabalho socialmente necessário* para a produção da mercadoria, decorre que “o verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é o valor individual, e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção.” (MARX, 2006, p. 368). Por hora, convém reforçar a ideia de que, em Marx, o valor de uma mercadoria não é o valor incorporado nela individualmente, mas sim o trabalho social necessário a sua produção. Sob este pressuposto, uma mercadoria pode ter seu valor alterado após sua produção. Marx fornece um exemplo: supondo que uma mercadoria demande 6 horas de trabalho para ser produzida, e, posteriormente à sua produção surjam invenções que possibilite a sua confecção em 3 horas:

Cairá também pela metade o valor da *mercadoria já produzida*. Ela representa agora 3 horas de trabalho social necessário, em vez de 6 como antes. É portanto o quantum de trabalho exigido para sua produção e não sua forma objetivada [gegenständliche Form] que determina sua grandeza de valor. (MARX, 1996b, p. 166).

As diferenças existentes entre valor social e valor individual remetem a dificuldades de ordem prática em relação à mensuração do valor. Como mensurar empiricamente o valor social de determinado tipo de mercadoria?

Outra dificuldade decorre do próprio processo de produção: o trabalhador, na sua atividade produtiva, produz valor, e, ao mesmo tempo, transfere valor. O que pode parecer trivial é, na realidade, um complicador para aqueles que buscam a quantificação do valor-trabalho. O processo de trabalho é constituído por elementos diversos que exercem papéis distintos na produção de valor dos produtos do trabalho. Enquanto funciona, a força de trabalho cria novo valor. Mas valor dos meios de produção também incide sobre o valor final da mercadoria. O trabalho vivo promove, ao mesmo tempo, a criação de valor, e a conservação do valor dos meios de produção:

O trabalhador não trabalha duas vezes ao mesmo tempo, uma vez para agregar, por meio de seu trabalho, valor ao algodão, e outra vez para conservar seu valor anterior, ou, o que é o mesmo, para transferir ao produto, o fio, o valor do algodão que

³⁷ Ao tratar do desenvolvimento da produtividade do trabalho que um capitalista consegue estimular em relação a seus concorrentes, Marx salienta: “[...] pela circunstância de o valor ser igual ao tempo de trabalho socialmente necessário que se objetivou no produto; [o capitalista] estimulado pelo fato de que, por conseguinte, o valor *individual* do seu produto é *mais baixo* do que seu valor social e de que, por isso, pode ser vendido acima de seu valor individual” (MARX, 2004, p. 92).

transforma e do fuso com o qual ele trabalha. Antes, pelo contrário, pelo mero acréscimo de novo valor conserva o valor antigo. *Mas como o acréscimo de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diferentes que o trabalhador alcança ao mesmo tempo, embora trabalhe uma só vez durante esse tempo, essa dualidade do resultado só pode explicar-se, evidentemente, pela dualidade de seu próprio trabalho.* No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor. (MARX, 1996a, p. 317).

O duplo resultado do trabalho vivo no processo de produção de valor é ilustrado por Marx a partir da metáfora da “transmigração de almas”. Quando o trabalho vivo consome os meios de produção para a confecção de um novo produto “ele [o valor] transmigra do corpo consumido ao corpo recém-estruturado”. (MARX, 1996a, p. 323).³⁸ Sendo assim, o trabalhador só pode produzir valor novo conservando os valores antigos, os valores dos meios de produção. “É portanto um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor ao agregar valor, um dom natural que nada custa ao trabalhador mas que rende muito ao capitalista” (MARX, 1996a, p. 323).

Quando Marx começa a considerar outros condicionamentos, como o salário por peça, por exemplo, surgem outras questões referentes à dificuldade de quantificação do resultado. Nesta forma de assalariamento o trabalhador direto é controlado a partir da quantidade do resultado, as peças produzidas. Elas necessitam estar “separadas ou representadas por partes mensuráveis de uma produção contínua.” (MARX 2008a, p. 638). Mas essa mensuração não diz respeito à relação de valor:

O salário por peça não expressa diretamente na realidade nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela corporificado, mas, ao contrário, de medir o trabalho despendido pelo trabalhador pelo número de peças que produziu. (MARX, 1996b p. 183).

A medida do valor é o tempo de trabalho socialmente necessário. A quantidade materialmente determinada do salário por peça, na verdade, não serve para medir o valor. Na forma mais comum de assalariamento capitalista, o salário por tempo, o trabalho é medido por sua duração. Ao contrário, no salário por peça, o trabalho é medido “pelo quantum de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. [...] O salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo.” (MARX, 1996b, p.

³⁸ “Os cadáveres de máquinas, instrumentos, edifícios industriais etc. continuam a existir separados dos produtos que ajudaram a formar. Se considerarmos todo o período em que tal meio de trabalho presta serviço, desde o dia de sua entrada na oficina até o dia de seu banimento ao despejo, veremos que, durante esse período, seu valor de uso foi inteiramente consumido pelo trabalho e seu valor de troca transferiu-se, por isso, totalmente ao produto.” (MARX, 1996a, p. 321).

183). Esses elementos assumem importância para a contabilidade capitalista e a maximização e padronização da produção, e lidam diretamente com os preços, e apenas indiretamente, com os valores.³⁹

É importante notar que as dificuldades de quantificação não são referentes apenas aos processos do trabalho imaterial, mas sim a qualquer processo de produção de valor, inclusive a produção físico-material. A teoria do trabalho imaterial defende que o valor permeia a produção físico-material, sendo possível sua quantificação, ao contrário da produção imaterial onde os processos excluem a mensuração. Por tais razões, a teoria do valor não explicaria o trabalho imaterial. Nossa interpretação difere dos teóricos do trabalho imaterial: mensurar empiricamente o que Marx chama de valor é impraticável. Portanto, temos a opinião que invalidar a teoria marxiana a partir de “acusações quantitativistas” é desconsiderar o modo pelo qual Marx investiga o valor.

Para entender o que chamamos de pseudo-problema da quantificação do valor, não podemos nos contentar com a apresentação dos problemas formais que se impõem à mensuração do que *Marx conceitua como valor*, mas adentrar nos sentidos que o autor fornece a tal categoria. É o que faremos agora.

Não é preciso ler muitas páginas de O Capital para que importantes pistas sobre a categoria valor saltem aos olhos do leitor. No prefácio, Marx já anuncia que “a célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a *forma valor* assumida pela mercadoria.” (MARX, 2006, p. 15-16). Logo, em vez de tratar o valor como uma unidade de medida, Marx fornece outro sentido à noção de valor: o valor é uma *forma*, e pode ser constatada e analisada a partir da capacidade de abstração.

Em direção oposta a Smith e Ricardo, que tomam como fulcro da teoria a análise do valor de troca, Marx afirmou: “para mim, não são sujeitos nem o valor, nem o valor de troca, mas é somente a *mercadoria*.” (MARX, 1977, p. 171, grifo do autor, tradução nossa). Contrariando os desenvolvimentos da Economia Política clássica, a categoria marxiana de valor é exposta a partir de sua unidade com a categoria de valor de uso. A junção do valor com o valor de uso constitui a célula econômica da sociedade capitalista, a mercadoria. A

³⁹ “A qualidade do trabalho é aqui controlada mediante o próprio produto, que tem de possuir qualidade média se o preço por peça deve ser pago integralmente. Desse modo, o salário por peça se torna fonte mais fecunda de descontos salariais e de fraudes capitalistas. Ele proporciona ao capitalista uma *medida inteiramente determinada para a intensidade do trabalho*.” Portanto, não fornece uma medida dos valores, apesar de a intensidade do trabalho ser um fator de geração do valor. “Só o tempo de trabalho que se corporifica num quantum de mercadorias previamente determinado e fixado pela experiência vale como tempo de trabalho socialmente necessário e é pago como tal.” (MARX, 1996b, p. 183).

mercadoria é o corpo contraditório que contém a forma específica que o produto do trabalho assume na ordem do capital: a *forma valor*⁴⁰. Não por acaso, a mercadoria é o ponto de partida da exposição tanto de *O Capital*, quanto de *Contribuição à crítica da Economia Política*. A mercadoria constituir o ponto de partida da exposição foi aspecto fundamental para uma efetiva crítica da Economia Política.⁴¹

Prosseguindo sua análise, o autor afirma que a utilidade de um objeto faz dele um valor de uso, que se realiza com o consumo, e é determinado pelas características peculiares de cada mercadoria: o valor de uso imediato de uma cadeira é exatamente a utilidade expressa na potencialidade de satisfazer a necessidade humana de sentar. A utilidade está intimamente ligada com as características que compõem o objeto.

Por outro lado, a mercadoria tem também valor de troca, ora apresentado como o elemento a partir do qual as relações de trocas entre mercadorias com diferentes utilidades se estabelecem, nas mais variadas proporções. Dois fatos importantes saltam aos olhos de Marx: “primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível.” (MARX, 1996a, p. 166). Existe uma relação de igualdade passível de ser verificada na proporção em que as mercadorias se permutam: uma mesma grandeza quantitativa existe em duas mercadorias de utilidades distintas. Portanto, há uma característica em comum que nas devidas proporções iguala quantitativamente os produtos do trabalho: é o que Marx apresenta inicialmente como valor. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Este tempo determina a grandeza do valor da mercadoria em relação a outras. Enquanto valores de uso, as mercadorias se distinguem qualitativamente, e enquanto valor de troca as mercadorias se diferem *quantitativamente*. A teoria marxiana do valor envolve, portanto, quantidade.

Nesta altura da exposição, pode parecer que a teoria do valor de Marx é quantitativista por envolver a questão da quantidade, seguindo a linhagem das contribuições de Smith e

⁴⁰ Uma das maiores contribuições à leitura do valor enquanto forma foi realizada por Rubin. Ver Rubin (1987), p. 121-138.

⁴¹ Além do método de pesquisa, Marx também incorpora a dialética como método de exposição crítica dos pressupostos da Economia política clássica: “O conceito fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de “exposição”, “método de exposição”, que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico. (MÜLLER, 1982, p. 20). Ainda sobre a exposição, é importante lembrar que a mercadoria (e a sua universalidade no modo capitalista de produção) enquanto ponto de partida da exposição só pôde se efetivar quando já estava plenamente figurado na consciência o capitalismo em seu conjunto, isto é, há uma relação do ponto de vista dialético entre um elemento e a totalidade. (Kosik, 2010).

Ricardo. Mas essa aparência não se sustenta quando começamos analisar um pouco mais a fundo a teoria marxiana. Ao separar no plano da abstração as características úteis das diferentes mercadorias, Marx percebe que sobra “uma mesma *objetividade fantasmagórica*, uma simples gelatina de *trabalho humano indiferenciado*” (MARX, 1996a, p. 168). Ou seja, resta um dispêndio de força de trabalho humana pura e simples, *não importando a forma como foi despendido*. Conforme aponta Marx, como cristalizações desta *substância social comum*, todas essas mercadorias são valores.

E aqui Marx promove uma diferenciação essencial entre valor (enquanto conteúdo da relação de determinada produção social) e valor de troca (enquanto manifestação do valor na esfera da troca)⁴². Além do aspecto quantitativo que se manifesta nas trocas sob a forma fenomênica do valor de troca, o valor possui um aspecto qualitativo.

Isaak Rubin (1987), por exemplo, enxerga na teoria marxiana esses dois aspectos, dividindo-os conceitualmente.⁴³ O aspecto quantitativo do valor diz respeito às leis da troca que possuem relação com determinadas leis de produção (a lei da igualação dos produtos do trabalho no mercado)⁴⁴:

Os termos de troca entre duas mercadorias (consideramos os termos médios de troca, e não os ocasionais preços de mercado) correspondem a um certo nível de produtividade nos ramos que fabricam esses artigos. A igualação da várias formas concretas de trabalho, enquanto componentes do trabalho social total, distribuído entre vários ramos, ocorre através da igualação das coisas, ou seja, dos produtos do trabalho enquanto valores. (RUBIN, 1987, p. 82).

É perceptível que a teoria marxiana do valor envolve quantidade, pois a igualação representada na troca, em última instância, é uma igualação quantitativa. Mas nossa leitura da teoria marxiana do valor, apoiada na nossa interpretação da contribuição de outros autores marxistas como Rubin (1987), Sweezy (1976), Rosdolsky (2001), Amorim (2009), Prado (2005), não indica que há um viés quantitativista na teoria de Marx. *Envolver quantidade na*

⁴² Como vimos, André Gorz não nota tal diferença essencial.

⁴³ [...] o valor é uma forma social adquirida pelos produtos do trabalho no contexto de determinadas relações de produção entre as pessoas. Deste ponto de vista, o valor é uma forma social adquirida pelos produtos do trabalho no contexto de determinadas relações sociais de produção entre as pessoas. Devemos passar do valor como magnitude *quantitativamente determinada para o valor abordado como uma forma social qualitativamente determinada*. Em outras palavras, devemos passar da teoria da “magnitude do valor” para a teoria da “forma de valor”. (RUBIN, 1987, p. 83, destaques nossos).

⁴⁴ O aspecto quantitativo do valor também é percebido por Sweezy nos seguintes termos: “a principal tarefa da teoria do valor quantitativo nasce dessa definição do valor como uma grandeza. É nada mais nem menos que a investigação das leis que governam a distribuição da força de trabalho entre as diferentes esferas da produção numa sociedade produtora de mercadorias.” (SWEEZY, 1976, p. 62). Rosdolsky nota a questão, e dedica algumas páginas sobre “os aspectos quantitativo e qualitativo do problema do valor”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 111).

análise econômica não implica que a explicação vai se enquadrar automaticamente no chamado quantitativismo da teoria do valor. De acordo com Rubin, relações de quantidade dizem respeito à magnitude do valor, pressuposto relacionado em última análise com a repartição quantitativa do trabalho nos ramos produtivos. Isso vai muito além da mera questão de mensuração empírica dos processos do trabalho imaterial, e também supera os termos das teorias quantitativistas do valor que enxergam, sob o manto da *necessidade de quantificação*, o valor como padrão de medida, tomando como preocupação a tentativa de determinar o conteúdo quantitativo das trocas. Na nossa leitura, o aspecto quantitativo do valor em Marx nem chega a propor a necessidade de mensuração empírica dos processos de trabalho como fator que determina sua existência explicativa. Em Marx, esta questão não se coloca: “a interpretação corrente da teoria do valor como uma teoria que se limita às relações de troca entre as coisas é errônea.” (RUBIN, 1987, p. 82). A teoria do valor de Marx abarca questões quantitativas sem se tornar quantitativista. Posto isto, para explicitar que a noção marxiana de valor não é quantitativista, isto é, para demonstrar que *tal categoria na obra do autor não se adéqua às críticas dos teóricos do trabalho imaterial*, convém tratar do aspecto *qualitativo do valor*.

Antes disso, considerando o conjunto da teoria do valor de Marx, é necessário mencionar que o aspecto quantitativo do valor está intimamente relacionado ao aspecto qualitativo do valor. Conforme adverte Marx (2003), a distribuição do trabalho social – elemento que diz respeito ao aspecto quantitativo do valor - não pode ser considerada à parte da *forma específica da produção social*:

É evidente por si mesmo que essa necessidade de distribuir o trabalho social em proporções definidas não pode ser afastada pela forma particular da produção social, mas apenas pode mudar a forma que ele assume. [...] E a forma pela qual opera essa divisão proporcional do trabalho, em um estado da sociedade em que a interconexão do trabalho social é manifestada na troca privada dos produtos individuais do trabalho, é precisamente o valor de troca desses produtos. (MARX, 2002, p. 243).

Nesta frase genial escrita a Kugelmann um ano depois da publicação do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx sintetiza a unidade entre do valor que envolvem quantidade (distribuição do trabalho social, valor de troca dos produtos) com o elemento qualitativo (forma particular da produção social). Ao lado do aspecto quantitativo do valor, há o aspecto qualitativo.

Ao analisar o valor, a preocupação maior de Marx consiste em explicar as conexões internas referentes a esta categoria que dizem respeito às relações sociais que estão escondidas

na forma mercadoria. Tal pode ser considerado o aspecto qualitativo do valor, uma inovação teórica de Marx.⁴⁵ O valor depende da organização do trabalho em uma forma social determinada, a produção do capital. Como sintetiza Rubin:

[...] o ‘valor’ (*stoimost*) não caracteriza coisas, mas relações humanas sob as quais as coisas são produzidas. Não é uma propriedade das coisas, mas uma forma social adquirida pelas coisas, devido ao fato de as pessoas manterem determinadas relações de produção umas com as outras através das coisas. (RUBIN, 1987, p. 83).

Nestes termos, a teoria marxiana do valor extrapola, e muito, as limitações referentes ao quantitativismo desta teoria segundo as contribuições de Smith e Ricardo. Marx parte de outras preocupações e tenta resolver outras questões. Amorim indica a questão da seguinte forma:

As diferenças que informam a ruptura da teoria do valor da Economia Política Clássica com as de Marx podem ser pensadas com base em uma hipótese: a teoria do valor de Marx, ao contrário de tentar solucionar os problemas da Economia Política Clássica tem a intenção de caracterizá-los como problemas sem solução. (AMORIM, 2006, p. 33).

Quantificar uma produção significa estabelecer critérios quantitativos de delimitação dos resultados, em determinado período de tempo. Essa não nos parece ser uma das funções da teoria marxiana do valor. O modo pelo qual o valor é concebido por Marx exclui essa limitação da teoria do valor enquanto unidade de medida. O valor é apreendido por Marx no fluxo de seu movimento.⁴⁶

Captar e compreender adequadamente o movimento do valor exclui a mensuração empírica como critério de existência do mesmo. Os movimentos reais dos preços indicam a diferença entre valores e preços:

O economista vulgar não tem a mínima idéia de que a relação de troca real de todo dia não precisa ser diretamente identificada com as magnitudes do valor. [...] E assim o economista vulgar pensa que fez uma grande descoberta quando, como se contrariamente à revelação da conexão interna, ele afirma com orgulho que na aparência das coisas parecem diferentes. De fato, ele está jactando-se de agarrar-se à

⁴⁵ “Ricardo também sabia, é claro, que para se encontrar a base dos valores era necessário reduzir o trabalho do indivíduo ao ‘trabalho socialmente necessário’ (ele destaca isso na seção II do capítulo I de sua obra). Mas, para ele, isso só diz respeito ao aspecto quantitativo do problema, e não ao qualitativo.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 114).

⁴⁶ Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante. *O valor percorre aqui diversas formas, efetua diversos movimentos em que se mantém e ao mesmo tempo aumenta, cresce.* (MARX, 2008b, p. 120 - destaques nossos).

aparência e tomá-la pela última palavra. Qual então a razão de ser de toda ciência? (MARX, 2003, p. 243-244).

Em Marx, o valor de uma mercadoria não é determinado pelo trabalho objetivado, materializado nela, mas pela quantidade de trabalho vivo socialmente necessária para produzi-la. Se fosse possível identificar e quantificar em uma mercadoria individual aquilo que Marx chama de *valor*, tal quantificação não corresponderia ao valor objetivado nesta mercadoria, mas seria uma expressão da quantidade de trabalho social que é necessário para a produção da mesma em condições normais. Aqui, consideram-se questões referentes à quantidade, mas não há espaço para uma interpretação quantitativista. Esse argumento se fortalece quando consideramos a noção de *objetividade social do valor*. Apesar de algumas indicações já terem sido feitas, convém, a partir de agora, analisar de perto a questão.

Em determinada altura do primeiro capítulo da seção sobre o *salário*, Marx se questiona:

Mas o que é o valor de uma mercadoria? *Forma objetiva do trabalho social despendido em sua produção*. E mediante o que medimos a grandeza de seu valor? Mediante a grandeza do trabalho contido nela. Mediante o que seria, pois, determinado o valor, por exemplo, de uma jornada de trabalho de 12 horas? Mediante as 12 horas de trabalho contidas numa jornada de trabalho de 12 horas, o que é uma insípida tautologia. (MARX, 1996b, p. 165).

Tratar os elementos desta tautologia está além dos objetivos do nosso trabalho. Aqui, vamos nos deter ao argumento segundo o qual apesar de Marx abordar elementos de quantidade do valor, o autor não tem uma interpretação quantitativista do mesmo, *o valor não pode ser matematicamente definido*: “valor de troca e valor de uso são em si e para si grandezas incomensuráveis”. (MARX, 1996b p. 170).⁴⁷ As condições da produção capitalista nos remetem a uma noção de *produção social de valor* em vez da *produção individual*.⁴⁸ A existência do valor é uma existência social. Esta objetividade social do valor é condição para a produção especificamente capitalista: “a lei da produção do valor só se realiza plenamente para o produtor individual quando produz como capitalista, empregando, ao mesmo tempo,

⁴⁷ O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor. Na expressão “valor do trabalho”, o conceito de valor não está apenas inteiramente apagado, mas convertido em seu contrário. É uma expressão imaginária como, por exemplo, valor da terra. Essas expressões imaginárias surgem, entretanto, das próprias condições de produção. São categorias para formas em que se manifestam condições essenciais. Que na aparência as coisas se apresentam freqüentemente invertidas, é conhecido em quase todas as ciências, exceto na Economia Política. (MARX, 1996b, p. 167).

⁴⁸ “Para desenvolver o conceito de capital é necessário partir não do trabalho, mas do valor e, de fato, do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação.” (MARX, 2011, p. 200.)

muitos trabalhadores, pondo em movimento, desde o começo, trabalho social médio.” (MARX, 2006, p. 377). Logo, “o trabalho que se objetiva em valor é trabalho de qualidade social média, exteriorização de força de trabalho média.” (MARX, 2006, p. 375). O valor-capital do capitalista só pode crescer a partir da produção de mais-valia pela força de trabalho, uma relação social. O valor produzido pela força de trabalho depende do tempo em que funciona enquanto trabalho socialmente necessário.

Tendo em vista os desenvolvimentos da categoria valor que estamos expondo aqui, nosso posicionamento é que a teoria marxiana do valor não pode ser confundida com uma teoria quantitativista do valor. O quantitativismo, como vimos, se fazia presente da teoria de Smith e Ricardo. Nestas teorias, tendo em vista o aspecto funcional do valor como unidade de medida, o valor envolve *quantitativismo*. Somente com os avanços que Marx realizou no plano teórico, a explicação da realidade a partir de uma teoria do valor passou a incorporar temas que consideram a importância do trabalho imaterial na produção de valor e capital. Aqui, não é necessário quantificar os elementos do trabalho imaterial para deduzir a existência de seu valor. Já no prefácio de O Capital, Marx pincela este sentido: “*a forma do valor*, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples. [...] na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. *A capacidade de abstração substitui esses meios*. (MARX, 2006, p. 15-16).

Em outras palavras, Marx fornece uma base fundamental para o estudo do trabalho imaterial no capitalismo na medida em que vai além dos pontos levantados pelos seus predecessores. A presente dissertação de mestrado tenta explicitar a importância de Marx para a análise do trabalho imaterial a partir de sua crítica da economia política. Neste primeiro capítulo, realizamos esta tarefa a partir do problema do quantitativismo da teoria valor. *Em Marx este não é um problema, é um pseudo-problema*, ou um falso problema colocado por terceiros. O autor atribui uma *existência apenas social ao valor* afirmando que não haveria nenhum átomo de matéria física na existência do mesmo. Mas a concretude e existência da relação de valor podem ser constatadas a partir das proporções que se trocam os produtos do trabalho e nas flutuações da produtividade do trabalho. Envolver quantidade, neste ponto de vista, não resulta em quantitativismo. A teoria marxiana do valor tem um sentido mais abrangente: há o entendimento que a forma valor perpassa fundamentalmente por relações sociais, mais do que as relações quantitativas.

A passagem de Marx que melhor expressa nosso argumento foi apresentada já no capítulo primeiro da obra:

A objetividade do valor das mercadorias diferencia-se de Wittib Hurtig, pois não se sabe por onde apanhá-la. Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, *não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível.* Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas *sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria.* Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. (MARX, 1996a, p. 176).

Negri, Lazzarato e Gorz negam a validade explicativa da teoria do valor considerando seus pressupostos quantitativistas. Esta refutação diz mais respeito a Smith e Ricardo do que a Marx. Em outros termos, refutar teorias quantitativistas do valor a partir dos elementos presentes no trabalho imaterial não consiste em invalidar a teoria do valor de Marx. Nesta última, o valor não se limita a fornecer a base da troca, mas exprime também determinadas relações sociais. Para tomar de empréstimo a expressão utilizada por Carcanholo e Teixeira, nos parece que há na *teoria do trabalho imaterial* uma “leitura ricardiana de Marx”⁴⁹

Essas características da concepção de Ricardo e de alguns de seus seguidores, sem dúvida nenhuma, determinam o perfil da interpretação ricardiana sobre a teoria marxista do valor que, nos dias de hoje, é muito generalizada [...] (CARCANHOLO; TEIXEIRA, 1992, p. 584).

A interpretação da teoria marxiana dissimulada pelos pressupostos da teoria do valor de não só de Ricardo, mas também de Smith, pode ser verificada no caso da teoria do trabalho imaterial. Suas críticas se encaixam nas formulações desses eminentes estudiosos do valor, mas, considerando os limites dos assuntos tratados aqui, não se encaixam a Marx. Os autores da escola clássica não explicam a incorporação do trabalho imaterial, e a mesma crítica não pode ser conferida a Marx.

Neste item identificamos que as críticas que supostamente invalidariam a teoria marxiana do valor a partir da apresentação do problema da quantificação, constituem, na nossa interpretação, um pseudo-problema. Em outros termos, na teoria de Marx não há incongruências entre produção de valor e trabalho imaterial. No próximo capítulo vamos

⁴⁹. Em Ricardo, o conceito de valor está direta e imediatamente associado ao de preço relativo ou, na terminologia marxista estrita, de valor de troca. O valor de qualquer mercadoria, na perspectiva ricardiana, é a quantidade de qualquer outra que se troca por ela no mercado. *Assim a teoria do valor é concebida simplesmente como uma teoria da determinação da magnitude ou grandeza dos preços relativos.* (CARCANHOLO; TEIXEIRA, 1992, p. 583).

continuar essa linha de raciocínio, ressaltando que a teoria marxiana levanta elementos pertinentes para o estudo do trabalho imaterial a partir do conceito de trabalho produtivo.

Capítulo II – A abrangência do *trabalho produtor de valor* e o trabalho imaterial: a categoria marxiana de trabalho produtivo.

No item 1.1., ao tratar do que chamamos de interpretação quantitativista da teoria marxiana do valor, dissemos que tal suposição se baseia em duas hipóteses: “em primeiro lugar, haveria uma relação necessária entre o conceito marxiano de valor e a possibilidade de quantificação deste valor; em segundo lugar, a teoria do valor nos moldes deste autor exigiria a necessidade do valor ser expresso em um resultado físico-material”. É a partir dessas duas hipóteses que a teoria do trabalho imaterial se sustenta para criticar a teoria do valor de Marx. Tratamos da primeira hipótese no capítulo anterior, e vimos a teoria marxiana não atribui ao valor a necessidade de mensuração como critério de existência do mesmo. Dissemos também que a inovadora construção teórica na qual Marx elabora uma nova interpretação em relação às teorias quantitativistas do valor se completaria no presente capítulo, onde veremos como aquela segunda hipótese aparece em Marx. Em suma, o presente capítulo apresenta uma leitura da teoria marxiana segundo a qual o valor opera nos processos de trabalho imaterial, não sendo necessário um corpo físico-material para que ele exista. Trilharemos este raciocínio a partir da apreciação da categoria de trabalho produtivo.

Sob múltiplos elementos a teoria marxiana é construída de forma distinta em relação às formulações de seus antecessores. Além dos pontos levantados no capítulo anterior, a categoria marxiana de trabalho produtivo é um desses aspectos. Quando voltada para a compreensão do capitalismo, a densa construção desta categoria embasa a especificidade da contribuição de Marx de diferentes formas: em primeiro lugar, enfatiza em alguns pontos a abrangência de sua teoria do valor, em segundo lugar, elucida a “relação e a função dos elementos constitutivos do processo gerador de valor” (MEIRELES, 2006, p. 121), em terceiro lugar, explicita uma relação social de produção específica no qual o trabalhador é meio direto de produzir mais-valia. A definição de trabalho produtivo tem um lugar central na construção teórica marxiana, mas sua importância geral não é suficiente para justificar a inserção da referida categoria neste estudo. Aqui, os conceitos e categorias marxianos só serão discutidos na medida em que levantarem pontos relevantes para a compreensão do trabalho imaterial.

Do ponto de vista da tradição econômica anterior a Marx, os elementos “produção de valor-capital” e “produção físico-material” eram inseparáveis: para produzir trabalho excedente era necessário produzir mercadorias físico-materiais. A teorização marxiana

fornece àqueles dois elementos existências diferentes entre si, porém, com possibilidade inter-relacional. Isto se torna mais claro na apreciação do conceito de trabalho produtivo, momento em que Marx indica ricos elementos sobre o trabalho imaterial. Ao formular um novo conteúdo para o conceito de trabalho produtivo, diferenciando-se da tradição econômica precedente, Marx fornece questões relevantes para a análise do trabalho imaterial. Explicitar esses elementos é o objetivo do presente capítulo.

Para além do que já expomos neste texto de abertura do capítulo, a discussão sobre trabalho produtivo (e o seu contrário, o trabalho improdutivo) é fundamental nas configurações do capitalismo atual. Conforme aponta Dal Rosso:

“[...] torna-se imprescindível, dado o crescente espaço ocupado pelos serviços no emprego da mão de obra mundial, *rediscutir a questão da produtividade ou improdatividade do trabalho nesse setor*. Se alguns serviços, tais como o comércio de mercadorias, eram considerados improdutivos à era de Marx, de forma análoga outros eram considerados produtivos e não podem ser lançados à vala comum do trabalho improdutivo pelo simples argumento de que o trabalho no setor de serviços é genericamente improdutivo. Pesquisa, comunicações, telefonia, cultura, serviços educacionais e de saúde, lazer e esporte, apenas para mencionar alguns e que na classificação tripartite do emprego recaem no setor de serviços, jamais podem ser considerados improdutivos, *sob pena de desvirtuar toda teoria do valor trabalho na atualidade*. [...] *Rediscutir a questão da improdatividade do trabalho, separando dele aqueles serviços que contribuem de maneira exponencial para a valorização do trabalho, é uma necessidade para o aggiornamento da teoria.*” (DAL ROSSO, 2008, p. 32-33, destaques nossos).

Neste sentido, o resgate de assuntos dissolvidos dentro da grande contribuição teórica de Marx à luz das novas relações estabelecidas no modo de produção em que vivemos - no presente capítulo considerando o trabalho imaterial relacionado com a noção marxiana de trabalho produtivo - demonstra que é possível extrair de Marx vigorosa chave explicativa do capitalismo contemporâneo.

Tendo em vista o conteúdo da categoria *trabalho produtivo*, as questões referentes ao trabalho imaterial, e o debate empreendido pela teoria do trabalho imaterial, julgamos importante apresentar de forma breve o desenvolvimento do conceito de trabalho produtivo antes de Marx para que o mapeamento da contribuição do autor à temática da imaterialidade do trabalho seja posto em destaque. Para isso, abordaremos brevemente as contribuições de François Quesnay, Adam Smith e Jean-Baptiste Say⁵⁰. Logo em seguida, verificaremos o

⁵⁰ Escolhemos os referidos autores por constituírem casos mais emblemáticos de como o conceito de trabalho produtivo relacionado ao trabalho (i)material se desenvolveu até Marx (desenvolvimento que se dá de acordo com as relações capitalistas e os interesses de classe do contexto vivido por cada autor). Assim, evidenciaremos a contribuição marxiana. A contribuição de David Ricardo não foi aqui incluída porque o autor não promove

conceito marxiano de trabalho produtivo, cuja construção remete a três níveis de abstração diferentes que aqui chamamos de *três níveis conceituais do trabalho produtivo*, e teceremos breves comentários sobre alguns contrapontos em relação à teoria do trabalho imaterial.

2.1 – As conexões teóricas entre trabalho produtivo e (i)materialidade do resultado do trabalho antes de Marx

Os fisiocratas, cujo representante de maior envergadura é François Quesnay, possuem o mérito reconhecido por Marx de considerar pela primeira vez o capital produtivo (e não o capital mercantil) como a relação pela qual se origina a mais-valia, além de encarar a produção do excedente como o fator determinante da dinâmica da economia capitalista⁵¹. Ao investigarem a natureza desse produto excedente⁵², os fisiocratas rompem com os mercantilistas e enxergam que a origem do excedente não é a circulação, mas a produção de fato. No entanto, apenas a produção agrícola seria capaz de gerar esse sobre-produto. Esta delimitação influenciaria, com as devidas mediações, Smith, Ricardo e Marx.⁵³ Como decorrência, o pensamento fisiocrata pode ser avaliado como o primeiro a explicitar o *trabalho produtivo* como sendo trabalho gerador de excedente. Por essa razão, nesta seção eles aparecem no início da exposição.

Desde o seu primeiro uso para a compreensão do excedente da produção com os fisiocratas, o conceito de trabalho produtivo passou por diversas reformulações até tomar o conteúdo inovador da construção marxiana. Leitor enfático da produção teórica da economia (e de muitas outras áreas do conhecimento), também em relação ao conceito de trabalho produtivo, Marx filtrou criticamente a formulação de seus predecessores mantendo alguns pressupostos e modelando uma compreensão nova do trabalho produtor de mais-valia. Segundo Marx, a economia clássica

nenhum avanço no conceito de trabalho produtivo em relação a Adam Smith, apesar de utilizá-lo para demonstrar vários aspectos de sua teoria. Assim como veremos em Smith, o conceito ricardiano de trabalho produtivo continua ligado à quantidade material do resultado do trabalho dentro do qual o valor está incorporado, afinal o trabalho imaterial, na opinião dos autores, não resulta em um bem que perdure para além da sua produção, não fazendo parte da acumulação de capital.

⁵¹ Cf. Marx, 2008e, p. 1039-1040.

⁵² Após mencionar a interpretação de William Petty sobre o excedente, Marx diz: “Os fisiocratas encontram dificuldade de outra natureza [...] *procuram analisar a natureza em si da mais-valia*”. (MARX, 2008e, p. 1039).

⁵³ “Em termos rigorosos, o conceito de excedente nasce a partir da fisiocracia; os desenvolvimentos sucessivos, que se realizaram com a escola clássica – especialmente com Smith -, tomarão a teoria fisiocrática como seu ponto natural de partida.” (NAPOLEONI, 1978, p. 28).

[...] sempre fez da produção da mais-valia a característica marcante do trabalhador produtivo. Por isso, sua definição de trabalhador produtivo varia com sua concepção da natureza da mais-valia. Assim, os fisiocratas sustentam que só o trabalho agrícola é produtivo, porque só ele cria mais-valia. Para os fisiocratas, só existe mais-valia sob a forma de renda da terra. (MARX, 2008a, p. 578).

Como explicita o trecho, na teoria dos fisiocratas a formação de excedente é atribuída unicamente à agricultura e, conseqüentemente, somente o trabalho agrícola é considerado produtivo. Vejamos a questão mais de perto.

Em seus escritos, Quesnay constata a existência de três classes fundamentais. A primeira delas é a *classe produtiva*:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários de terras. Englobam-se no âmbito dessa classe *todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura*, até a venda dos produtos em primeira mão; por essa venda conhece-se o valor da reprodução anual das riquezas da nação. (QUESNAY, 1986, p. 257, destaques nossos).

A segunda é a classe dos proprietários. Ela engloba o soberano, os possuidores de terras e os dizimeiros. Tal classe se mantém através da *renda do cultivo da terra* que seria paga pela classe produtiva através dos adiantamentos e posses desses proprietários.

A terceira classe, por sua vez, é composta por todos os outros cidadãos que executam outras formas de trabalhos fora da agricultura. Quesnay a chama de *classe estéril*.

Na acepção dos fisiocratas “a terra é a única fonte de riqueza” e o trabalho agrícola, a agricultura é “a fonte que a multiplica” (QUESNAY, 1981, p. 160). Sob este ponto de vista, o trabalho produtivo, concebido como *o trabalho produtor de excedente*, é somente o trabalho diretamente relacionado com as atividades da agricultura, que lida com a fertilidade natural do solo. O excedente é visto como a parte da riqueza que excede a riqueza consumida na produção. E, na medida em que o capitalismo leva a cabo a tarefa de ampliação do excedente, a atividade capitalista só pode mover-se efetivamente na atividade agrícola.

A supervalorização teórica da produção agrícola por parte dos fisiocratas condiz com o contexto histórico de Quesnay e dos autores da fisiocracia: a França na segunda metade do século XVIII. A economia era predominantemente agrícola comandada, principalmente, sob a forma capitalista. A propriedade da terra era de caráter senhorial. Ao lado dessa produção dominante também se desenvolviam outras atividades como a agricultura camponesa, e o comércio, ambos submetidos às atividades artesanais na cidade. A presença da agricultura capitalista e da agricultura camponesa fez saltar aos olhos dos fisiocratas a superioridade produtiva da primeira em relação à segunda. (Napoleoni, 1978).

Conforme aponta Napoleoni, na teoria de Quesnay a avaliação do excedente não é posta como duas diferenças de grandezas do valor, mas “como avaliação da diferença entre duas grandezas físicas” (NAPOLEONI, 1978, p. 26), *considerando apenas o aspecto físico da produção*. O critério de constatação da existência do excedente é simplesmente a sua *pura verificação empírica segundo o montante físico do produto*.⁵⁴ Em outros termos, o excedente é comprovado mediante uma averiguação quantitativa que se torna determinante. *No pensamento fisiocrático, o excedente tem uma facticidade estritamente físico-material*.⁵⁵ A produção de excedente está intimamente ligada com a produção de bens tangíveis, e só é vista mediante tal articulação. Para produzir produtivamente seria necessário um resultado físico-material.

Mas nem toda produção físico-material é considerada produtiva, a origem do excedente está intimamente relacionada com os trabalhos que, diretamente, se relacionam com terra e sua fertilidade natural. O produto aí gerado é expressão do papel determinante da terra na produção. Isso ocorre porque “o produto que a terra proporciona *supera o necessário* para sua re-utilização e para suprir os meios de subsistência dos trabalhadores.” (NAPOLEONI, 1978, p. 27). Tal superação se dá em termos da quantidade física de produto. Somente na agricultura a produção de determinados bens gerariam uma quantidade maior desses objetos da mesma espécie. Portanto, todo produto excedente que uma determinada economia nacional alcança é produzido pela agricultura. Em contrapartida, a atividade fora da agricultura é vista como uma simples atividade de transformação de bens oriundos da produção agrícola.

A questão da imaterialidade do trabalho não tem espaço neste quadro teórico por algumas razões: em primeiro lugar, a massa de trabalho imaterial é realizada fundamentalmente nas atividades da indústria e dos chamados serviços, portanto, fora da agricultura. Em segundo lugar, é impossível as atividades imateriais gerarem *excedente físico de produto* devido à facticidade imaterial do resultado. Tomando como base a teoria dos fisiocratas, não haveria produção de excedente a partir da produção imaterial.

⁵⁴ “Quando aos fisiocratas se apresenta o problema da mensuração do ‘produto líquido’ (excedente), com o fito de construir seu esquema quantitativo, tal problema é resolvido de forma empírica, aceitando como dados os preços de mercado.” (NAPOLEONI 1978, p. 27)

⁵⁵ “[...] o valor assumia aqui sua expressão puramente material, tangível.” (BELUZZO, 1980, p. 21).

Adam Smith⁵⁶, por sua vez, alarga a abrangência do conceito de trabalho produtivo em relação aos fisiocratas ao enxergar o trabalho como a medida do valor de troca das mercadorias⁵⁷. Para Smith, existe determinado tipo de trabalho que agrega valor ao objeto para o qual o trabalho é direcionado, e outro tipo de trabalho que não tem a mesma característica. O autor nomeia o primeiro tipo de *trabalho produtivo* e o segundo de *trabalho improdutivo*. Um exemplo de trabalho produtivo seria o trabalho de um manufator: este tipo de trabalho “acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão” (SMITH, 1996b, p. 333). Os salários do manufator são adiantados pelo patrão, mas nada custam a este último uma vez que o valor dos salários é repostado juntamente com o lucro. Tomando como ponto de partida o conceito fisiocrático de trabalho produtivo, a abrangência de tal conceito é ampliada por Smith.

O trabalho improdutivo, por sua vez, não incorpora valor a nenhum objeto, não se materializa em nenhum produto que possa perdurar e ser vendido a uma soma de valor superior aos elementos necessários à produção. Segundo Smith, figuram como trabalhadores improdutivos: os chamados “criados domésticos”, o soberano, oficiais de justiça, membros do exército, “eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos, cantores de ópera, dançarinos de ópera etc.” (SMITH, 1996b, p. 334). Todos esses trabalhadores não acresceriam nenhum valor a nada: um indivíduo aumenta a magnitude de sua riqueza ao contratar operários, mas empobrece se paga muitos trabalhadores improdutivos, apesar da incontestável utilidade de suas atividades e merecimento de remuneração.

A grande diferença entre a conceituação smithiana de trabalho produtivo e trabalho improdutivo reside, principalmente, na seguinte formulação:

[...] o trabalho do manufator fixa-se e realiza-se *em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho*. É, por assim dizer, uma certa quantidade de trabalho estocado e acumulado para ser empregado, se necessário, em alguma outra ocasião. (SMITH, 1996b, p. 333, destaques nossos).

O conceito de trabalho produtivo em Smith depende, portanto, da possibilidade deste trabalho *incorporar valor a um objeto*, a uma mercadoria material, física, para que possa ser

⁵⁶ O autor escocês viveu no período de 1723 a 1790. Considerado o grande nome do liberalismo, teorizou em um contexto marcado pelas acentuadas modificações capitalistas no campo dos grandes centros de manufatura. (Fusfeld, 2005).

⁵⁷ “O trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.” (SMITH, 1996b, p. 87).

posteriormente realizada. Só é produtivo o trabalho cujo resultado perdure além da sua produção, em um objeto físico. Futuramente, tal objeto pode movimentar uma quantidade de trabalho igual ao trabalho que o produziu. A atividade imaterial de qualquer um dos trabalhadores improditivos listados por Smith e expostos acima não produz nenhum objeto, nenhuma mercadoria vendável. Tal serviço desaparece no ato de sua produção⁵⁸.

Em Smith, os serviços, “não tem nenhum valor produtivo, não se fixando nem se realizando em nenhum objeto permanente ou mercadoria vendável que perdure após encerrado o serviço, e pelo qual igual quantidade de trabalho pudesse ser conseguida posteriormente.” (SMITH, 1996, p. 334). Como o resultado dos serviços é imaterial, isto é, seu resultado é consumido no próprio ato da produção, não se materializando em nenhum objeto, o autor não vê a possibilidade de extração do lucro a partir destes tipos de trabalho. Todo trabalho imaterial na teoria de Smith é visto como trabalho improditivo.

De acordo com o autor é produtivo o trabalho que atenda aos seguintes critérios: em primeiro lugar, *incorporar* valor ao objeto sobre o qual o trabalho é executado; em segundo lugar, operar dentro da produção material, produzindo um objeto físico que perdure para além do ato da produção (só é produtivo o *trabalho material*), e este é um ponto de convergência com o pensamento fisiocrático; em terceiro lugar, a possibilidade e necessidade do trabalho produtivo movimentar, no futuro, uma quantidade de trabalho igual à que produziu.

Por tais razões, defendemos o argumento de que Adam Smith, ao ampliar o conceito de trabalho produtivo em relação a seus predecessores fisiocratas, realiza uma ampliação parcial desse conceito: ainda há exclusão do trabalho imaterial como uma atividade inserida nos tipos produtivos de atividade laboral. Na teoria smithiana, conforme está explícito, todo trabalho imaterial é considerado improditivo e, desta forma, não gera valor, não valoriza o capital. O tipo qualitativo de trabalho determina se esse trabalho é produtivo ou não. Levando as teorizações de Smith às últimas consequências, podemos extrair os seguintes resultados: em primeiro lugar, o trabalho imaterial teria independência relativa em relação à produção de mais-valia; em segundo lugar, o capital seria incapaz de obter lucro a partir de uma produção imaterial, uma vez que este tipo de produção não gera um resultado material no qual o valor tem que ser incorporado; em terceiro lugar, como decorrência dos pontos anteriores, a teoria do valor teria uma abrangência restrita, dizendo respeito apenas à produção de mercadorias físico-materiais. Sob este ponto de vista, uma mercadoria só teria valor caso o trabalho se

⁵⁸ “Seus serviços normalmente morrem no próprio instante em que são executados, e raramente deixam atrás de si algum traço ou valor, pelo qual igual quantidade de serviço poderia, posteriormente, ser obtida.” (SMITH, 1996, p. 334).

corporifique em algum conteúdo físico-material. Apesar de avançar a teoria em relação aos fisiocratas generalizando o conceito de trabalho produtivo ao capital produtivo, cuja produção é físico-material, a produção de valor ainda se encontra presa à produção de mercadorias palpáveis.⁵⁹

O primeiro grande economista a incorporar o trabalho imaterial dentro da conceituação de trabalho produtivo, contrariando a tendência vigente em sua época segundo a qual o trabalho produtivo é conceituado considerando a fisicidade de seu resultado útil, foi o francês Jean-Baptiste Say⁶⁰. Admirador da teoria de Adam Smith, o autor teceu vários contrapontos em relação ao conceito smithiano de trabalho produtivo que considera produtiva apenas as atividades relacionadas com a produção físico-material. Segundo Say, este erro smithiano decorre da sua concepção limitada de riqueza: em vez de atribuir a nomenclatura “riqueza” a todas as coisas com valor de troca, Smith a define como uma característica presente apenas em mercadorias cujo valor é preservado para além da produção.

Teórico e defensor do utilitarismo, Say enxerga uma identidade entre, de um lado, produção de riqueza (leia-se produção de valor), e de outro, produção de qualquer utilidade que satisfaça alguma espécie de necessidade humana.⁶¹ Produzir algum tipo de utilidade é, simultaneamente, produzir valor, de modo que o valor de troca das mercadorias é “a medida da utilidade que lhes foi dada” (SAY, 1983, p. 68). Desde o primeiro capítulo de seu *Tratado de Economia Política*, ao discorrer sobre o principal elemento que caracteriza um processo produtivo (a sua função na produção de coisas úteis), Say explicita a possibilidade de a Economia Política incluir a produção de utilidades imateriais no conceito de produção, e fornece uma excelente pista para o tema do trabalho imaterial:

⁵⁹ “A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo em Smith está referenciada numa visão material do processo de valorização do capital. Segundo o autor, um bem só tem valor quando é palpável, concreto, visível e estocável, de forma que o trabalho nele aplicado seja reprodutível, capaz de se perpetuar ao longo das transações econômicas, permitindo a aquisição de novos bens e serviços — ou seja, a perpetuação do valor pressupõe uma base material de suporte. Portanto trabalho produtivo é todo trabalho reprodutível, que forma uma reserva de valor, concreta e material, de modo a possibilitar a acumulação de riqueza.” (MEIRELLES, 2006, p. 221).

⁶⁰ Say (1767- 1832) nasceu na França, mas morou no país capitalista mais desenvolvido de sua época, a Inglaterra. Ali, presenciou o processo de industrialização inglesa e conheceu a teoria de Smith. Posteriormente, voltou a França e liderou uma indústria têxtil que empregava cerca de 400 funcionários. (Tapinos, 1983).

⁶¹ “O valor que os homens atribuem às coisas tem seu primeiro fundamento no uso que delas podem fazer. Umas servem como alimento, outras como vestuário; algumas nos defendem dos rigores do clima, como as casas; outras, como os ornamentos, os produtos de beleza, satisfazem gostos que são uma espécie de necessidade. Seja como for, permanece sempre verdadeiro que os homens atribuem valor às coisas em virtude de seu uso: o que não serve para nada não tem preço nenhum. A essa faculdade que possuem certas coisas de poderem satisfazer as diferentes necessidades humanas, permitam-me chamá-la de utilidade. Direi que criar objetos dotados de uma utilidade qualquer é criar riquezas, visto que a utilidade desses objetos constitui o primeiro fundamento de seu valor e que seu valor é riqueza. (SAY, 1983, p. 68, destaques nossos).

[...] a massa de matéria de que o mundo se compõe não poderia aumentar nem diminuir. Tudo o que podemos fazer é reproduzir essas matérias sob uma outra forma que as torna apropriadas a um uso qualquer que não possuíam anteriormente ou que simplesmente aumenta-lhes a utilidade que antes já podiam ter. Nessas circunstâncias, há criação de utilidade, não de matéria, e, visto que essa utilidade lhes confere valor, há produção de riquezas. É nesse sentido que devemos entender a palavra *produção* em Economia Política e em todo o curso desta obra. A produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade. (SAY, 1983, p. 68).

O homem necessita de bens e serviços para a realização de suas necessidades. Sob este ponto de vista, é produtivo qualquer trabalho gerador de utilidade, independente do conteúdo físico de seu resultado. Em outros termos, neste posicionamento o autor inclui atividades geradoras de produtos imateriais na conceituação de trabalho produtivo, diferentemente de Quesnay e Smith. Na teoria de Say o conceito de trabalho produtivo se descola da necessidade de produção de mercadorias físico-materiais.

Incorporar temas concernentes aos produtos imateriais no objeto de estudo é um dos méritos de Say. Em sua principal obra, o *Tratado de Economia Política*, ele dedica um capítulo inteiro à análise dos “*produtos imateriais ou valores que se consomem no momento da produção*”. Tomando como exemplo o trabalho de um médico que observa os sintomas da enfermidade de seu paciente, prescrevendo-lhe medicação adequada, o autor expõe:

O trabalho do médico foi improdutivo? Quem poderia pensar isso? O doente foi salvo. Essa produção era incapaz de tornar-se matéria de uma troca? Em absoluto, pois o conselho do médico foi trocado pelos seus honorários; mas a necessidade dessa recomendação cessou desde o instante em que foi dada. Sua produção consistia em dizê-la; seu consumo em escutá-la; ela foi consumida no mesmo momento em que produzida. É a isso que chamo de *produto imaterial*. (SAY, 1983, p. 125, destaques do autor).

A utilidade gerada pelo trabalho do médico faz com que esta atividade seja considerada trabalho produtivo. O mesmo ocorre em outros exemplos citados por Say como o trabalho de músico, ator, advogado, juiz etc. Todos são imateriais, isto é, seus resultados não se mantêm para consumo ou troca futura, mas são consumidos no ato da produção. Além disso, geram riqueza de modo que “os produtores de produtos imateriais adquirem fortunas.” (SAY, 1983, p. 126).

Apesar da capacidade de gerar valor e utilidade, o capital não pode absorver para si os resultados da produção imaterial com a mesma facilidade. Na teoria de Say, devido à característica imaterial que determinados produtos possuem, torna-se impossível acumular capital a partir do lucro extraído pelo trabalho imaterial. Só há valor incorporado nos

chamados *produtos imateriais* porque os mesmos são dotados de utilidade⁶², e não por causa da relação de capital que se estabelece na produção:

Da natureza dos produtos imateriais resulta que não se poderia acumulá-los e que eles não servem para aumentar o capital nacional. Uma nação em que encontrássemos uma multidão de músicos, de sacerdotes e de empregados poderia ser uma nação muito divertida, bem doutrinada e admiravelmente bem administrada; mas seria tudo. Seu capital não receberia nenhum acréscimo direto de todo o trabalho dos homens industriais, porque seus produtos seriam consumidos à medida que fossem criados. (SAY, 1983, p. 126).

A relação de capital só pode operar na produção imaterial de forma exterior. Este tipo de produção, segundo a teoria de Say, não corrobora para a produção de lucro especificamente capitalista. Seria impraticável qualquer dono de meios de produção engendrar acumulação de capital a partir de uma produção de bens imateriais. Na teoria do autor, o resultado do trabalho imaterial contém valor enquanto utilidade, mas não contém valor enquanto geração de riqueza para acumulação de capital. A produção imaterial seria capaz de circular quantidade de dinheiro suficiente para enriquecer muitos indivíduos, mas é incapaz de enriquecer um indivíduo que empregue muitos trabalhadores visando obter lucro neste tipo específico de produção. Por tais razões, consideramos que na teoria de Say *inserção do trabalho imaterial no conceito de trabalho produtivo é apenas parcial*.

Apesar disso, a teoria do autor constitui um avanço na questão da imaterialidade do trabalho em relação à tradição da teoria econômica de sua época. Os predecessores de Say analisados neste item excluem o trabalho imaterial do conceito de trabalho produtivo. Na contribuição dos fisiocratas, representado aqui por François Quesnay, o conceito de trabalho produtivo aparece preso ao setor da agricultura. Além disso, para a geração do excedente seria necessário que a produção gere um *montante físico de produto* que exceda os elementos gastos na produção, uma vez que tal excedente é considerado não como uma relação de valor, mas como grandeza físico-material. Somente o trabalho agrícola teria essas potencialidades. Com continuidades e rupturas, Adam Smith amplia a abrangência do conceito de trabalho produtivo para qualquer atividade capaz de gerar valor. Entretanto, apesar de promover este avanço conceitual em relação a seus predecessores da escola fisiocrata, tal ampliação possui determinados limites: para gerar valor e constituir-se como trabalho produtivo, é necessário que o trabalho incorpore valor a uma mercadoria físico-material, podendo girar uma

⁶² “O trabalho produtivo de produtos imateriais, como qualquer outro trabalho, é produtivo até agora apenas como aumenta a utilidade, e, assim, o valor de um produto: além deste ponto, é um esforço puramente improdutivo.” (Cap XIII par. 10).

quantidade igual ou maior de valor no futuro. Os resultados imateriais não teriam esta capacidade. Por isso, qualquer tipo de trabalho imaterial é considerado improdutivo, exterior à atividade capitalista. Ao contrário, na obra de Say, as atividades imateriais são vistas como produtivas na medida em que possuem utilidade, mas não contam produtivamente na acumulação de capital.

Com a exposição da contribuição de Say, concluímos nossa breve apresentação de como a questão da imaterialidade do trabalho aparece, mesmo que implicitamente, em alguns predecessores de Marx. Ao tratar do trabalho produtivo, todos eles tocam na questão da materialidade física do resultado. Mas, antes de Marx, a inserção do trabalho imaterial no âmbito do trabalho produtivo só é abordada parcialmente. Restava analisar a parte mais complexa da questão: para além da utilidade, como o trabalho imaterial entra no processo de produção do valor que valoriza o capital? Say já havia notado o problema: “os produtos imateriais são fruto da indústria humana, pois chamamos de indústria qualquer espécie de trabalho produtivo. *Percebe-se menos claramente como eles são, ao mesmo tempo, fruto de um capital.*” (SAY, 1983, p. 127, destaques nossos). No entanto a questão não foi resolvida por ele. Say para onde começam as reais dificuldades do tema: analisar o trabalho imaterial inserido diretamente na relação de capital. Coube a Marx realizar tal tarefa. Demonstrar a abrangência do conceito marxiano de trabalho produtivo acentuando a explícita consideração do trabalho imaterial dentro desta conceituação é o principal objetivo do presente capítulo. Em outros termos, procuraremos demonstrar que ao inovar qualitativamente o conceito de trabalho produtivo, Marx levanta questões pertinentes para a análise do trabalho imaterial.

2.2 – Os três níveis conceituais do trabalho produtivo em Marx e o trabalho imaterial

Em *O Capital*, devido à rigorosa exposição marxiana, as categorias são apresentadas progressivamente, partindo de suas determinações mais simples, passando pelas determinações mais complexas visando a compreensão das múltiplas determinações que constituem o concreto.⁶³ (Marx, 2011). A ordem expositiva dos volumes de *O Capital* segue

⁶³ A exposição marxiana marcada pela *construção conceitual gradual* é muito bem explicitada por Marcos Müller. Se referindo ao capital enquanto capital em geral, diz o autor: “A dialética enquanto método caracteriza um procedimento que pretende *expor construtivamente* o ‘desenvolvimento conceitual do capital’ enquanto ‘capital em geral’, o ‘capital enquanto tal, isto é, o capital social total’ a partir de sua ‘forma elementar’, a mercadoria (enquanto objeto imediato da circulação e forma econômica dos produtos do trabalho humano), e das

esse movimento: parte do *processo de produção do capital* (primeiro volume), perpassa o *processo de circulação do capital* (segundo volume) e “finaliza” com o *processo global de produção capitalista*. No entanto, atrelado a esse movimento geral que vai do simples ao complexo, outros conceitos e categorias são acrescentados, realizando, várias progressões de menor amplitude do abstrato ao concreto, das determinações simples às determinações complexas.⁶⁴

O conceito de trabalho produtivo pode ser considerado um daqueles elementos teóricos que, dentro da progressão expositiva geral da obra, e intimamente atrelado a ela, segue seu próprio movimento conceitual. Este desenvolvimento conceitual é gradual, remetendo, portanto, a níveis de abstração diferentes. Através da leitura de *O Capital* e o *Capítulo VI Inédito*, percebemos que é possível distinguir três níveis conceituais referentes à definição de trabalho produtivo. Em todos os *três níveis conceituais do trabalho produtivo* existem questões pertinentes para a compreensão do trabalho imaterial. Apresentar tais elementos é o objetivo desta segunda e última parte do capítulo.

É importante mencionar que Marx não distingue formalmente os três níveis conceituais do trabalho produtivo, embora sejam notáveis os diferentes níveis de abstração que marcam cada momento. Um nível conceitual não exclui o outro, todos fazem parte da construção do conteúdo do conceito *trabalho produtivo* que Marx articula de forma inovadora e crítica em relação aos seus predecessores da tradicional teoria econômica. Para facilitar a compreensão, dividimos os três níveis conceituais em três subitens.

2.2.1 – Primeiro nível: o processo de trabalho sob a forma de simples produção de valores de uso

Em *O Capital* o conceito de trabalho produtivo aparece explicitamente pela primeira vez na seção destinada à análise do processo de trabalho sob a perspectiva da simples produção de valores de uso. Para expor o primeiro momento do conceito de trabalho produtivo, ou o primeiro nível de abstração que envolve a compreensão deste conceito, a

determinações progressivas das formas de manifestação do valor, presente na mercadoria: forma-valor simples, forma-valor total, forma-valor universal, dinheiro em suas determinações fundamentais.” (MÜLLER, 1982, p. 21, destaques nossos).

⁶⁴ “[...]a passagem do ‘abstrato’ ao ‘concreto’ é feita por Marx de várias maneiras e em todos os capítulos” (TAVARES, 1998, p. 52, destaques nossos).

análise marxiana apresenta um rico desenvolvimento sobre a categoria trabalho, que nos cabe aqui apontar sem pormenorizar os desenvolvimentos posteriores.

A apresentação do processo de trabalho considerado sob a forma de simples produção de valores de uso consiste em expor os *elementos abstratos do trabalho*, referindo às suas características *universais*, independente das formas históricas *particulares* em que o trabalho se constituiu nas diferentes formas de sociedade, ou seja, Marx analisa, neste primeiro momento, o trabalho em seus elementos de fundo, nos nexos menos perceptíveis.

Sobre este primeiro nível de abstração na análise do trabalho, Marx afirma: “o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1996, p. 297). Este nível de análise deve assim proceder porque “a produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle.” (MARX, 1996, p. 297). Em outro momento, referindo-se ao famoso capítulo V de O Capital no qual analisa o processo de trabalho sob a perspectiva da “simples” produção de utilidade (de onde a citação acima foi retirada), o autor diz: “no capítulo V, estudamos o processo de trabalho em abstrato, independente de suas formas históricas” (MARX, 1996b, p. 137), sendo “comum a todas as formas sociais” (MARX, 2006, p. 218). Cabe a nós demonstrar no presente item da dissertação como o conceito de trabalho produtivo é apresentado no momento em que Marx, partindo do primeiro nível de abstração na análise da categoria trabalho, analisa a natureza geral e imutável da produção humana de valores de uso, e, a partir destes delineamentos, extrair elementos para a compreensão do trabalho imaterial.

Segundo Marx (2006) o trabalho seria uma atividade exclusividade humana por meio da qual há um dispêndio de energia física e mental para a *produção de algum valor-de-uso*, de alguma utilidade que irá satisfazer uma necessidade específica, sem importar a natureza dessa necessidade, seja ela do estômago ou da fantasia. Há, portanto, em Marx, o reconhecimento de diferentes formas de necessidades: uma remete a elementos físicos (estômago) e outra a elementos abstratos (fantasia). A partir desta constatação marxiana, podemos dizer que, em relação à materialidade do resultado do trabalho, os diferentes tipos de necessidade condicionam a forma pela qual o valor de uso deve ser construído pelo trabalhador: a necessidade humana da alimentação só pode ser provida através da atividade de transformar os bens disponíveis pela natureza na forma adequada de alimento, seja retirando frutos de

arbustos, seja cozendo alimentos crus e duros⁶⁵. Do mesmo modo, a necessidade de ouvir melodias agradáveis à fantasia humana só pode ser suprida pela atividade na qual o homem extrai sonoridades de objetos ou das cordas vocais sob a forma de música audível aos ouvidos humanos. O valor de uso produzido é adequado a um tipo de consumo específico⁶⁶: uma música só pode ser consumida imaterialmente, e o alimento que sacia a fome só pode ser consumido materialmente. Em suma, existem necessidades que são supridas com o consumo do resultado físico-material da atividade humana e necessidades que são supridas com o consumo do resultado imaterial do trabalho.⁶⁷ Como Marx afirma nos Grundrisse, “sem necessidade, nenhuma produção” (MARX, 2011, p. 47).

Sob a perspectiva exposta acima, o consumo, a partir do tipo da necessidade a ser suprida, condiciona a produção de valores de uso. Mas, também é verdade que o ato de trabalhar e produzir utilidade também condiciona a forma de consumo. Em primeiro lugar, porque o homem põe em movimento suas forças naturais (envolve gastos de músculos, cérebro e nervos) de modo a transformar a natureza em um *efeito útil* que possa ser consumido por ele, e, ao modificar a natureza exterior, sua própria natureza é modificada. O processo de trabalho faz o trabalhador. Em segundo lugar, porque uma utilidade específica produzida pela ação humana se distingue dos demais objetos externos: ela é um efeito útil particular que deve ser consumido de uma forma determinada.⁶⁸ O produto é um material dado à necessidade humana, mas ele também dá uma necessidade ao material. E Marx exemplifica este processo com um elemento da produção imaterial: “o objeto de arte – como qualquer produto – cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, *produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.*” (MARX, 2011, p. 47, destaques nossos).

⁶⁵ “Ele [o homem] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de *apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.*” (MARX, 1996a, p. 297).

⁶⁶ Explicando como o consumo produz a produção, diz Marx: “[...] apenas no consumo o produto devém efetivamente produto. Uma roupa, por exemplo, somente devém roupa efetiva no ato de ser trajada; uma casa que não é habitada não é de fato uma casa efetiva; logo, o produto, à diferença do simples objeto natural, afirma-se como produto, devém produto somente no consumo. O consumo dá o golpe de misericórdia no produto quando o dissolve; porque *o produto é a produção não só como atividade coisificada, mas também como objeto para o sujeito ativo*” (MARX, 2011, p. 46, destaques nossos). Nas mediações capitalistas, o consumo “sai de sua rudeza e imediaticidade originais” (MARX, 2011, p. 47) e outras relações devem ser consideradas.

⁶⁷ Objetos físico-materiais também podem suprir as chamadas necessidades da fantasia. É exatamente o que ocorre no consumo dos produtos de luxo. Mas esses elementos em nada alteram a dinâmica do que estamos expondo aqui.

⁶⁸ “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente.” (MARX, 2011, p. 47).

Conforme é possível notar, questões referentes ao trabalho imaterial já surgem na teoria marxiana quando analisamos atentamente os elementos mais simples do processo de trabalho. A relação entre a necessidade, a criação de objetos para satisfazer essas necessidades e o ato dessa satisfação já inclui, implicitamente, temas transversais ao imaterial. É importante mencionar que tais relações não são temas exclusivos à obra *O Capital*: desde *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels analisaram este ato fundante da existência humana: “o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades.” (MARX; ENGELS, 1991, p. 39).⁶⁹ O que seria a produção intelectual, artística e religiosa, senão a satisfação de necessidades através da produção imaterial?

Se o tipo da necessidade determina a finalidade para a qual o processo de trabalho deve racionalmente se direcionar, trabalho não é apenas produção, mas também reflexão. Aliás, o trabalho é a conexão peculiarmente humana entre produção e concepção. Neste processo, o homem “media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1996, p. 297). Nos pressupostos marxianos, o trabalho gerador de valor de uso se distancia das formas de trabalho meramente instintivas do homem⁷⁰ uma vez que, na perspectiva do autor, o processo de trabalho está dotado de uma dimensão teleológica: o homem esboça em sua consciência o produto do ato de trabalhar antes de executá-lo efetivamente, delineando e adequando o processo a uma finalidade que resulta naquilo que já existia na sua concepção:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. [...] Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2006, p. 211-212)

Marx coloca o trabalho em contraposição à espontaneidade instintiva, imprimindo-lhe a necessidade da capacidade reflexiva: e isso seria peculiar ao homem. A dimensão teleológica do trabalho reside justamente nesta característica: apenas o homem planeja

⁶⁹ Na mesma obra, os autores afirmam: “pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida [...]” (MARX; ENGELS, 1991, p. 39). Sobre a frase citada no texto, Marx e Engels prosseguem a análise dizendo que o simples ato de criar meios para satisfazer as necessidades gera novas necessidades.

⁷⁰ “Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho”. (MARX, 2006, p. 211).

racionalmente a finalidade para onde se direcionará o trabalho, figurando em sua mente o resultado.

O trabalho imaterial que se despende na concepção do processo de trabalho, ou no planejamento para que a atividade laboral e outros elementos correlatos a tal processo se ajustem a um fim determinado visando a produção de uma utilidade qualquer, atividade que, com o crescente uso da divisão do trabalho e com o desenvolvimento das tarefas produtivas promovidos pelo capitalismo posterior a Marx, se tornou uma profissão específica tão cultuada e bem remunerada, é um trabalho executado pelo homem há milênios, desde quando a atividade de produzir utilidades começou a ser mediada pela consciência, isto é, desde quando homens e mulheres são efetivamente homens e mulheres. Porém, nestas formas elementares da existência humana, a concepção da organização do processo de trabalho não dizia respeito a um ofício distinto, a atividade da gestão intelectual do trabalho não se dissociava do restante do processo laboral. A relação presente entre trabalho e a atividade que produz uma concepção sobre o processo de trabalho não depende da existência de um profissional específico desta área, da mesma forma que “a existência da relação entre o casaco e o trabalho que o confecciona não depende de o ofício de alfaiate se tornar uma profissão especial [...]. Antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se.” (MARX, 2006, p. 64). O trabalho relacionado à concepção do processo de trabalho foi executado pelo indivíduo desde tempos remotos, quer ele tivesse ou não consciência da importância deste elemento na atividade laboral geral. Nesta altura da exposição, torna-se relevante mencionar as palavras de Marx:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador *reúne todas as funções que mais tarde se separam*. [...] O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, *o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual*. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. (MARX, 1996b, p. 137).

Se o trabalho imaterial é o ato de produzir utilidades imateriais, por que não considerar a concepção do processo de trabalho como o trabalho imaterial do indivíduo que trabalha “independentemente de qualquer forma social determinada” a quem Marx faz referência em suas abstrações? A concepção é parte constituinte e indispensável de seu longo processo de trabalho, gerando um valor de uso específico que é consumido tão logo que o indivíduo exterioriza sua reflexão, e reaparece na forma transmutada do objeto final. A reflexão não é parte acessória do processo de trabalho, mas parte necessária. Sem fazer distinção entre níveis

de complexificação do trabalho intelectual, o homem sempre trabalhou intelectualmente, usando, portanto, atribuições do que hoje é chamado de trabalho imaterial, sem que esta atribuição constituísse um ofício específico.⁷¹ Não podemos negar que nos dias atuais a base de produção agrega quantidades muito mais expressivas de atividades imateriais. No entanto, queremos salientar que o trabalho analisado sob a perspectiva da simples produção de valores de uso - à parte de qualquer estrutura social determina, como quer Marx - isto é, em seu nível de abstração mais elevado, *contém o trabalho imaterial em forma germinal, simples*⁷². Sadi Dal Rosso fornece uma frase que concerne sentido exato em relação ao que queremos sublinhar: “a dimensão intelectual e afetiva do trabalho não é uma descoberta nova na história humana. A divisão de trabalho intelectual e manual nada mais é do que a separação do trabalho em seus componentes intrínsecos.” (DAL ROSSO, 2008, p. 38). Segundo Marx, antes da complexificação da divisão social do trabalho o processo de trabalho conjugava, unia o trabalho intelectual com o trabalho manual.

Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, o processo de trabalho vai se fragmentando de modo que a atividade laboral que envolve a criação de valores de uso específicos através de capacidades intelectuais se torna um ofício distinto. No entanto, é errôneo afirmar que separação entre trabalho intelectual e trabalho manual exclui a reflexão, a concepção e as atribuições intelectuais do trabalho manual. Mesmo o trabalho manual mais simples envolve a mediação da consciência e da teleologia. Na teoria marxiana, trabalhar é produzir valores de uso com intermédio do pensamento ativo do homem.⁷³

⁷¹ “Tanto no trabalho material, físico, quanto no imaterial, o trabalhador faz uso de outras faculdades além de sua energia física. *Faz uso de sua inteligência, de sua capacidade de concepção, de criação, de análise, de lógica.* [...] Utiliza as experiências adquiridas anteriormente no trabalho, sejam em termos relacionais e grupais, sejam em termos de habilidades individuais herdadas gerações após gerações ou aprendidas nos processos educativos. *Toda a definição de trabalho passa por um certo componente de reflexão intelectual ou envolvimento efetivo do trabalhador que não seja apenas exercício de força física,* ainda que esse trabalho possa ser o do escravo que lida na lavoura de café, do assalariado que carrega sacos de cimento ou do funcionário público que separa correspondências sem cessar. *Em qualquer desses exemplos podem ser identificadas a participação da inteligência, da cultura adquirida, da socialização herdada e das relações construídas pelo trabalhador. O trabalho ocupa a pessoa como um todo.*” (DAL ROSSO, 2008, p. 30, destaques nossos).

⁷² Para a explicação do que acabamos de expor, um pressuposto metodológico marxiano pode ser utilizado: só é possível compreender a forma elementar do trabalho imaterial camuflada no “trabalho em geral” quando as formas superiores do trabalho imaterial já estão desenvolvidas. Este desenvolvimento se desenrola no seio da sociedade capitalista contemporânea. Por isso, o conceito de trabalho imaterial aparece com validade efetiva apenas no capitalismo: “a sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, *as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura* permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados [...]” (MARX, 2011, p. 58).

⁷³ “Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar

Ao trabalhar, o homem modifica o objeto no qual aplica seu trabalho. O resultado é um objeto, um valor de uso. Agora, “o trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (MARX, 1996, p. 300). E aqui encontramos o *primeiro nível conceitual do trabalho produtivo*. Marx, por hora, conceitua o trabalho gerador de valor de uso como trabalho como produtivo, *derivado apenas do processo simples de trabalho*: do ponto de vista do resultado do trabalho, há a criação de um objeto, um elemento da natureza modificado segundo as necessidades humanas. Trabalhar produtivamente, aqui, é criar um valor de uso. No entanto, o autor adverte: essa conceituação do trabalho produtivo não é adequada para a análise do modo capitalista.

É importante compreender aqui que a produção de valores de uso não muda suas características gerais mesmo quando submetida ao controle do capitalista⁷⁴. E, uma vez que o conceito de trabalho produtivo aparece na parte concernente à produção simples de valores de uso, Marx está ressaltando duas condições para o trabalho configurar-se como trabalho produtivo, mesmo nas formações capitalistas: em primeiro lugar, *o trabalho só pode ser trabalho produtivo porque ele gera um efeito útil, uma utilidade, e, em segundo lugar, esse efeito útil deve ser exteriorizado, separado da individualidade do trabalhador*.⁷⁵ Estes elementos são centrais para a compreensão do trabalho imaterial no capitalismo. Mesmo se o trabalho for trabalho imaterial, ele deve atender a essas duas condições: em primeiro lugar, o resultado do trabalho deve ter uma existência exterior sujeito que o produziu, e, em segundo lugar, esta existência exterior deve possuir a potencialidade de satisfação de alguma necessidade. O trabalho sempre gera um *efeito útil*, um resultado que se configura como utilidade para o homem, não importando a natureza dessa utilidade, nem se tal utilidade satisfará a necessidade do trabalhador ou a de terceiros.

sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho.” (MARX, 2006, p. 212).

⁷⁴ De acordo com o que apontamos, o trabalho em geral, abstraído de qualquer estrutura social determinada, é condição eterna da vida humana. Apesar de estarmos salientando que outras determinações se levantam ao trabalho quando analisamos o modo de produção capitalista, é fundamental ter em mente que o trabalho em geral e suas determinações tratam de “determinações igualmente válidas para todas as formas em que este [o trabalho] possa desenvolver, de condições naturais invariáveis do trabalho humano. [...] De fato, passam a ser, portanto, determinações absolutas do trabalho *Humano* em geral, logo que este consegue desprender-se do caráter puramente animal.” (MARX, 2004, p. 90). Em outra passagem, reforçando a idéia, diz Marx: “o processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho.” (MARX, 2004, p. 109) ou “a produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob o seu controle.” (MARX, 2006, p. 211).

⁷⁵ Apesar do conceito de trabalho produtivo no capitalismo carregar mediações mais complexas, ele obedece à necessidade de criação de um valor de uso externo (não necessariamente material) ao trabalhador. Desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx demonstra que o pressuposto para a possibilidade do trabalho humano ser expropriado por terceiros é a existência externa do produto do trabalho em relação ao trabalhador em determinadas mediações sociais. (Cf. Marx, 2004b, p. 81).

Para usar a terminologia de Marx, o trabalho que estamos expondo aqui é o trabalho concreto, útil. A diferença entre trabalhos úteis é uma diferença qualitativa que diz respeito a uma série de coisas dentro das quais podemos mencionar: o tipo de trabalho, a matéria no qual o trabalho é objetivado, os meios necessários para sua aplicação etc.

Enquanto uma atividade que satisfaz necessidades, o trabalho é condição natural e ineliminável da vida humana. Na teorização de Marx o trabalho gera, necessariamente, um valor-de-uso, uma utilidade. Mesmo na produção capitalista, há a geração de utilidade: “o que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular.” (MARX, 2006, p. 211).

Até aqui, os elementos gerais do conceito marxiano de trabalho produtivo se assemelham muito aos de Say. Trabalhar produtivamente é gerar utilidade. No entanto, Marx adverte sobre a limitação do conceito de trabalho produtivo nos autores utilitaristas:

Só a tacahez mental da burguesia, que tem por absoluta a forma capitalista de produção, e que, conseqüentemente, a considera forma natural da produção, pode confundir a questão do *trabalho produtivo e do trabalhador produtivo do ponto de vista do capital, com a questão do trabalho produtivo em geral*, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto ou num valor de uso, em resumo: num resultado. (MARX, 2004, p. 109).

O autor está sublinhando que nas formações sociais capitalistas o conceito de trabalho produtivo deve ser pensado considerando outros elementos. Para explicar as relações internas do conceito de trabalho produtivo na ordem do capital não basta apenas afirmar que o trabalho produtivo é o trabalho que gera utilidades, por mais que tal afirmação seja relevante. Ao analisar o capitalismo, Marx apresenta outras relações nas quais o trabalho está submetido. Por incluir tais elementos, outras determinações são colocadas, alterando a abrangência do conceito. Assim, consideramos que este movimento conceitual remete a um *segundo nível conceitual do trabalho produtivo*, tema do próximo subitem.

2.2.2 – Segundo nível: o processo de trabalho na ordem do capital

O tratamento pormenorizado sobre o processo de trabalho no capitalismo levando em conta a densidade e a riqueza teórica que encontramos na teoria social de Karl Marx extrapolaria os objetivos deste trabalho. Por hora, cabe apenas abordar a questão em seus componentes, pressuposições e condições básicas para apreendermos o que virá adiante.

Na produção capitalista, o trabalho, como já apontamos, recebe novas determinações em relação a seu primeiro sentido. Antes havíamos abordado o trabalho na sua produção de utilidade, ou seja, o trabalho na sua dimensão concreta, útil e necessária: a produção de valores de uso. Um primeiro fato a se constatar é que, na ordem do capital, a produção de coisas úteis se dá sob a generalização intensiva e extensiva da forma mercadoria⁷⁶.

O trabalho no capitalismo, segundo Marx (2006), apresenta dois fenômenos peculiares: o processo de trabalho se dá sob o controle do capitalista, detentor de dinheiro e meios de produção, a quem cabe regular a execução; e o produto do trabalho não pertence ao produtor imediato, mas sim ao proprietário dos meios de produção.

Para o produtor do dinheiro que vai funcionar como capital é indispensável que a força de trabalho surja na esfera da circulação como mercadoria⁷⁷. No entanto, a compra e a venda desta mercadoria não é decorrência da natureza do dinheiro⁷⁸. *Para que seja mercadoria, a força de trabalho deve estar dissociada das condições objetivas de trabalho, dos meios de produção.* Defrontam-se, deste modo, o proprietário dos meios de produção e o não proprietário desses meios.

Não nos interessa as minúcias do modo como se deu, historicamente, essa dissociação. Por hora, nos compete apenas explicitar o fato de que para funcionar sob a ordem do capital, a força de trabalho deve entrar em interação com os elementos do capital pertencentes ao capitalista. Longe dos meios de produção, esta parcela da população não pode produzir sua própria existência, daí a necessidade de submeter-se aos processos de trabalho capitalistas. A produção capitalista de mercadorias tem como *fundamento* a separação entre o trabalhador e os meios necessários à execução do trabalho.⁷⁹

Em Marx (2006, 2008a), a mais-valia pode ser apresentada enquanto o valor excedente do resultado do trabalho em relação ao valor dos elementos que se consumiram neste processo

⁷⁶ “A tendência da produção capitalista, entretanto, é transformar, sempre que possa, toda produção em produção de mercadorias [...]” (MARX, 2008b, p. 124).

⁷⁷ Essa é uma especificidade do capitalismo. É a força de trabalho que se converte em mercadoria, e não o indivíduo.

⁷⁸ “A compra e venda de escravos é também, na sua forma, compra e venda de mercadorias. Mas, se não existe a escravatura, o dinheiro não pode desempenhar essa função. Se a escravatura existe, o dinheiro pode ser empregado na aquisição de escravos. Reciprocamente, o dinheiro nas mãos do comprador não basta para possibilitar a escravatura.” (MARX, 2008b, p. 46). Do mesmo modo, no capitalismo, onde ao contrário da escravatura, o que é mercadoria é a força de trabalho e não o indivíduo, Marx afirma: “na relação entre capitalista e assalariado, a relação monetária passa a ser relação entre comprador e vendedor, relação imanente à própria produção. Esta relação repousa fundamentalmente sobre o *caráter social da produção e não sobre o modo de troca*; este decorre daquele.” (MARX, 2008b, p. 130, destaques nossos).

⁷⁹ “A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas de trabalho e a força subjetiva do trabalho é, portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista [kapitalistischen Produktionsprozesses.]” (MARX, 2008a, p. 665).

(meios de produção e força de trabalho). A parcela do capital despendida para a obtenção de meios de produção é a parte constante do capital (*capital constante*) por não alterar a magnitude de seu valor na produção. A outra parcela convertida em força de trabalho, Marx chama de *capital variável* por alterar o valor, acrescentar valor novo (mais-valia). Aqui, convém explicitar a distinção entre valor da força de trabalho e valor do trabalho⁸⁰. O primeiro pode ser explicado, levando em conta o trabalhador individual, em termos de “custos diários de sua produção” (MARX, 2006, p. 226), isto é, os custos dos meios de subsistência necessários para que o trabalhador se reproduza enquanto tal, representado pelo salário. O segundo é todo valor que a força de trabalho em questão cria ao produzir uma utilidade. Evidentemente, o segundo é maior que o primeiro. Logo, a jornada de trabalho pode ser dividida entre o tempo de trabalho em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho (sob a forma de salário), o *tempo de trabalho necessário*, e o tempo em que gera um excedente, a mais-valia, que Marx chama de *tempo de trabalho excedente* que é apropriado pelo capital. Com a elevação compulsória do tempo de trabalho excedente através da ampliação absoluta da jornada de trabalho em relação ao trabalho necessário, o excedente aí produzido é nomeado como mais-valia absoluta. Com o acréscimo de tempo de trabalho excedente em detrimento do trabalho necessário, que pode ser dinamizado mediante intensificação do processo de trabalho mediante elevação da produtividade, Marx chama de mais-valia relativa.

No item anterior, o trabalho produtivo foi considerado sob a perspectiva da produção de alguma utilidade, um produto útil com existência separada do trabalhador. Ao expor este primeiro nível conceitual do trabalho produtivo, diz Marx: “essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista.” (MARX, 1996, p. 300). Agora, outras mediações se levantam: a produção capitalista não se limita apenas a produzir mercadorias, e sim mercadorias que carreguem mais-valia. O processo de trabalho no capitalismo é um meio necessário ao processo de valorização do capital pela extração da mais-valia: o resultado do trabalho não pertence ao trabalhador, mas sim ao capital.⁸¹ A partir destas definições, para analisar o modo de produção capitalista e suas relações é insuficiente que o conteúdo do

⁸⁰ “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas.” (MARX, 2006, p. 227)

⁸¹ “A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital.” (MARX, 2008a, p. 578).

conceito de trabalho produtivo diga respeito apenas à produção de utilidade: este conceito deve abranger o movimento real em sua complexidade, e explicitar a relação de produção de mais-valia nos processos de trabalho no capitalismo. Operando em outro patamar de abstração, a teorização marxiana do trabalho produtivo nos remete ao *segundo nível de conceituação do trabalho produtivo*:

Do ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo* aquele trabalho que se realizava num *produto*, mais concretamente numa *mercadoria*. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* – sem equivalente para o operário, para o executante – numa *mais-valia* [...] (MARX, 2004, p. 109, destaques do autor).

Na análise do modo capitalista de produção, só é produtivo o trabalho – e só é produtivo o trabalhador - que valoriza diretamente o capital, que funciona como instrumento direto de valorização.⁸² Nos palavras de Marx: “é *produtivo* o trabalhador que executa um *trabalho produtivo* e é *produtivo* o *trabalho* que gera diretamente mais-valia, isto é, que *valoriza* o capital.” (MARX, 2004, p. 109, destaques do autor). Para ser um trabalhador produtivo, basta que *o trabalhador individual exerça qualquer atividade de produção de mais-valia*. Por hora, a extração da mais-valia aparece a partir da inserção do trabalhador individual no processo direto de produção de valor, como efeito da produção imediata. Tanto a conceituação quanto os exemplos que Marx fornece, remetem à produção de mais-valia considerando a produção imediata do trabalhador produtivo individual ou do múltiplo simples dos trabalhadores produtivos.⁸³

Somente *a partir* da atividade concreta - o trabalho na sua expressão de trabalho concreto, útil - o trabalho pode constituir-se como trabalho produtivo, gerador de mais-valia.⁸⁴

Porém, para a produção de trabalho excedente na ordem do capital e o consequente

⁸² Como o fim imediato e (o) produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que somente é produtivo aquele trabalho que (e só é trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho) que diretamente produza mais-valia; por isso, só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital. (MARX, 2004, p. 108, destaques do autor).

⁸³ Tendo em vista que a taxa de mais-valia determina a quantidade de mais-valia produzida pelo trabalhador individual, diz Marx: “a massa de mais-valia produzida é, portanto, igual à mais-valia fornecida pelo dia de trabalho do trabalhador individual multiplicada pelo número dos trabalhadores empregados.” (MARX, 2006, p. 349). No terceiro nível de conceituação do trabalho produtivo, outros elementos são considerados, fornecendo uma explicação que abrange outras relações específicas do capitalismo.

⁸⁴ “Como é que todo trabalhador agrega tempo de trabalho e, portanto, valor? Sempre apenas sob a forma de seu modo peculiar de trabalho produtivo. O fiandeiro só agrega tempo de trabalho, fiando, o tecelão, tecendo, o ferreiro, forjando. Mediante essa forma orientada a um fim, porém, sob a qual agregam trabalho em geral e, por isso, novo valor, mediante o fiar, tecer e forjar, os meios de produção algodão e fuso, fio e tear, ferro e bigorna tornam-se elementos constituintes de um produto, de um novo valor de uso.” (MARX, 1996, p. 317, 318).

enquadramento na definição de trabalho produtivo, em Marx, não é relevante o tipo qualitativo de trabalho, se o trabalho é material ou imaterial, por exemplo. Na definição marxiana de trabalho produtivo não importam as diferenças úteis, concretas de trabalho, basta o trabalho gerar uma utilidade social cujo conteúdo carregue um valor excedente, a mais-valia:

Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. *Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado.* (MARX, 1996, p. 318, destaques nossos).

Decorre que determinado trabalho é considerado trabalho produtivo pela sua capacidade de gerar valor e mais-valia, e não pelas características concretas da atividade produtiva. Sob a perspectiva da produção de mais-valia, não importa ao capital se a atividade útil da força de trabalho a ser explorada resulta em um bem material ou imaterial. Marx exemplifica com um caso da produção imaterial: o mestre-escola. Esse trabalhador trabalha produtivamente quando não só quando atua no desenvolvimento mental das crianças, mas principalmente, por enriquecer o dono da escola. “O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.” (MARX, 1996, p. 138). Por enquanto, a possibilidade de geração direta de mais-valia determina as fronteiras do trabalho produtivo: as determinações do trabalho produtivo “derivam diretamente dos traços que caracterizam o processo capitalista de produção” (MARX, 2004, p. 110).

No atual patamar da exposição Marx explicita duas premissas indispensáveis para a delimitação do conceito. Em primeiro lugar, o trabalhador se defronta com o capitalista a fim de vender sua força de trabalho. Ele é um “vendedor do *trabalho vivo, não de uma mercadoria. É um trabalhador assalariado*” (MARX 2004, p. 110). Em segundo lugar, a capacidade de trabalho do trabalhador deve ser incorporada como elemento vivo no processo de produção do capital, convertendo em uma parte componente do capital: o capital variável. Como já discutimos anteriormente, a parte variável do capital, além de reproduzir e conservar parte do capital inicial adiantado, aumenta o montante de valor ao produzir mais-valia. O trabalho é objetivado como “*grandeza fluida de valor*”.

No entanto, é possível que a primeira premissa esteja presente e a segunda não. O trabalho produtivo é necessariamente trabalho assalariado, mas nem todo trabalho assalariado é produtivo:

Quando se compra o trabalho para o consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. O seu trabalho é consumido por causa do seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. (MARX, 2004, p. 111).

O trabalho improdutivo é aquele que não gera mais-valia ao capital, o capitalista compra a força de trabalho improdutiva por causa de seu valor de uso imediato, e não pela sua capacidade de gerar valor novo. Logo, *o trabalhador produtivo é aquele que é pago por capital (elemento do capital variável) e não o que é pago por renda*.⁸⁵ Os conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo são delimitados a partir da constatação que a produção do capital consiste essencialmente em produzir mais-valia, e o trabalho engendrado na relação produz esse trabalho não-pago.

O que estamos salientando é que, no segundo nível, Marx promove uma *restrição do conceito de trabalho produtivo* em comparação ao o primeiro nível conceitual analisado no item anterior. Se o processo de produção do capital é o processo de produção de mercadorias cujo conteúdo carrega determinada mais-valia, e o trabalho produtivo não é aquele que produz apenas utilidade, mas também valor e mais-valia, nos termos de Marx, “restringe-se o conceito de trabalho produtivo”. (MARX, 2008a, p. 578). No item 2.2.3 analisaremos como o terceiro nível conceitual do trabalho produtivo, por operar em outro nível de abstração, amplia o conteúdo do conceito: o modo de produção capitalista deixa de ser mero meio de criar mais-valia, dando novos subsídios ao conceito de trabalho produtivo.

Antes de avançar nesses elementos, é necessário fazer outras considerações. Na conceituação marxiana de trabalho produtivo, levando em conta as mediações consideradas pelo autor no segundo patamar de abstração que dizem respeito ao processo de produção imediato do capital e a necessidade de produção da mais-valia pelo trabalhador direto, outro tema importante merece atenção: a questão da *subsunção formal e real do trabalho ao capital*. Dentro da temática mais geral do conceito de trabalho produtivo, os elementos

⁸⁵ O trabalhador produtivo é aquele cujo processo de trabalho “seja igual ao *processo de consumo produtivo* de capacidade de trabalho – pertencente ao depositário desse trabalho – por parte do capital ou do capitalista” (MARX, 2004, p. 110, destaques do autor).

teóricos relacionados à subsunção do trabalho ao capital abordam pontos indispensáveis para o estudo do trabalho imaterial na teoria de Marx, conforme veremos. Se o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia ao capital, a exposição ficaria incompleta se não apresentarmos as duas formas qualitativas da relação que origina o trabalho não pago na ordem do capital: subsunção formal e subsunção real do trabalho, em essência, dizem respeito a formas histórico-concretas de extração da mais-valia.

2.2.2.1 – Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital

No primeiro livro de *O Capital*, Marx apresenta duas formas de produção, ou dois métodos particulares de extração da mais-valia que correspondem ao desenvolvimento histórico do capitalismo: a manufatura e a grande indústria. Na passagem da primeira à segunda forma, o modo pelo qual os processos cooperativos de trabalho são subsumidos ao capital é profundamente alterado, marcando a era em que o capital pode se desvencilhar de certas limitações que dificultam seu movimento e caminhar com as próprias pernas. Esta é exatamente a transição da chamada subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, um processo que particulariza a produção capitalista dentro do desenvolvimento geral das forças produtivas do trabalho, e vai fornecendo o que Marx chama de “significado histórico da produção capitalista” (MARX, 2004, p. 93).

Quando o processo de trabalho se transforma em instrumento direto de criação da mais-valia, subsumindo-se ao controle do capital, Marx denomina esta relação enquanto *subsunção formal do trabalho no capital*. Tal subsunção é o tipo geral de subsunção de qualquer processo de trabalho ao capital, e, ao mesmo tempo, é uma subsunção que carrega particularidades em relação à subsunção real, presente na forma plenamente desenvolvida da produção capitalista.⁸⁶ Vejamos a questão mais de perto.

Visando clarificar a questão, Marx fornece algumas situações hipotéticas no *Capítulo VI Inédito*: quando um escravo passa a ser trabalhador assalariado de seu ex-dono, ou quando um camponês deixa de ser produtor independente para vender sua força de trabalho para um agricultor, em ambos os casos, permanecendo inalteradas as demais condições, os processos de produção oriundos de outras formas sociais “se transformam no processo de produção do

⁸⁶ Nas palavras de Marx: “É isto que denomino subsunção formal do trabalho no capital. É a forma *geral* de qualquer processo capitalista de produção, é, porém, simultaneamente, uma forma *particular* em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo.” (MARX, 2004, p. 87, destaques do autor).

capital” (MARX, 2004, p. 88). Agora, defrontam-se na produção: o capitalista, enquanto capital personificado, comandante da produção, e o produtor direto, detentor da força de trabalho. Não havendo nenhuma alteração essencial nos meios e processos que circunscrevem o processo de produção, a relação de subordinação do trabalho consiste em uma *subsunção formal ao capital*. Aqui, a produção opera nos termos do processo de trabalho anteriores à subsunção do trabalho ao capital. Em suma, nos termos marxianos, “denominamos *subsunção formal do trabalho no capital* a subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista.” (MARX, 2004, p. 89, destaques do autor).

Quando o dono do capital assume a gerência do processo de trabalho, sua finalidade é a produção aumentada de mais-valia. No caso da *subsunção formal*, seus meios para a extração da mais-valia são limitados, e o capitalista se vê forçado a prolongar ao máximo possível a jornada de trabalho. A mais-valia absoluta é a única forma possível de extração do trabalho não pago:

Com base num modo de trabalho preexistente, ou seja, num desenvolvimento *dado* da força produtiva do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva, só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo de trabalho*, quer dizer, sob a forma da *mais-valia absoluta*. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde, pois a *subsunção formal do trabalho no capital*. (MARX, 2004, p. 90).

Nesta etapa de desenvolvimento da produção, o caráter do processo de trabalho não sofre alterações essenciais, o capitalista faz uso do processo de trabalho com a mesma base herdada de modos de produção anteriores ao capitalismo.⁸⁷ Um dos pontos que distinguem o processo de trabalho que se subsume formalmente ao capital das formas produtivas anteriores é a escala de trabalhadores e meios de produção empregados pelo mesmo capital. Assim, há a possibilidade de aplicação de um grau mais acentuado de divisão do trabalho sem que a essência do modo produtivo seja alterada.

A característica marcante da subsunção formal é a centralidade do trabalhador no processo produtivo: “o ofício continua sendo a base” (MARX, 2006, p. 393) como diz Marx. A produção tem um alto grau de dependência das capacidades e habilidades do trabalhador

⁸⁷ “[...] não é por o trabalho se tornar mais intenso ou por se prolongar a duração do processo de trabalho; nem é por o trabalho ganhar maior continuidade e, sob o olhar interessado do capitalista, mais ordem etc., que se altera em si e para si o caráter do processo real de trabalho, do modo real de trabalho.” (MARX, 2004, p. 89). Na subsunção formal, “processos de produção socialmente determinados de outro modo se transformam no processo de produção do capital” (MARX, 2004, p. 88).

individual.⁸⁸ Os ritmos e processos da produção dependem do grau de aptidões do produtor direto: “o trabalho pessoal autônomo e, portanto, o seu desenvolvimento profissional, que exige um período de aprendizagem maior ou menor, determina neste caso o resultado do trabalho” (MARX, 2004, p. 98). *O trabalhador emprega os meios de produção, submetendo-os às potencialidades e limitações de sua atividade individual*. As possíveis limitações do trabalhador determinam as limitações da produção. Sem dispor de meios eficazes para a subordinação efetiva do trabalho, o capitalista atua apenas como comandante do processo de trabalho⁸⁹.

Mesmo quando o modo de produção capitalista se ergue sobre suas próprias pernas, perpetuando a transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho, a subsunção formal não deixa de existir. Ao contrário, a forma especificamente capitalista de subsunção estimula a subsunção formal de outras atividades:

Seja como for, as duas formas de mais-valia, a absoluta e a relativa [...] correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção.” (MARX, 2004, p. 93).

Em outros termos, o desenvolvimento do de produção especificamente capitalista, desvincilhado das amarras de modos de produção anteriores que impedem o livre desenvolvimento do capital, mesmo operando na aplicação sistemática (e não isolada) da subsunção real do trabalho ao capital, pode servir de base a atividades formalmente subsumidas ao capital. Por suposto, tais atividades possuem um grau elevado de intervenção do trabalhador no processo, um dos elementos que caracterizam a subsunção formal.

Sobre o assunto, Marx ilustra a questão com três exemplos de trabalhadores: o escritor, a cantora e o mestre-escola. Evidentemente, todos eles realizam trabalho imaterial. No decorrer de sua exposição, ao tratar do trabalho produtivo e improdutivo, o autor afirma que John Milton, ao escrever o seu *Paradise Lost*, publicado em 1667, foi um trabalhador

⁸⁸ Referindo-se ao caso específico da manufatura, Marx demonstra o porquê da manufatura ser um processo de subsunção formal do trabalho ao capital: “Complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto, da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento. [...] É justamente por continuar sendo a habilidade profissional do artesão o fundamento do processo de produção que o trabalhador é absorvido por uma função parcial [...]” (MARX, 2006, p. 393). Veremos que a subsunção formal atinge outros casos e outras formas de trabalho.

⁸⁹ Comparando a subsunção formal com as formas precedentes de trabalho, analisando a figura do capitalista e do trabalhador, Marx identifica uma nova relação de forças no âmbito do processo produtivo: “registra-se aqui, pois, a perda de *autonomia* anterior no processo de produção; a relação de *hegemonia e subordinação* é ela mesma produto da implantação do modo capitalista de produção.” (MARX, 2004, p. 97).

improdutivo. Em contra partida, “o escritor que fornece um trabalho industrial ao seu editor é um trabalhador produtivo.” E prossegue: “o literato proletário de Leipzig, que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do seu editor, está próximo do trabalhador produtivo, pois a sua produção está *subordinada ao capital e só é levada a cabo para valorizar este último*.” O mesmo ocorre com o exemplo de uma cantora. Se ela canta como um pássaro, é trabalhadora improdutivo, mas se ela for “contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois *produz diretamente capital*”⁹⁰ O outro exemplo é referente ao mestre escola: se ele apenas ensina outras pessoas, sua atividade é improdutivo. No entanto, se o mesmo trabalhador é contratado para valorizar o capital do dono de uma instituição de ensino, exercendo o mesmo tipo de atividade, agora, se torna um trabalhador produtivo. Ao concluir os casos ilustrativos, o autor emenda a seguinte afirmação: “a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição.” (MARX, 2004, p. 115).

Esses trabalhadores são enquadrados no âmbito da subsunção formal, forma herdada de modos de produção anteriores, com o caráter transitório rumo à subsunção real, por algumas razões: em primeiro lugar, o capital à época de Marx não dispunha de mecanismos adequados para que tais atividades fossem reguladas segundo os preceitos da subsunção real do trabalho ao capital. Os trabalhadores mencionados ocupam posição central em suas atividades, empregando os meios de produção em vez dos meios de produção empregar os trabalhadores. Cabe à pesquisa marxista contemporânea verificar em que medida esse quadro foi alterado depois dos escritos deixados por Marx. A subsunção real só pode operar nesses trabalhos quando o capital criar novos meios de controle do trabalho. Na produção físico-material, o capital passou a subsumir de forma real o trabalho com a inserção da maquinaria e a consolidação de determinadas relações sociais. Neste caso, em vez de o trabalhador subordinar os meios de produção, o produtor direto se torna um apêndice desses meios. Em segundo lugar, a relação inicial estabelecida entre o trabalhador e o comprador da força de trabalho é puramente monetária:

Na medida em que surge a subordinação, a mesma deriva do *conteúdo* determinado da venda, *não de uma subordinação que precedesse a mesma e pela qual o produtor – devido a circunstâncias políticas etc. – estivesse colocado noutra relação que não*

⁹⁰ Como vimos no primeiro item deste capítulo, Smith, de antemão, pressupõe que o trabalho da cantora é improdutivo por não gerar nenhum resultado físico-material. Marx, ao contrário, percebe que há possibilidade da extração de mais-valia a partir do mesmo tipo de trabalho.

a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor de mercadoria) em relação ao explorador do seu trabalho. É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. (MARX, 2004, p. 94).

Em terceiro lugar, do ponto de vista dos meios de produção disponíveis ao trabalhador, o processo de trabalho se realiza sem grandes diferenças em relação ao modo anterior à subordinação ao capital⁹¹. Em quarto lugar, apesar da “relação econômica de hegemonia e subordinação” uma vez que “é o capitalista quem consome a capacidade de trabalho e, portanto, a vigia e dirige” (MARX, 2004, p. 95), o capital não assume o controle completo da produção como na subsunção real. Nos dias de hoje, uma gama considerável de trabalhos imateriais se enquadram nessa delimitação da subsunção formal do trabalho ao capital. Basta que o trabalhador venda sua força de trabalho a um capitalista que não disponha de meios para subsumi-lo efetivamente.⁹²

Trabalhar produtivamente é produzir mais-valia absoluta e/ou mais-valia relativa. As duas variações do trabalho excedente no capitalismo, analisadas em si mesmas, não alteram o sentido do conceito. Porém, quando o trabalho está apenas formalmente subsumido ao capital, este último lida com limitações. O processo produtivo é altamente dependente do “saber fazer” dos trabalhadores na produção imediata. Por herdar a base técnica de trabalho de modos de produção anteriores, não é possível que as relações especificamente capitalistas se estabeleçam com todo vigor. As formas de produção precedentes limitam o livre desenvolvimento das leis do capital.

Na exposição marxiana sobre a subsunção formal é possível verificar como esse tipo de subordinação levanta elementos para a sua própria superação: se a produção capitalista tende sempre a produzir uma quantidade maior de mais-valia, cada vez mais o produto do trabalho se opõe ao trabalhador direto enquanto capital. Assim, “quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõem como propriedade alheia, tanto mais plena e *formalmente* se estabelece a *relação entre o capital e o trabalho assalariado*, ou, o mesmo é

⁹¹ “O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital.” (MARX, 2004, p. 95).

⁹² O trabalho no capitalismo, mesmo quando relacionados àquelas atividades subsumidas apenas formalmente ao capital (típicas das formas de transição), apresenta o fenômeno da precarização do trabalho. Juliana Coli, ao expor muitos elementos que indicam a precarização do trabalho na profissão do canto lírico, explicita que há uma “tendência geral à precarização dos músicos em suas condições de trabalho, evidenciada pelos processos de desenvolvimento de doenças que se associam a uma intensificação do trabalho e à pressão sofrida durante o seu exercício.” (COLI, 2008, p. 93).

dizer, a subsunção formal do trabalho no capital, condição e premissa da subsunção real. (MARX, 2004, p. 94).

Segundo Marx, sobre a estreita base técnica⁹³ oriunda dos modos de produção anteriores ao capitalismo, “emerge um modo de produção específico, e não apenas tecnologicamente, *que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais: o modo capitalista de produção.*” (MARX, 2004, p. 104, destaques do autor). Somente quando surge o *modo de produção especificamente capitalista* e, simultaneamente, as relações de produção correlatas que é possível a subsunção real do trabalho ao capital operar. Agora, o processo de trabalho é profundamente alterado: aplicação sistemática (e não esporádica) da maquinaria, aplicação consciente da ciência nos processos produtivos, uso da tecnologia, e o trabalho em grande escala são algumas das modificações.

As profundas alterações logradas pelo processo em que o trabalho é efetivamente subsumido ao capital marcam a fase na qual “os meios de produção que empregam o produtor” (MARX, 1996, p. 204). Ao contrário da subsunção formal, o trabalhador não detém o controle do processo cristalizado na figura do ofício. Os ritmos e processos da produção são ditados pelo capital, relevando, portanto, as capacidades e limitações individuais presentes na subsunção formal⁹⁴. O capital perpetua e completa a separação do trabalhador e os meios de trabalho, e o ofício individual não é mais o princípio regulador da produção social.

Nestas condições é possível aumentar o montante de mais-valia sem que a grandeza absoluta da jornada de trabalho seja alterada. Colocando de outra forma, na subsunção real do trabalho ao capital o tipo de mais-valia produzida é a mais-valia relativa.⁹⁵ A subsunção real permite que, através de mecanismos como o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, seja possível a produção de valor excedente.

⁹³ Referindo-se à manufatura (tomada como transição à maquinaria – o que representa, essencialmente a passagem histórica da subsunção formal para a subsunção real no caso específico da Inglaterra, país que possuía as relações capitalistas mais desenvolvidas à época de Marx), diz o autor: “Essa estreita base técnica exclui realmente a análise científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto te de ser realizável como trabalho parcial profissional de um artesão.” (MARX, 2006, p. 393).

⁹⁴ “A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. [...] Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta. O número de ferramentas com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos físicos. [...] O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar.” (MARX, 2006, p. 430).

⁹⁵ “Do mesmo modo que se pode considerar a produção da mais-valia como expressão material da subsunção formal do trabalho no capital, também a produção da mais-valia relativa se pode encarar como a subsunção real do trabalho ao capital”. (MARX, 2004, p. 93).

Até este momento da exposição, a consideração da subsunção formal ou real do trabalho ao capital, apesar de abordar questões importantes para a compreensão do trabalho imaterial (Marx cita trabalhos imateriais), não levantou nenhuma mediação nova para o conceito de trabalho produtivo. O trabalhador produtivo continua a ser aquele que produz diretamente mais-valia, participando da produção da mercadoria criada. Mas, outra importante modificação notada por Marx na questão da subsunção real foi a *criação e ampliação de uma força produtiva socializada e complexificada a níveis inexistentes nos modos de produção anteriores*, que nas suas múltiplas relações intensifica de forma multilateral o processo de dominação e exploração do trabalho pelo capital, incluindo a inserção da ciência e o uso intenso de tecnologia no processo produtivo para estes fins:

As forças produtivas *sociais* do trabalho, ou por outra, as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por via da cooperação, da divisão do trabalho no interior da oficina, da aplicação da *maquinaria* e, em geral, da transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química etc., e da tecnologia [...], assim como os *trabalhos em grande escala* que a tudo isto correspondem (só esse trabalho socializado está á altura de empregar no processo *direto* da produção os *produtos gerais* do desenvolvimento humano, como a matemática etc.; por outro lado, também o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo de produção material); este desenvolvimento da força produtiva do *trabalho objetivado*, por oposição à atividade laboral mais ou menos isolada dos indivíduos dispersos, e com ele, a *aplicação da ciência* – esse produto geral do desenvolvimento social – *ao processo imediato de produção*; tudo isso se apresenta como *força produtiva do capital*, e não como força produtiva do trabalho [...]" (MARX, 2004, p. 92-93, destaques do autor).

Na subsunção real aparecem novos elementos, que dizem respeito ao trabalho socializado, coletivizado. Todos os elementos descritos acima elevaram grandiosamente a produtividade social do trabalho, isto é, contribuem para o aumento relativo de mais mercadorias com menos trabalho, tendência constante no modo de produção capitalista. Com este aumento de produtividade, os produtos são barateados⁹⁶ e a concorrência inter-capitalista faz com que os grandes capitais, investidores de peso no capital constante em detrimento do variável, se consolidem no mercado. A produção especificamente capitalista, cujos processos produtivos são marcados pelo signo da subsunção real do trabalho ao capital, tende a se

⁹⁶ “Independentemente da vontade deste ou daquele capitalista, isto converte-se na *lei* do modo de produção capitalista [...] Já na análise do maquinismo assinalamos como a introdução de maquinaria num ramo arrasta consigo o mesmo fenômeno noutros ramos e, simultaneamente, noutros setores do mesmo ramo.” (MARX, 2004, p. 107-108).

espalhar e transformar os ramos produtivos nos quais a subsunção formal impera⁹⁷, pois “o capitalista que produz em pequena escala incorporaria no produto um quantum de trabalho maior do que o socialmente necessário.” (MARX, 2004, p. 108).

Assim, a produção social é realizada por intermédio de “um modo de produção *sui generis*” (MARX, 2004, p. 105) que visa produzir cada vez mais trabalho não pago, mais mais-valia. Estes elementos fornecem nova perspectiva ao conceito de trabalho produtivo. Antes, o trabalhador produtivo era aquele que participava da produção da mercadoria, que gerava diretamente mais-valia. Agora, tendo em vista as modificações que o capitalismo impõe às relações, *se a produção é social, os ramos produtivos também são “explorados em escala social”* (MARX, 2004, p. 105). Se no segundo nível de abstração o conceito de trabalho produtivo diz respeito ao trabalhador que produz diretamente mais-valia, quando Marx discute subsunção real do trabalho ao capital torna-se necessário ampliar o conceito de trabalho produtivo: *a produção não é individual, mas sim uma produção social explorada coletivamente. Não seria por menos que no Capítulo VI Inédito, Marx “interromperia” as quatro breves páginas sobre a subsunção real para inserir um novo item na discussão: “trabalho produtivo e trabalho improdutivo”*.⁹⁸

Estamos querendo explicitar que a produção capitalista, ao elevar a capacidade social do trabalho com os métodos de exploração da mais-valia relativa, levanta condições sobre o trabalho se realiza nesse sobre-trabalho⁹⁹: *o agente real do processo não é o trabalhador isolado que valoriza o capital, mas sim o trabalhador coletivo, expressão direta da cooperação no processo de trabalho, da reunião de muitos trabalhadores sob o comando de um mesmo capital*. Tais elementos são os pontos diferenciadores do terceiro nível conceitual do trabalho produtivo. Expor tais questões é o objeto do próximo subitem. Chegaremos, assim, ao ponto no qual se completa a importância do conceito de trabalho produtivo para o capitalismo e para o estudo do trabalho imaterial.

⁹⁷ “[...] a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que até ao momento ainda não se apoderou e nos quais ainda existe a subsunção formal.” (MARX, 2004, p. 105).

⁹⁸ Também não seria por menos que a primeira conclusão de Marx após resumir sucintamente o que chamamos de primeiro e segundo níveis conceituais do trabalho produtivo vai em direção da ampliação do conceito de trabalho produtivo por causa da força social de trabalho engendrada pelo capitalismo.

⁹⁹ “Com a *produção da mais-valia relativa* [...] se modifica toda a forma do modo de produção (inclusive do ponto de vista tecnológico) e surge um *modo de produção especificamente capitalista*, sobre cuja base, e ao mesmo tempo que ele, se desenvolvem as *relações de produção* – correspondentes ao *processo produtivo capitalista* – entre os diversos agentes da produção e, em particular, entre os capitalistas e assalariados.” (MARX, 2004, p. 92).

2.2.3 – Terceiro nível: a exploração da capacidade de trabalho¹⁰⁰ socialmente combinada

No item 2.2.1 vimos a definição de trabalho produtivo em sua forma geral, a partir da produção simples de valores de uso, “independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1996, p. 297). No item 2.2.2 vimos que Marx restringe o conceito de trabalho produtivo: só é trabalho produtivo a atividade imediata que gera diretamente mais-valia. Respectivamente, chamamos esses dois elementos de *primeiro e segundo níveis de conceituação do trabalho produtivo*. O desenvolvimento conceitual dessas duas noções desemboca no terceiro nível marxiano de conceituação do trabalho produtivo. Este elemento, mais que os outros, explicita o avanço marxiano em relação aos fisiocratas e à economia política de Smith, Ricardo e Say. Smith e Ricardo aprisionam o conceito de trabalho produtivo dentro da produção físico-material, em outras palavras, todo trabalho imaterial é considerado improdutivo. Say insere o trabalho imaterial na conceituação de trabalho produtivo, mas sua concepção de valor e de riqueza se confunde com a concepção de utilidade: o trabalho imaterial é produtivo na medida em que produz um efeito útil e, conseqüentemente, riqueza. Porém, este valor é renda, não pode ser absorvido visando acumulação de capital. Somente Marx promove a incorporação do trabalho imaterial na análise do *trabalho produtivo de capital*.

Se o conceito de trabalho produtivo está sob a condição de determinado trabalho gerar mais-valia, podemos afirmar que a guinada principal do *terceiro nível conceitual do trabalho produtivo* reside no fato de que o modo de produção capitalista deixa de ser um mero produtor de mais-valia para se tornar na *forma socialmente dominante da produção*:

¹⁰⁰ O termo “capacidade de trabalho” é tradução do alemão *Arbeitsvermögen*. Difere do termo *Arbeitskraft* que significa “força de trabalho”. No Capítulo VI Inédito, encontra-se com muito mais frequência o termo correspondente a “capacidade de trabalho”. Os editores do exemplar de 2004 (vide bibliografia) da tradução brasileira afirmam que “*Arbeitsvermögen*, [é a] expressão que Marx utilizava na altura e à qual veio a preferir *força de trabalho (Arbeitskraft)*”, podendo levar o leitor a julgar que o segundo termo é mais adequado que o primeiro. No entanto, Marx os utiliza indistintamente, o que fica claro no capítulo IV de O Capital, ao tratar da compra e da venda da força de trabalho: “[...] o possuidor do dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: *é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.*” (MARX, 1996a, p. 285). No entanto, neste trabalho, não diferenciamos os dois termos.

O modo de produção especificamente capitalista *deixa de ser ao todo um simples meio para a produção de mais-valia relativa, tão logo tenha -se apoderado de todo um ramo de produção e, mais ainda, de todos os ramos decisivos de produção. Ele torna-se agora a forma geral, socialmente dominante, do processo de produção.* Como método particular para a produção da mais-valia relativa atua ainda somente, primeiro, na medida em que se apodera de indústrias até então apenas formalmente subordinadas ao capital, portanto em sua propagação. Segundo, ao serem revolucionadas continuamente as indústrias que já se encontram em seu poder, mediante a mudança dos métodos de produção. (MARX, 1996b, p. 139).

Diferentes elementos que vão sendo gradualmente inseridos na exposição marxiana nos permitiram perceber novas mediações no conceito de trabalho produtivo remetendo a níveis diferentes de abstração. Neste nível de abstração, o mais completo na formulação marxiana de trabalho produtivo, Marx inclui uma série de elementos que antes foram apenas implicitamente considerados, por exemplo, esta determinação social do trabalho no capitalismo. A consideração que o modo de produção capitalista deixa de ser um simples elemento de produção da mais-valia relativa para dominar a produção a nível social, um dos elementos que caracterizam a subsunção real do trabalho ao capital, marcado, entre outros elementos, pela inserção da maquinaria¹⁰¹, deve imprimir outra camada de abstração no conceito de trabalho produtivo. Antes de avançar, é necessário realizar alguns apontamentos.

Conforme mencionamos, o ponto de partida do processo de produção capitalista é a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, entre as condições subjetivas de trabalho e as condições objetivas de trabalho. Essa separação, conforme Marx demonstra pormenorizadamente no famoso capítulo sobre a acumulação primitiva, foi marcada por um longo, sangrento e doloroso processo de expropriação dos meios de produção que pertenciam ao produtor direto¹⁰². Na sua gênese, o capital se defronta com meios de produção dispersos que excluem “a cooperação, a divisão do trabalho dentro do mesmo processo de produção, o domínio social e o controle da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.” (MARX, 2008b, p. 875). Logo, o capital tratou de expropriar a propriedade de

¹⁰¹ “A maquinaria, com exceções a mencionar mais tarde, só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum.” (MARX, 2006, p. 442) A máquina uma das principais expressões *técnicas* do processo de subsunção real do trabalho ao capital. Portanto, o primeiro elemento (máquina) está submetido ao segundo elemento (subsunção real do trabalho), e não o contrário. É importante mencionar isto para que nossos pontos de vista não se confundam com a interpretação segundo a qual a subsunção real é tratada unicamente sob o ponto de vista do uso da máquina no processo de trabalho. A subsunção real do trabalho tem como um dos braços de ação a inserção da maquinaria, mas não se limita a isso. Neste item, tentaremos explicitar vários elementos que subsidiam esta interpretação.

¹⁰² “A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinhamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre.” (MARX, 1996, p. 380)

muitos, tornando-a propriedade de poucos, promovendo a *concentração e centralização dos meios de produção*. Os antigos meios de produção são transformados em capital, os trabalhadores livres em trabalhadores assalariados. O capital marca uma nova etapa de socialização do trabalho: a concentração e centralização dos meios de produção intensificam o caráter cooperativo do processo de trabalho, a exploração de muitos trabalhadores pelo mesmo capital. Ao aniquilar a antiga forma de propriedade, e dispor dos meios para o livre desenvolvimento da valorização do capital, o capital começa a “andar com seus próprios pés” (MARX, 1996, p. 390) e o modo de produção se levanta, efetivamente, como o modo de produção especificamente capitalista. Tornar o processo de trabalho isolado em processo de trabalho coletivizado é a primeira modificação executada pela subsunção real do trabalho ao capital:

A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital. Essa transformação se opera naturalmente. Seu pressuposto, *o emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista*. Esse ponto de partida marca a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta como *necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro*.” (MARX, 2006, p. 388).

Nesses termos, “não é o operário individual que se converte no agente [Funktionar] real do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim *uma capacidade de trabalho socialmente combinada*” (MARX, 2004, p. 110). A cooperação de diversas capacidades de trabalho faz com que a submissão do trabalho ao capital seja uma exigência e não uma possibilidade¹⁰³. O trabalho que se objetiva em valor, é, portanto, trabalho de qualidade e combinação social. A questão que se coloca agora, não é a ampliação da produção por parte de um trabalhador individual, mas a exploração de uma *força coletiva socialmente combinada*¹⁰⁴. Neste momento, o produto final deixa de ser fruto do trabalhador individual, se tornando um produto coletivo.¹⁰⁵

¹⁰³ “Com a cooperação de muitos assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção. O comando do capitalista no campo da produção torna-se então tão necessário quanto o comando de um general no campo de batalha.” (MARX, 2006, p. 383).

¹⁰⁴ “Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas a criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas.” (MARX, 1996, p. 442, 443).

¹⁰⁵ “Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a antiga sociedade, tão logo os trabalhadores tenham sido convertidos em proletários e suas condições de trabalho em capital, tão logo o modo de produção capitalista se sustente sobre seus próprios pés, a socialização ulterior do

O que estamos querendo salientar é que o capital engendra uma *força produtiva social* na qual a generalização (ao contrário da aplicação esporádica) da cooperação de muitas capacidades de trabalho é a forma específica pela qual o modo de produção capitalista é organizado.¹⁰⁶ O capital tem como necessidade histórica transformar o processo de trabalho em um processo social, coletivo e combinado, e utilizar essa força social para a produção de mais-valia. Todos esses elementos dependem da concentração, em escala colossal, dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, personificações do capital. *O capital explora os trabalhadores individuais porque explora o trabalhador coletivo, e não o contrário.* Esta formulação marxiana tem início implícito no primeiro capítulo de *O Capital* quando o autor define a grandeza do valor como uma *quantidade de trabalho socialmente necessária* e é mantida por toda a obra. O valor só pode ser definido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário porque o trabalho que cria o valor é trabalho social. E esse trabalho só é socialmente combinado porque as condições de trabalho são sociais e o capital intensifica essa socialização:

E esses meios adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho [...] mesmo quando os numerosos trabalhadores reunidos não se ajudam reciprocamente, mas apenas trabalham no mesmo local. Uma parte do instrumental ou dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o processo de trabalho o conquiste. (MARX, 2006, p. 478).

Só podemos compreender a abrangência, vigor e atualidade do conceito marxiano de trabalho produtivo se tivermos todos esses elementos em mente. Assim, Marx chega ao *terceiro nível de conceituação do trabalho produtivo*: para trabalhar produtivamente, basta fazer parte da *capacidade de trabalho socialmente combinada* dentro da qual muitos tipos de trabalho cooperam entre si e formam o que Marx chama genialmente de “*máquina produtiva total*” (MARX, 2004, p. 110).

Desta maneira, *amplia-se a gama de capacidades de trabalho que se enquadram no conceito de trabalho produtivo*: “um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor, engenheiro, técnico etc., aquele como capataz, aqueloutro como operário manual ou até como simples servente” (MARX, 2004, p. 110), todos são submetidos ao

trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a conseqüente expropriação ulterior dos proprietários privados ganha nova forma. O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.” (MARX, 1996b, p. 380).

¹⁰⁶ “[...] própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista [kapitlistischen Produktionsprozesses] (MARX, 1996, p. 450)

processo de valorização do capital, de produção e extração da mais-valia. Aqui, como se vê, Marx *inclui outras formas de trabalho imaterial*.¹⁰⁷ Em relação ao segundo nível de abstração, o conceito de trabalho produtivo não tem a essência alterada: o trabalhador produtivo ainda é aquele que gera mais-valia. A diferença é que no terceiro nível de conceituação outra mediação é considerada explicitamente: para além do trabalhador individual, o caráter da produção de valor no capitalismo é eminentemente social.

Considerando o *trabalhador coletivo* e a conseqüente *atividade combinada* que eles executam tendo em vista um *produto total* “é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto.” (MARX, 2004, p. 110). Para configurar-se como trabalho produtivo, basta o trabalhador estar submetido a alguma célula produtiva do capital. Segundo o autor, a atividade desta capacidade social de trabalho é a *produção direta de mais-valia*.

O trabalho imaterial é produtivo desde que submetido ao capital. Ao contrário de Smith, na teoria marxiana, a imaterialidade do trabalho não produz diferenças no conceito de trabalho produtivo. Em suma, o conceito marxiano de trabalho produtivo, nesse terceiro nível de conceituação explicita três elementos indissociáveis: em primeiro lugar, a relação entre atividade e efeito útil, em segundo lugar, uma relação de produção social específica de geração de mais-valia, que supõe a propriedade privada dos meios de produção e o regime de trabalho assalariado (e a conseqüente necessidade de o trabalhador vender sua força de trabalho); em terceiro lugar, expressa a *relação entre trabalho e produção social do capital*. Em *O Capital*, ao apresentar o conceito de trabalho produtivo, Marx explicita, pela primeira vez, o *trabalho produtor de capital, o trabalho social gerador de mais-valia*. *A questão fundamental não é a produção de mais-valia pelo trabalhador individual, mas a produção de mais-valia pelo trabalhador coletivo*.

O capital, na terminologia marxiana, se torna a forma socialmente dominante do processo de produção tão logo que se apossa dos ramos produtivos principais, deixando de configurar-se como um simples meio de produção da mais-valia relativa. O capital aparece, portanto, como um *processo social total*, tornando absoluta, de um lado, a produção de bens e serviços sob a forma de mercadoria na qual há trabalho excedente, e de outro o regime de

¹⁰⁷ “Temos que *cada vez em maior número as funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção.” (MARX, 2004, p. 110, destaques nossos).

trabalho assalariado. Mesmo as atividades dos médicos, advogados e profissionais liberais,¹⁰⁸ - profissões imateriais, portanto - se transformam em trabalho assalariado por meio dessa generalização das leis que regulam o assalariamento que recaem “da prostituta ao rei” (MARX, 2004, p. 112). Mas, é importante lembrar, nem todo assalariado é trabalhador produtivo. O conceito marxiano de trabalho produtivo sintetiza a forma pela qual o trabalho se desenrola no modo de produção capitalista¹⁰⁹, de modo que tal conceito, no terceiro nível de abstração, remeta sempre ao “*trabalho socialmente determinado*” (MARX, 2004, p. 114). Dadas as relações especificamente capitalistas, é força de trabalho socialmente combinada que gera mais-valia.

Esta última - produto específico da produção capitalista - é gerada por intercâmbio com o trabalho produtivo. O valor de uso do trabalho produtivo é gerar mais-valia¹¹⁰. Colocando de outra forma, “o *valor de uso específico* do trabalho produtivo para o capital não é o seu caráter útil determinado, nem tampouco as qualidades úteis particulares do produto em que se objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)” (MARX, 2004, p. 115, destaques do autor). Notemos que Marx sublinha a expressão “valor de uso específico” para salientar o elemento que particulariza o trabalho produtivo que não é definido pelas características úteis do trabalho. Daí decorre a afirmação segundo a qual o mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo e improdutivo.¹¹¹ O critério de demarcação do trabalho produtivo é a possibilidade deste trabalho figurar como produtor de mais-valia no ciclo de valorização capital. A atividade concreta ou o trabalho concreto (ser escritor, cantor, mestre-escola ou alfaiate) nada mais é do que uma forma particular a partir da qual o trabalhador executa determinados processos para a composição de um valor de uso. Para ser fiel aos termos marxianos:

Do que precede, resulta que o ser *trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si e para si não tem absolutamente nada a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com a sua utilidade particular ou o valor de uso peculiar

¹⁰⁸ Marx se refere a essas atividades como “envoltas *outrora* por uma auréola e consideradas como *fins em si mesmas*.” (MARX, 2004, p. 112, destaques nossos).

¹⁰⁹ “Trabalho produtivo não é mais do que uma expressão que designa a relação no seu conjunto e o modo como se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo de produção capitalista.” (MARX, 2004, p. 114).

¹¹⁰ “O trabalho só é produtivo na medida em que produz seu próprio contrário.” (MARX, 2011, p. 238).

¹¹¹ “O mesmo trabalho – por exemplo, jardinagem, alfaiataria etc. – pode ser realizado pelo mesmo trabalhador ao serviço de um capitalista industrial ou ao de um consumidor direto. Em ambos os casos estamos perante um assalariado ou um jornaleiro, porém num caso trata-se de um *trabalhador produtivo* e no outro de um *trabalhador improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e, no outro, não: porque num caso o seu trabalho constitui um elemento do processo de autovalorização do capital e, no outro, não é assim.” (MARX, 2004, p. 116).

em que se manifesta. Por isso, um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser produtivo ou improdutivo. (MARX, 2004, p. 115, destaques do autor).

A natureza do valor de uso do trabalho empregado pelo capital é absolutamente indiferente para os fins de autovalorização. E Marx mantém esta coerência quando analisa o capitalista. O capitalista, apresentado como a personificação e representante direto do capital que entra no ciclo de valorização, para a surpresa de alguns, *realiza função produtiva* no processo de trabalho por comandar e explorar a capacidade coletiva de trabalho: “a classe do capitalista é a classe produtiva por excelência” (MARX, 2004, p. 120)¹¹². No entanto, em *O Capital*, Marx fornece elementos que levantam contrapontos em relação a essa noção da produtividade da classe capitalista. Na visão do autor, a verdadeira função do capitalista não é trabalhar produtivamente, mas dominar e explorar o trabalhador coletivo. Todo trabalho socializado e coletivizado exige determinado plano, determinada direção¹¹³. Na produção do capital é uma exigência que essa direção se constitua como dominação de classe: “essa função de dirigir, superintender e mediar, assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo.” (MARX, 2006, p. 384). A grande quantidade de trabalhadores empregados pelo mesmo capital impele a organização e resistência dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o capital cria meios para diminuir tal resistência de forma despótica, pois

a direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a esse processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social, e, por isso tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. (MARX, 2006, p. 384).

Marx liberta, por assim dizer, o conceito de trabalho produtivo da materialidade do seu resultado. A acusação da teoria do trabalho imaterial segundo a qual o trabalho produtor de

¹¹² Além da função de gerência e exploração do trabalho produtivo, o capitalista pode executar trabalho produtivo: “como condutor do processo de trabalho, o capitalista pode executar *trabalho produtivo* no sentido em que o seu trabalho se integra no processo de trabalho coletivo objetivado no produto”. (MARX, 2004, p. 120). Em outro texto (Glossas marginais) o autor afirma: “Considero o capitalista como um funcionário necessário da produção capitalista e mostro minuciosamente que ele não só ‘retira’ ou ‘expropria’ mas também cria as condições para a produção da mais-valia. Primeiro ajuda a criá-la, para em seguida retê-la.” (MARX apud ROSDOLSKY, 2001, p. 43). No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo, o capitalismo pode submeter tal função a outrem. É o que demonstra Rosdolsky usando a teoria de Marx, e ironiza: “quando ‘sociólogos’ como James Burnham apresentam essa substituição do capitalista funcionário pelo executivo (manager) como uma tremenda novidade, é difícil dizer se estamos diante de um caso de plágio ou ignorância. A segunda hipótese é mais provável, pois certamente o ‘witchdoctor Burnham, como o chamava Trotsky, não pode ser acusado de conhecer o marxismo.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 486).

¹¹³ “Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige, com maior ou menor intensidade, uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados. Um violinista isolado comanda a si mesmo; uma orquestra exige um maestro.” (MARX, 2006, p. 384).

mais-valia, o trabalho produtivo, não abrange o trabalho imaterial sendo restrito à produção físico-material *é uma concepção que diz respeito a Quesnay e Smith, e não a Marx.*

Não sendo restrita ao conceito de trabalho produtivo, a abrangência teórica que diz respeito à inclusão da temática do trabalho imaterial é encontrada todas as categorias centrais da obra de Marx, apesar de o autor declarar, naquele momento, que casos atividades imateriais deveriam ser colocados de lado na análise do conjunto da produção capitalista. Comparada à produção físico-material, a produção imaterial era insignificante no período em que viveu Marx. Apesar disso, a teoria marxiana há cerca de um século e meio percebeu a possibilidade do trabalho imaterial produzir mais-valia. O valor excedente não precisa de um corpo material para existir efetivamente. Marx, em uma passagem dos Grundrisse, considera *rudimentares* as concepções como as de Smith, que articulam produção de valor e a necessidade de um resultado material:

[...] o fato de que o mais-valor *tem de se expressar em um produto material é concepção rudimentar que ainda figura em A. Smith.* Os atores são trabalhadores produtivos, não porque produzem o espetáculo, mas porque aumentam a riqueza de seu empregador. Todavia, para essa relação *é absolutamente indiferente o tipo de trabalho que é realizado, portanto, em que forma o trabalho se materializa.* (MARX, 2011, p. 259).

É também dentro dessa *concepção rudimentar* que a teoria do trabalho imaterial repousa para tentar explicar a independência do trabalho imaterial frente à produção de valor, tentando, a partir daí, refutar a teoria de Marx. Mas a produção de valor independe das características úteis e individuais dos trabalhadores.

A importância de uma apreciação do conceito marxiano de trabalho produtivo reside no fato de que *cada vez mais, com vistas à produção de mais-valia, o trabalho aumenta seu caráter social.* A abrangência desse conceito aponta que o trabalho é expressão de atividades materiais, manuais, mas também implica em muitas atividades não-manuais e imateriais. O trabalho produtivo não é conceituado pelo seu resultado material. Com a ampliação da abrangência do conceito de trabalho produtivo em relação a Quesnay, Smith (e Ricardo) e Say, Marx fornece uma importante contribuição aos estudos contemporâneos que tratam do trabalho imaterial.¹¹⁴

¹¹⁴ “É necessário reconstruir a classificação da divisão social do trabalho, de que serviços não podem ser considerados como o repositório da improdutividade e vários deles têm de ser entendidos como contribuintes para a produção do valor, de que os aspectos intelectual e emocional do trabalho representam elementos fundamentais do processo contemporâneo de intensificação [...]” (DAL ROSSO, 2008, p. 42).

Capítulo III – A produção capitalista e o trabalho imaterial

No capítulo precedente analisamos a abrangência do trabalho produtor de valor na teoria de Marx: é considerado *produtivo* qualquer trabalho que produza mais-valia, independente das características físico-materiais do resultado. Ao contrário de Quesnay, Smith, Say, e diferente do que interpretam Negri, Hardt e Lazzarato, o trabalho imaterial é contemplado na teoria marxiana. Tomando a construção teórica do conceito marxiano de trabalho produtivo como ponto analítico central, procuramos explicitar que a formulação de tal conceito compreende “uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia” (MARX, 2008b, p. 578). No momento em que o autor articula todos os elementos da definição de trabalho produtivo, ficam explícitas as características necessárias para o trabalhador gerar mais-valia: ser membro do trabalhador coletivo socialmente articulado, alargando a abrangência do trabalho produtivo.¹¹⁵

Apesar de discutir aspectos importantes para o estudo do trabalho imaterial, nossa investigação do trabalho produtor de valor não abordou como atividades imateriais se desenrolam dentro da *produção especificamente capitalista* segundo a contribuição de Marx. Este é o objetivo do presente capítulo.

3.1 - A produção de valor para além da fábrica: a noção ampliada de indústria

Considerando a produção especificamente capitalista, Marx nota: “o resultado material da produção capitalista – para além do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho – é o aumento da massa da produção e a multiplicação e diversificação das esferas produtivas e das suas ramificações [...]” (MARX, 2004, p. 107, grifos do autor). Este tipo de produção visa subordinar todos os ramos da produção social dentro dos quais se faz presente a possibilidade de gerar mais-valia. Quando o modo de produção capitalista encontra tal potencial em determinado setor produtivo ainda não submetido ao imperativo de valorizar o

¹¹⁵ Considerando o trabalhador coletivo, o conceito de trabalho produtivo “não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados.” (MARX, 2008a, p. 577).

capital, “sua vitória é tão certa quanto a de um exército equipado com armas de fogo em luta contra índios armados com arco e flecha.” (MARX, 2006, p. 513).

Embora Marx aponte em vários momentos o potencial multiplicador dos ramos explorados pela produção capitalista, é comum encontrarmos interpretações que enxergam a teoria do autor restrita apenas à produção fabril no sentido puro.¹¹⁶ Com o fim do fordismo, e uma vez alterada a configuração geral do trabalho fabril, muitos declararam que a teoria marxiana se desfalecia. O chamado “fim da sociedade industrial” remeteria necessariamente ao fim da validade explicativa de Marx a respeito da produção capitalista. Sobre esse assunto, se referindo aos teóricos do trabalho imaterial, e se posicionando criticamente a eles, Henrique Amorim assinala:

A indicação da superação da “sociedade industrial” implica a superação de uma análise, de uma nova teorização sobre o capitalismo. Essa superação social pressupõe a ineficácia do pensamento marxista. A análise de Marx é atada somente à sociedade capitalista industrial. (AMORIM, 2006, p. 162).

Antes de avançar na análise da contribuição marxiana, convém mencionar brevemente como os autores da teoria do trabalho imaterial enxergam a relação entre o fim da sociedade industrial e a suposta impotência explicativa da teoria marxiana. Eles se baseiam na famosa e corrente teoria dos três setores: os setores produtivos divididos em agricultura e extração, indústria, e serviços. No livro *Império*, Antonio Negri e Michael Hardt (2002) fornecem exatamente esta divisão.

Os autores afirmam que domina na configuração econômica atual o processo de *pós-modernização econômica* ou de *informatização*. Este processo diz respeito a um novo paradigma econômico marcado pela preponderância dos serviços e da manipulação da informação (o chamado setor terciário) na economia: “um sintoma dessa mudança está patente nas *alterações quantitativas* no emprego.” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 306, destaques nossos). Segundo os autores, a concentração do contingente de trabalhadores em torno do trabalho na agricultura (setor primário), ou do trabalho industrial – que para eles é corresponde a trabalho fabril - (setor secundário), ou do trabalho como serviço (setor terciário), revelaria a correspondência ao respectivo paradigma. A transição do setor primário

¹¹⁶ “O conjunto dessas teorias difundiu-se dentro de um eixo teórico orientado pelas novas formas de exploração do trabalho na indústria e pela sua expansão no setor de serviços. No entanto, nessas novas análises existia e continua a existir uma contradição fundamental: ao mesmo tempo que se impõe a necessidade de negar a teoria marxista, entendida como teoria restrita ao industrialismo [...]” (AMORIM, 2006, p. 21).

para o secundário é nomeado por eles como o *processo de modernização da economia*, a do secundário para o terciário, por sua vez, é chamado de *pós-modernização econômica*. A inserção neste novo paradigma foi resultado da passagem do fordismo ao pós-fordismo (ou sociedade pós-industrial) e inaugura a produção comandada pelo trabalho imaterial.

No capitalismo industrial, que, segundo tais autores existiu desde a época de Marx até o esgotamento do modelo fordista, o espaço da produção de mercadorias era rígido e delimitado pelo o chão-de-fábrica. O capitalista nesse período dominava a produção com mãos de ferro. Em contrapartida, o que se observa na era da pós-modernização econômica, momento onde reina a produção imaterial, é a impossibilidade da aplicação desses processos de dominação fordistas. No fordismo “a fábrica estava separada da sociedade” (COCCO; VILARIM, 2009, p. 174). Na sociedade pós-fordista, a “função empreendedora, ‘personificação do capital’, em vez de constituir uma premissa, deve, portanto reconhecer a articulação independente da cooperação social do trabalho na fábrica, na *fábrica social* e no terciário de ponta, e adaptar-se a eles.” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31).¹¹⁷ Salientar como os autores explicam a transição para a sociedade pós-industrial implicaria em tratar do processo da chamada *autonomia operária* o que extrapola os limites restritos desse trabalho. Por hora, cabe apenas mencionar a questão da indústria.

Tendo em vista estes apontamentos, o objetivo do presente item é explicitar que a articulação da crítica da Economia Política levada a cabo por Marx fornece um sentido amplo ao termo “industrial”. Ao contrário das formulações de Negri, Hardt e Lazzarato, na teoria marxiana os termos “fábrica” [*Fabrik*] e “indústria” [*Industrie*] não são sinônimos: o conceito marxiano de indústria é muito mais amplo do que os limites restritos da fábrica. Começaremos com a análise desta última.

Em *O Capital*, o quarto item do capítulo sobre a *Maquinaria e Grande Indústria* é dedicado a análise da fábrica [*Fabrik*] no capitalismo. De início, duas diferentes formas de aplicação da máquina são distinguidas pelo autor: a primeira é marcada pela cooperação entre os trabalhadores pautados pela habilidade profissional que vigiam um sistema de máquinas movidas a partir de um primeiro motor; e a segunda opera a partir de uma força motriz que move a si mesma, engendrando várias subpartes mecânicas, e os trabalhadores são

¹¹⁷ Em outra obra, Negri e Hardt (2004) apontam: “a fábrica não pode mais ser concebida como o lugar paradigmático da concentração do trabalho e da produção; processos de trabalho se moveram para fora das paredes da fábrica para investirem toda a sociedade.” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 9). A sociedade pós-industrial é vista como terreno de uma nova forma de trabalho (Hardt; Negri, 2002), um novo modo de produção (Negri, 1991).

subordinados a tal força motriz. O primeiro caso se encaixa a qualquer aplicação da máquina em escala coletiva, e o segundo diz respeito à aplicação capitalista da maquinaria, o sistema fabril. Neste último, as limitações da força de trabalho individual são superadas.

Nos dois casos há a inserção consciente da máquina na produção. Mas somente no segundo caso é superada a necessidade de fixar um trabalhador a um ofício permanente. Na fábrica, ao contrário da manufatura, a dinâmica coletiva de trabalho se altera, podendo basear-se por ciclos de trabalhadores, sistema de revezamentos etc. sem que o processo de trabalho se interrompa:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo. (MARX, 1996b, p. 55).

A máquina, peça central na fábrica, uniformiza o andamento do trabalho, fazendo desenvolver com toda intensidade o trabalho de supervisão.¹¹⁸ Conforme já analisamos, o trabalho de supervisão é considerado trabalho imaterial produtivo. Mas o importante de se reter aqui é o que Marx está chamando de fábrica: um ambiente produtivo, cuja figura central é a máquina que submete o trabalhador coletivo aos seus ritmos.

O estudo dos processos produtivos atuais implica em enxergar fatores que a análise da fábrica convencional não abrange, apesar de considerarmos que o sistema fabril está longe de se esgotar, e, por isso, há relevância no estudo deste tipo de produção nas diferentes feições. Portanto, se a contribuição marxiana se limitasse ao estudo da fábrica, teríamos que, em partes, concordar com os teóricos do trabalho imaterial: para explicar a produção contemporânea não basta analisar a fábrica, e o potencial explicativo da teoria marxiana estaria limitado.

A coisa começa a mudar de figura quando analisamos outros momentos da obra de Marx:

Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos – agricultura, indústria [Industrie] etc. – de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, de divisão do trabalho em particular; e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada. (MARX, 2006. p. 406).

¹¹⁸ Assim, perpetua-se “a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria. (MARX, 1996b, p. 57).

A indústria aparece como um dos grandes ramos da produção social, dizendo respeito à divisão do *trabalho em geral*. Até aqui, pode parecer que o autor pauta sua teoria pela divisão dos setores produtivos através da diferenciação entre a indústria e outros setores como a agricultura. Quando Marx investiga a *gênese do capitalista individual*, no capítulo XXIV do primeiro tomo de *O Capital*, o autor adverte a respeito da diferenciação que realiza naquele momento entre industrial e agrícola: “industrial está aqui em oposição a agrícola. Em sentido ‘categórico’, *o arrendatário é um capitalista industrial, tal como o fabricante.*” (MARX, 1996b, p. 369, destaques nossos). Em suma, considerando esses diferentes ramos da produção, apesar da diferença externa, há similitudes internas.

O que torna um indivíduo capitalista industrial? A resposta é mais simples que parece: possuir capital industrial, ser a personificação deste. E Marx fornece um conteúdo exato ao termo *industrial*. No Livro Segundo, durante a análise do ciclo do capital produtivo, encontramos a seguinte definição:

Nos estádios de circulação, o valor-capital assume duas formas, a de capital-dinheiro e a de capital-mercadoria; no estágio da produção, a forma de capital produtivo. O capital que, no decurso de todo o seu ciclo, ora assume, ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, *é o capital industrial [industrielles Kapital], industrial [industriell] aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista.* (MARX, 2008b, p. 62, destaques nossos).

Disto decorre que capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo não são espécies diferentes de capital, mas são formas particulares de funcionamento do capital industrial. Mais do que isso, este último tem uma função peculiar: gerar mais-valia, ao contrário das outras formas de existência do capital que apenas se apropriam do trabalho excedente. As demais espécies de capital, típicas das formas de transição, são apoderados pelo capital industrial, e a ele subordinados. Nele, se estabelece realmente a relação de exploração do trabalhador pelo capitalista.¹¹⁹

O capital industrial na forma de capital produtivo existe enquanto de meios de produção e força de trabalho. Na esfera da circulação, se manifesta na forma de capital-mercadoria e capital-dinheiro. Sendo assim, “o processo de produção aparece como função

¹¹⁹ “O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente, mas também criá-la. Por isso, *determina o caráter capitalista da produção; sua existência implica a oposição entre a classe capitalista e a classe trabalhadora.*” (MARX, 2008b, p. 65).

produtiva do capital industrial.” (MARX, 2008b, p. 91). As leis do capital analisadas por Marx no Livro Primeiro e no Livro Segundo são as leis do capital industrial do ponto de vista de sua produção e de sua circulação.

O conceito marxiano de capital industrial, em vez de restringir-se à fábrica, dá a devida fundamentação teórica a termos desenvolvidos recentemente como *agroindústria*, *indústria de serviços* etc. Defendemos a ideia segundo a qual o conceito ampliado de indústria fornecido por Marx abrange atividades para além da fábrica, generalizando a atividade de produção de valor para outros ramos. A teoria marxiana do valor, ao contrário do que querem os teóricos do trabalho imaterial, se apresenta com uma vigorosa atualidade.

A questão fica ainda mais clara nos casos em que Marx ilustra atividades que dizem respeito aos ramos industriais, isto é, os ramos explorados segundo os preceitos produtivos capitalistas. Ao tratar do que à sua época eram “ramos totalmente novos da produção e, portanto, novos campos de trabalho” (MARX, 1996b, p. 76), o autor diz:

Como indústrias principais [Hauptindustrien] dessa espécie podem-se considerar, atualmente, *usinas de gás, telegrafia, fotografia, navegação a vapor e sistema ferroviário*. O censo de 1861 (para a Inglaterra e País de Gales) registra na indústria de gás (usinas de gás, produção dos aparelhos mecânicos, agentes das companhias de gás etc.) 15 211 pessoas, na telegrafia, 2 399, na fotografia, 2 366, no serviço de navegação a vapor, 3 570 e nas ferrovias, 70 599, entre as quais cerca de 28 mil trabalhadores de terra “não-qualificados” ocupados de modo mais ou menos permanente, além de todo o pessoal administrativo e comercial. Portanto, número global de indivíduos nessas cinco indústrias novas [neuen Industrien]: 94 145. (MARX, 1996b, p. 77, destaques nossos).

Dessas novas indústrias, a telegrafia, a navegação e o sistema ferroviário constituem produções imateriais, isto é, o resultado final desses ramos produtivos não se corporifica em um efeito útil material. A comunicação e a mudança de lugar, resultados imediatos dessas produções, são utilidades imateriais que, quando submetidas ao modo de produção de mais-valia, dizem respeito ao *capital industrial*, a indústria. Não são fábricas convencionais apesar da inserção da maquinaria e dos processos tecnológicos¹²⁰, são *indústrias*.

Antes de Marx, Say já havia incluído a produção imaterial dentro do conceito de indústria:

¹²⁰ A respeito da telegrafia, diz Marx: “uma roda-d’água é necessária para explorar a força motriz da água; uma máquina a vapor, para explorar a elasticidade do vapor. O que ocorre com as forças naturais ocorre com a ciência. Uma vez descobertas, a lei do desvio da agulha magnética no campo de ação de uma corrente elétrica ou a lei da indução de magnetismo no ferro em torno do qual circula uma corrente elétrica já não custam um único centavo. Mas, para a exploração dessas leis pela telegrafia etc., é preciso uma aparelhagem muito cara e extensa.” (MARX, 1996b, p. 21).

Os produtos imateriais são fruto da indústria humana, pois chamamos de indústria qualquer espécie de trabalho produtivo. [...] Na indústria que fornece produtos imateriais, reencontramos as mesmas operações que havíamos observado na análise (realizada no começo desta obra) das operações de qualquer tipo de indústria. (SAY, 1983, p. 127).

No entanto, como vimos, o trabalho produtivo imaterial não é considerado trabalho produtivo de capital no seu clássico *Tratado de Economia Política*, portanto, a indústria dos produtos imateriais não concorre para a acumulação de capital. Ao contrário, em Marx, a valorização dos ramos produtivos imateriais se dá, assim como na produção físico-material, a partir do movimento do capital industrial.

A fábrica é uma parte da indústria, ou uma parte de um ramo industrial. A fábrica está contida na indústria, e não o contrário¹²¹:

O crescimento do número de trabalhadores de fábrica [Fabrikarbeiter] é, portanto, condicionado pelo crescimento proporcionalmente muito mais rápido do capital global investido nas fábricas. *Esse processo só se realiza, porém, dentro dos períodos de maré alta e maré baixa do ciclo industrial* [industriellen Zyklus]. (MARX, 1996b, p. 85).

Não é nossa intenção limitar a importância da produção fabril capitalista dentro no modo capitalista de produção. Como parte integrante daquilo que Marx chama de indústria, ela é diretamente responsável pela formação da base técnica típica do modo capitalista de produção: “a grande indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés. (MARX, 1996b, p. 18).” Quando a antiga produção de máquinas do sistema manufatureiro é apoderada e submetida à exploração capitalista, ela se torna um ramo industrial. É fundamental o capital industrial envolver a produção de máquinas: só assim este ramo pode se desenvolver a níveis extremamente elevados de aplicação tecnológica e científica na produção.

É tendência da indústria e do capital industrial submeter os outros processos de produção às suas leis,¹²² proliferando¹²³ e intensificando e as células produtoras de valor para

¹²¹ Em *O Capital*, muito se pode encontrar sobre o conceito ampliado de indústria em relação à fábrica: “com a expansão do sistema fabril [Maschinenbetriebs] num ramo industrial [Industriezweig], aumenta a produção em outros ramos que lhe fornecem meios de produção.” (MARX, 2006, p. 505). Ou ainda: “as vicissitudes do operário de fábrica [Fabrikarbeiters] ficarão mais bem evidenciadas mediante rápido exame dos destinos da indústria algodoeira [Baumwollindustrie] inglesa. (MARX, 1996b, p. 85). Em ambas as citações, a indústria se mostra abrangente, e inclui a fábrica.

além da fábrica. Um montante maior de mais-valia e de mercadorias é produzido pelo capital, ampliando as relações de comércio entre diferentes países¹²⁴ fortificando outros ramos da divisão social do trabalho:

Não só se trocam mais artigos estrangeiros de consumo pelo produto doméstico, mas uma massa maior de matérias-primas, ingredientes, produtos semi-acabados etc. estrangeiros entra na indústria doméstica como meio de produção. *Com essas relações de mercado mundial cresce a demanda de trabalho na indústria de transportes e esta se divide em numerosas subespécies novas.* (MARX, 1996b, p. 76).

Com o desenvolvimento das relações de produção especificamente capitalistas, ramos produtivos imateriais são fortificados. E a teoria de Marx menciona diretamente este incentivo. Mas este é um processo que só se realiza porque o capital industrial se apodera dos antigos meios de transportes e comunicação:

os meios de transporte e de comunicação oriundos do período manufatureiro logo se transformaram em insuportáveis entraves para a grande indústria, com sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu contínuo lançamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera da produção para a outra e suas recém-estabelecidas conexões no mercado mundial. Abstraindo a construção de navios a vela totalmente revolucionada, o sistema de comunicação e transporte foi, pouco a pouco, ajustado, mediante um sistema de navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, *ao modo de produção da grande indústria.* (MARX, 1996b. p. 18-19, destaques nossos).

O termo indústria, em Marx, diz respeito a qualquer ramo explorado segundo o modo capitalista. Se a produção capitalista se apodera dos meios de transporte, estes passam a ser considerados peças subordinadas à indústria de transporte. A indústria tem existência para além da fábrica, e existe no contexto de um modo de produção específico que se valoriza independentemente da natureza útil do resultado da produção. A noção ampliada de indústria na obra de Marx explicita importantes elementos para a compreensão da produção de valor para além da fábrica, e fornece um exemplo concreto de produção comandada pelo capital-industrial que se destacava à sua época: a indústria de transportes [*Transportindustrie*]. No

¹²² “Nos ramos que ainda não conquistou, a grande indústria lança massas humanas ou cria uma sobrepopulação relativa em quantidade bastante para transformar em grande indústria o artesanato ou a pequena empresa formalmente capitalista.” (MARX, 2004, p. 106). Ou ainda, “a empresa mecanizada leva a divisão social do trabalho incomparavelmente mais avante do que a manufatura, pois amplia a força produtiva dos setores de que se apodera em grau incomparavelmente mais elevado.” (MARX, 1996b, p. 76).

¹²³ “[...] cresce, portanto, a diversidade dos ramos sociais de produção (*Idem, Ibidem*)”

¹²⁴ “O refinamento e a diversificação dos produtos brotam igualmente das novas relações de mercado mundial, criadas pela grande indústria.” (*Idem, ibidem*).

próximo item, vamos abordar com maiores detalhes o processo de produção da indústria de transportes explicitando como ele é impulsionado a partir de outras tendências do capital.

3.2 – Tempo de produção, tempo de circulação e o caso da indústria de transportes

Durante todo o item 2.2, vimos que através do conteúdo do conceito marxiano de trabalho produtivo, o capital só se valoriza mediante exploração da mais-valia gerada pelo trabalhador produtivo. Em um primeiro momento, a produção da mais-valia é tratada considerando o trabalhador isolado, e posteriormente, analisamos que o capital explora o trabalhador individual a partir da exploração da capacidade de trabalho socialmente combinada.

No entanto, não podemos incorrer na concepção equivocada de que se o trabalho é produtor de valor e mais-valia, o capital tende a incorporar quantidades cada vez maiores de trabalhadores no processo de produção. Conforme demonstra Marx (2008a), o capital, no curso de seu desenvolvimento, opera alterações na sua composição orgânica¹²⁵ promovendo desenvolvimento técnico com vistas a alcançar índices maiores de produtividade do trabalho¹²⁶ e a decorrente maximização da extração de mais-valia relativa. Aumentar a produtividade do trabalho é resultado, sobretudo, do “decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento, ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (MARX, 2008a, p. 726). Esta é “uma tendência constante”, um “impulso imanente” do capital. (MARX, 2006, p. 370). No entanto, além do evidente êxito econômico, a alteração dos meios de trabalho no capital promove uma ação política visando o controle do potencial reivindicatório dos trabalhadores. Em suma, “todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor” (MARX, 2008a, p. 749) caracterizando um avanço do capital

¹²⁵ Por composição orgânica do capital, Marx está se referindo à proporção do capital que se divide entre constante e variável que remete à relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de força de trabalho para colocá-los em movimento. A fórmula da composição do capital seria a relação entre capital constante e capital variável: $\frac{c}{v}$. “Entendemos por composição do capital [...] a relação entre seu componente ativo e passivo, entre a parte variável e a constante.” (MARX, 2008c, p. 194).

¹²⁶ “O grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho.” (MARX, 2008a, p. 725)

sobre o trabalho não apenas no quesito extração de mais-valia, mas também no sentido de extensão da dominação política.

Com Marx compreendemos que a parte variável do capital se torna cada vez menor quando comparada à parte constante.¹²⁷ Este elemento presente na reprodução dos ciclos de valorização do capital se torna mais evidente nas *reestruturações produtivas*. Mesmo mediante as alterações na composição orgânica, Marx afirma a centralidade do trabalho vivo na produção capitalista: “mesmo os aperfeiçoamentos constantes, que neste domínio são possíveis e necessários, têm sua origem única e exclusiva nas experiências e observações sociais, proporcionadas e possibilitadas pela produção do conjunto de trabalhadores combinados em grande escala.” (MARX, 2008c, p. 112). Apesar disso, o capital tende a economizar o máximo possível de trabalho vivo no processo produtivo.

Em virtude das constantes alterações nos métodos de trabalho e no emprego da parte constante do capital cada vez mais agregadora de tecnologia, o mesmo número de trabalhadores produz mercadorias em escala crescente. Ao mesmo tempo, há uma “ascensão progressiva da composição orgânica do capital social médio” (MARX, 2008c, p. 282). Colocando de outra forma: a produção capitalista concorre para o aumento absoluto da sua composição orgânica ($\frac{c}{v}$) e, simultaneamente, através das revoluções no âmbito do trabalho, impulsiona o *decréscimo relativo* do capital variável em relação ao constante¹²⁸. Se supusermos que as demais circunstâncias permanecem invariáveis, há cada vez mais uma redução crescente do valor do produto por conter menos trabalho socialmente necessário.

O impulso imanente do capital é a sua crescente valorização¹²⁹. No entanto, por vezes, a base de realização desse valor (pressupõe a venda do resultado final da produção) se mostra demasiadamente estreita para absorver o montante de valor produzido mediante a ânsia incessante de extrapolar o valor-capital adiantado. Aumentar a produtividade significa aumentar a produção dos valores de uso e diminuir, relativamente, a força de trabalho despendida para essa produção. Logo, os meios para aumentar a produtividade do trabalho são os mesmos que expulsam o elemento criador de valor do processo de produção¹³⁰, gerando como conseqüência a diminuição do potencial de consumo dos trabalhadores em relação à

¹²⁷ “É própria da produção capitalista a variação contínua das condições de valor oriunda notadamente da contínua variação da produtividade do trabalho, característica da produção capitalista.” (MARX, 2008b, p. 83)

¹²⁸ Isto é, mesmo que aumente o capital variável, o capital constante aumenta sempre em magnitude maior.

¹²⁹ “[...] O motor da produção capitalista (cuja finalidade única é a valorização do capital) é a taxa de valorização do capital todo, a taxa de lucro [...]” (MARX, 2008c, p. 320)

¹³⁰ “Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva.” (MARX, 2008a, p. 748).

massa de produtos¹³¹. Essa tendência levada às últimas conseqüências impõe um limite prático no patamar da realização da mais-valia com a venda. Tendo em vista os limites deste trabalho, não convém explicitar os desdobramentos desta limitação. Basta apenas indicar que a constante valorização do capital depende da venda final da mercadoria produzida. Enquanto isso não acontecer na esfera da circulação, o valor investido não pode retornar ao processo de valorização. Uma das soluções que o capital encontra para solucionar este limite é a redução de seu *tempo de rotação*, categoria desenvolvida no segundo tomo de *O Capital*. Vejamos a questão mais de perto.

Para obter lucro, o capitalista vai à esfera da circulação em dois momentos: primeiro para comprar força de trabalho e os meios de produção, depois para vender o produto final. Entre os dois mencionados momentos, a circulação é interrompida para que a mercadoria seja produzida, isto é, a circulação tem uma pausa para que entre em cena o processo de produção. “O tempo que permanece na esfera da produção constitui o tempo de produção, e o que permanece na esfera da circulação, o tempo de circulação. O tempo global em que descreve seu ciclo é, por isso, igual à soma do tempo de produção e do tempo de circulação.” (MARX, 2008b, p. 137).

O tempo de produção não pode ser confundido com o período do processo de trabalho: o primeiro abrange o segundo¹³², e maior que ele¹³³. Sob determinações circunstanciais, podem fazer parte do processo de produção certas interrupções do processo de trabalho. Marx exemplifica a questão com alguns casos: “é o que acontece com o trigo que é semeado; o vinho que fermenta na adega; o material de trabalho de muitas manufaturas, tais como curtumes, submetido a processos químicos.” (MARX, 2008b, p. 138). Durante estes intervalos, o objeto de trabalho não recebe a interferência direta da força de trabalho. A produção continuou apesar da paralisação do processo de trabalho: verifica-se um excesso do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho. Tal excesso existe por causa do *estado latente do capital produtivo*, condição na qual o processo de produção funciona momentaneamente à parte do processo de trabalho. Por esta razão, o capital produtivo latente não gera valor:

¹³¹ “Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração.” (MARX, 2008a, p. 749).

¹³² “O tempo de produção abrange naturalmente o período do processo de trabalho, mas este não abrange aquele.” (MARX, 2008b, p. 137).

¹³³ “O tempo de produção é maior que o tempo de trabalho” (MARX, 2008b, p. 138).

É capital parado, embora essa pausa constitua condição do fluxo ininterrupto do processo de produção. [...] As interrupções do tempo de trabalho, pelas quais tem de passar o objeto de trabalho durante o processo de produção, não geram valor nem mais-valia; mas beneficiam o produto, constituem parte de sua vida, um processo que tem de percorrer. (MARX, 2008b, p. 138).

Reduzir a disparidade entre o tempo de produção e o tempo do processo de trabalho consiste, portanto, em diminuir os poros improdutivos do processo. Para tanto, o capital utiliza o progresso industrial como o principal meio de diminuir o tempo de produção.

O tempo de circulação, por sua vez, é a junção do tempo gasto nas duas etapas em que o capital funciona nesta esfera: a primeira etapa diz respeito à transformação do dinheiro em mercadorias necessárias ao processo de produção (D-M), e a segunda etapa diz respeito à realização do valor na venda, a conversão da mercadoria em dinheiro acrescido de mais-valia (M'-D').

Enquanto a mercadoria produzida não é vendida, a mais-valia não se realiza e o capital fica aprisionado sob a forma de capital-mercadoria ou fica entesourado sob a forma dinheiro aguardando a agregação de montante maior de valor que tenha magnitude suficiente para mais uma vez entrar no ciclo produtivo. Portanto, apesar de necessária, o tempo gasto com a venda da mercadoria produzida impõe limites ao valor-capital que precisa ser realizado sob a forma de dinheiro, e entrar novamente no processo. *O tempo de circulação limita o tempo de produção.* E, segundo Marx, a maior parte do tempo de circulação corresponde à realização do valor da mercadoria com a venda:

Sabemos, pela análise da circulação simples de mercadorias, que M-D, a venda é a parte mais difícil de sua metamorfose e por isso constitui, em circunstâncias normais, a parte maior do tempo de circulação. Como dinheiro, o valor encontra-se em forma sempre conversível. Como mercadoria tem primeiro de converter-se em dinheiro, de adquirir a figura da permutabilidade imediata e por isso capaz de operar a qualquer momento. (MARX, 2008b, p. 141).

A junção do tempo de circulação e do tempo de produção constitui o *tempo de rotação do capital*. O tempo de rotação diz respeito ao tempo total que um capital gasta para realizar um ciclo completo de reprodução. O ciclo percorre as seguintes fases: D-M (compra de elementos necessários à produção), P (funcionamento do processo de produção), M-D (venda da mercadoria produzida), D-M (o reinvestimento da mais-valia produzida).

O mundo ideal para o capital seria aquele em que a mercadoria se realize no próprio ato da produção:

Quanto mais são ideais as metamorfoses da circulação do capital – isto é, quanto mais se torna o tempo de circulação igual a zero, ou mais aproximada de zero -, tanto mais funciona o capital, tanto maiores se tornam sua produtividade e produção de mais-valia. O tempo de circulação do capital limita, portanto, o tempo de produção e, portanto, o processo de produzir mais-valia. (MARX, 2008b, p. 140-141).

A parte do capital que aguarda a venda enclausurada na forma de capital-mercadoria; ou a parcela do capital-dinheiro entesourada que espera a quantia suficiente para o reinício do processo, Marx chama de “parte ociosa do capital” (MARX, 2008c, p. 99). E, de acordo com o autor, “o principal meio de abreviar o tempo de circulação é o progresso dos transportes e comunicações” (MARX, 2008c, p. 100).

O desenvolvimento dos transportes e das comunicações encurta o tempo em que o valor-capital fica aprisionado sob a forma de mercadoria e possibilita que ele volte ao processo de produção e se valorize novamente. Assim, Marx levanta um ponto importantíssimo no que estamos discorrendo aqui: “infere-se daí que as taxas de lucro de dois capitais – com igual composição percentual, taxa de mais-valia e jornada de trabalho – estão na razão inversa dos respectivos tempos de rotação.” (MARX, 2008c, p. 101). O tempo de rotação é a soma do tempo de produção e do tempo de circulação. Um capital pequeno que roda muitas vezes, pode gerar mais mais-valia do que um capital grande que roda poucas vezes. (Marx, 2008b, p. 351-355).

Mas que o conceito de tempo de rotação tem a ver com o trabalho imaterial? Responderemos a essa pergunta de duas formas: 1) Como a principal forma de diminuição do tempo de circulação é o progresso dos transportes e das comunicações, o capital, ao promover tal desenvolvimento, impulsiona o *crescimento da produção imaterial*. O resultado útil da indústria de transportes e da indústria de comunicações é um resultado imaterial. Logo, esta parcela da produção imaterial tem um lugar de suma importância na produção capitalista. 2) Uma parcela considerável da produção imaterial, pela própria impossibilidade deste trabalho ter uma existência separável do ato de produção, tem seu efeito útil consumido no próprio processo de produção. Em outros termos, o tempo de circulação é drasticamente reduzido, reduzindo também o tempo de rotação. Essa redução faz com que o capital investido nas referidas produções imateriais se valorize mais rápido. *O tempo de circulação limita o processo de produzir mais-valia, e o capital encontra nas produções comandadas pelo trabalho imaterial a possibilidade de uma redução ampla desse tempo.*

A partir de uma averiguação da categoria *tempo de rotação*, podemos extrair a seguinte afirmação: *há uma compatibilidade tênue entre a produção imaterial e as tendências*

do capital. Ao mesmo tempo, o capital impulsiona a produção imaterial de setores estratégicos, e encontra nesses setores a possibilidade de valorização com menos rédeas.

Só podemos compreender o processo de trabalho imaterial inserido no aumento da velocidade dos nexos entre produção e consumo se percebermos que estes estão inseridos num contexto amplo de desenvolvimento do capital. Este ponto não é abordado pelos autores da teoria do trabalho imaterial, apesar de assumir importância incontestável para a análise desse processo laboral. Os referidos autores se contentam apenas com a afirmação mais evidente de que “seria mais exato conceber o modelo como algo que busca uma contínua interatividade ou uma rápida comunicação entre a produção e o consumo” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 311). *Marx já havia notado essa tendência, e ela não diz respeito apenas à produção atual, mas é, antes de tudo, uma tendência do capital.*

Se considerarmos o trabalho imaterial como uma modalidade de trabalho cujo efeito imediato não é um objeto palpável, podemos, com Marx, afirmar que “o resultado do [seu] processo de produção não é nenhum produto, nenhuma mercadoria” (MARX, 2008b, p. 64). Tendo em vista essa conceituação, uma constatação importante a se fazer é que, na obra de Marx, o trabalho que não gera um resultado útil palpável nem de longe é uma especificidade do capitalismo contemporâneo. Os teóricos da teoria do trabalho imaterial não mencionam uma forma de trabalho sem resultados palpáveis que seja anterior ao processo de pós-modernização econômica. No livro segundo de *O Capital*, Marx indicou a existência de trabalho imaterial em épocas não capitalistas: “mas o dinheiro já aparecia em tempos remotos como comprador dos chamados serviços, sem que D [dinheiro] se transformasse em capital-dinheiro ou sem que mudasse o caráter geral da economia.” (MARX, 2008b, p. 44).

No capitalismo, evidentemente, a questão aparece de maneira distinta. Conforme mencionamos, um exemplo de trabalho imaterial seria aquele referente à indústria de transportes:

O que a indústria de transportes vende é a própria mudança de lugar. O *efeito útil produzido* está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte. Homens e mercadorias viajam com o meio de transporte, e seu deslocamento, seu movimento no espaço, é precisamente o processo de produção *que realiza*. O *efeito útil* só pode ser usufruído durante o processo de produção; *não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse, depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria.* (MARX, 2008b, p. 65, destaques nossos).

Podemos inferir, partindo dessa citação, alguns elementos pertinentes para a análise de das teorizações marxianas que levantam questões para o estudo do trabalho imaterial. Em

primeiro lugar, reforçamos o argumento defendido no item anterior: o pretexto de que Marx teria se atentado apenas para o trabalho fabril e que por isso sua teoria tornou-se inadequada mediante as formas de trabalho na produção pós-industrial, se torna sem fundamentos. E mais: uma análise efetiva do trabalho no capitalismo deve não só analisar o trabalho na fábrica, mas todo o trabalho apoderado pela produção (que, em Marx pressupõe a reprodução¹³⁴) conforme indica a acepção que Marx fornece ao termo “industrial”. Por este motivo, na nossa leitura, a análise marxiana não aponta para uma homogeneização dos processos de trabalho ao contrário do que dizem Negri e Lazzarato, mas, indica um plano heterogêneo e complexo da esfera do trabalho. Esta é a visão, acertada em nossa opinião, de Antunes (2005, 2007), que alude uma imbricação crescente entre trabalho material, imaterial, produtivo, improdutivo etc., que torna a classe-que-vive-do-trabalho complexa e heterogênea.

Em segundo lugar, a demonstração de que Marx, ao citar processos de trabalho no qual o resultado não é um objeto físico-material, não adota como critério definidor o fato deste trabalho estar inserido no setor de serviços; em vez disso, define esse trabalho, no caso da indústria de transportes, encontrando-se inserido em um “processo de produção”, impulsionado pelo capital-industrial, ou seja, onde impera as leis de produção do capital. A força de trabalho, ao consumir-se com os demais elementos da produção, cria valor novo, a mais-valia, um valor excedente, a ser apropriado pelo capital. Logo, não podemos concordar com as teses de Negri e Lazzarato (2001) que afirmam a impossibilidade do trabalho imaterial se reproduzir na exploração da mais-valia.

O resultado final da produção da indústria de transportes é eminentemente imaterial. Produz valor, mas “o transporte não aumenta a quantidade de produtos” (MARX, 2008b, p. 166). Com esta afirmação Marx fornece uma exemplificação concreta que demonstra a ausência de um viés quantitativista em relação à sua teoria do valor. A teoria marxiana do valor explica a variação de valor que uma mercadoria sofre depois de sua produção sem a necessidade de agregar elementos que digam respeito à mensuração empírica das características úteis de tal produto do trabalho:

Assim, o capital produtivo nela aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia. (MARX, 2008b, p. 166).

¹³⁴ “[...] todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.” (MARX, 2008a, p. 661)

Seu resultado (o transporte de pessoas, mercadorias e meios de produção) é um efeito útil imaterial que possui mais-valia. A lei da relação inversa entre produtividade do trabalho e o valor que ela cria continua válida da mesma forma que na produção físico-material: “quanto menor a quantidade de trabalho materializado e vivo¹³⁵ que o transporte da mercadoria exige para determinada distância, tanto maior a produtividade do trabalho, e vice-versa.” (MARX, 2008b, p. 167). Portanto, se a produção capitalista promove o desenvolvimento dos meios de transporte, os custos do transporte diminuem. O constante desenvolvimento da indústria de transportes parece constituir condição constante de um modo de produção que substitui, cada vez mais, “mercados locais por mercados longínquos” (MARX, 2008b, p. 168). Ao lado do barateamento da mercadoria produzida, “sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros” (MARX, 1996b, p. 81).

A indústria de transportes é apresentada por Marx como um ramo de produção independente, esfera particular de aplicação do capital produtivo. “Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação.” (MARX, 2008b, p. 168). Além disso, podemos afirmar que a indústria de transportes é *uma produção imaterial para a realização da produção físico-material. Este quadro aponta uma imbricação tênue entre material e imaterial.* O mundo capitalista contemporâneo intensifica essa imbricação: de acordo com Ricardo Antunes, a principal transformação ocorrida no toyotismo não foi a conversão da ciência em principal força produtiva, mas sim a imbricação progressiva entre trabalho e ciência, imaterialidade e materialidade do trabalho. (Antunes, 2007, p. 124). Como estamos vendo, a análise da teoria marxiana fundamenta este ponto de vista. Portanto, não podemos concordar com as teses da teoria do trabalho imaterial que defendem a homogeneização dos processos de trabalho (segundo Negri e Lazzarato é tendência do trabalho imaterial “tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita” de modo que “o trabalho se transformaria integralmente em trabalho imaterial” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 27). A esse respeito, consideramos pertinente a advertência feita por Antunes: “generalizar falsamente a vigência das formas dadas pelo trabalho imaterial, entretanto, me parece tão equivocado quanto desconsiderá-las” (ANTUNES, 2007, p. 125).

¹³⁵ No original em alemão consta a expressão *Arbeitsmenge tote und lebendige* que quer dizer quantidade de trabalho morto e vivo.

Nas poucas páginas que Marx destina à análise da indústria de transportes¹³⁶, o autor fornece uma contribuição grandiosa para os estudiosos do trabalho imaterial: a fórmula da indústria de transportes. Diz ele: “a fórmula da indústria de transportes seria, portanto, $D - M <_{MP}^F \dots P - D'$ ¹³⁷, uma vez que é consumido o próprio processo de produção, e não um produto dele separável (MARX, 2008b, p. 65, destaques nossos). Ao fornecer a fórmula da indústria de transportes, o autor nos fornece a *fórmula da produção imaterial*, apesar de não chamá-la assim. Esse tipo de produção pode ser caracterizada por algumas peculiaridades: em primeiro lugar, o resultado do seu processo de produção é um *efeito útil* imaterial. Em segundo lugar, consumo e produção, geralmente, se dão no mesmo processo, no mesmo tempo, no mesmo espaço. Neste caso, Marx está mencionando o tipo de trabalho que posteriormente veio a ser chamado de “serviços”, exprimindo a inseparabilidade da produção e do consumo.

A fórmula da indústria de transportes fornece a relação de capital na produção imaterial em geral. Colocando de outra forma, a fórmula fornecida por Marx pode ser generalizada para a compreensão dos processos nos quais o trabalho imaterial assume importância central. Analisaremos esta questão no próximo item.

3.3 – O que revela a fórmula da indústria de transportes?

A noção de marxiana de *produção*, assim como a noção de indústria, é uma noção ampliada. Ela diz respeito a ramos particulares de produção, ou diferentes ramos conexos, e explicita que a produção envolve, na verdade, diferentes momentos a saber: produção, distribuição, troca e consumo¹³⁸. Já sabemos que Marx trata diretamente de *ramos industriais imateriais*, comprometidos, portanto, com a produção de valor¹³⁹. O capital, para usar os termos marxianos, se torna “a forma geral, socialmente dominante do processo de produção”

¹³⁶ A indústria de transportes “singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação.” (MARX, 2008b, p. 168, destaques do autor).

¹³⁷ Resumidamente, esta fórmula significa: capital-dinheiro que é lançado na circulação para comprar mercadorias (força de trabalho e meios de produção), interrompe-se o processo de circulação e entra no processo de produção gerando um capital-dinheiro acrescido de mais-valia. Evidentemente, em Marx, essa fórmula pressupõe relações sociais e não apenas dinheiro e coisas passíveis de compra.

¹³⁸ “O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça.” (MARX, 2011, p. 53)..

¹³⁹ Em relação à expressão “ramos industriais”, estamos adotando a mesma noção ampliada que apresentamos em relação ao “capital industrial”.

(MARX, 2008b, p. 579) tão logo que se apossa dos ramos produtivos principais¹⁴⁰. Determinados ramos da produção imaterial, nas formulações do autor, ocupam posições centrais para o movimento do capital, como é o exemplo da indústria de transportes. Nesta altura do trabalho, pretendemos analisar os significados contidos na fórmula da indústria de transportes apresentada no item anterior. Já adiantamos esta fórmula pode ser vista como a *fórmula da produção imaterial em geral*. Para deduzir este resultado, convém mencionar a diferença geral entre a produção físico-material e a produção imaterial no capitalismo.

O ciclo¹⁴¹ do capital que funciona na produção físico-material é resumido por Marx na seguinte fórmula: $D - M < \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' - D'$ ¹⁴². O processo começa com o possuidor do capital-dinheiro lançando uma quantia de dinheiro (D) na circulação a fim de comprar as mercadorias (M) força de trabalho (FT) e meios de produção (MP) necessários à formação do produto. Neste momento há uma pausa na circulação (...) para funcionar o processo de produção (P) e as diversas capacidades da força de trabalho entram em ação consumindo materialmente e produtivamente os meios de produção, mas preservando o valor antigo destes meios, além de criar valor novo¹⁴³. O resultado é uma mercadoria físico-material acrescida de um valor novo, a mais-valia (M'), que é vendida por um montante de dinheiro maior que o adiantado (D'). O processo se encerra no consumo, que ocorre separado da produção no tempo e no espaço, e o ciclo pode recomeçar. A produção físico-material só foi aqui mencionada para explicitar a especificidade da produção imaterial. Cabe agora realizar essa incumbência.

No âmbito das formulações marxianas explicitadas neste trabalho, não é nenhuma novidade salientar que existem ramos produtivos de capital cujos resultados úteis são imateriais. Consciente deste elemento, mas se referindo ao ramo dos transportes, Marx delineou a seguinte fórmula: $D - M < \frac{FT}{MP} \dots P - D'$ ¹⁴⁴. A diferença imediata entre tal produção e a produção físico-material é o fato de que a força trabalho ao consumir os meios de produção não produz um objeto físico-material, ou seja, o resultado do seu processo de produção é um *efeito útil* imaterial que carrega em si uma mais-valia. Por causa desta

¹⁴⁰ É neste momento que é explicitado o fato do capital aparecer como um processo social total e deixando de ser mero meio para a produção de mais-valia. Produz mais-valia, mas também produz e reproduz relações sociais. (Cf. Marx, 2008a, p. 672)

¹⁴¹ O ciclo é visto como um processo no qual sua continuidade é sempre um pressuposto.

¹⁴² Esta fórmula pode ser encontrada no livro segundo de O Capital. Cf. Marx, 2008b, p. 62.

¹⁴³ “Apenas por adicionar valor novo, conserva o valor antigo. O acréscimo de valor novo ao material de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diversos produzidos pelo trabalhador ao mesmo tempo, embora execute apenas um trabalho.” (MARX, 2006, p. 235).

¹⁴⁴ Cf. Marx, 2008b, p. 65.

facticidade do resultado, o valor de uso é consumido no ato da produção, ou seja, consumo e produção se dão no mesmo processo, estão unidos no tempo e no espaço. Tais características são semelhantes à grande massa da produção imaterial¹⁴⁵ e por esta razão a fórmula da indústria de transportes transcrita por Marx pode ser considerada como a *fórmula da produção imaterial*.

Analisando a produção imaterial como um todo, e não apenas a transformação dos meios de produção em um efeito útil imaterial e o consumo de tal efeito útil, surgem questões de fundo não consideradas pela teoria do trabalho imaterial. Em primeiro lugar, a parte inicial da fórmula ($D - M < \frac{FT}{MP}$) indica que o dono dos meios de produção compra, além desses meios, força de trabalho do trabalhador do imaterial. A compra da força de trabalho não é uma simples relação de troca. Colocando de outra forma, a compra e venda da força de trabalho enquanto mercadoria não é mera decorrência da natureza do dinheiro¹⁴⁶. Marx demonstra que a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria desde que sua venda não seja isolada, mas que se constitua enquanto norma social dominante da produção de mercadorias. E tal elemento pressupõe que o trabalhador não seja possuidor dos meios de produção e, destituído dos meios necessários para sua sobrevivência, vende sua força de trabalho em troca de salário:

Já existe, portanto, já se dá por suposta a relação de classe entre capitalista e assalariado [...] Trata-se de compra e venda, de relação monetária, mas de uma compra e venda que tem por pressupostos o comprador como capitalista e o vendedor como assalariado, e essa relação se estabelece quando as condições para a materialização da força de trabalho, os meios de subsistência e os meios de produção, estão separadas do detentor da força de trabalho, como propriedade alheia. (MARX, 2008b, p. 45).

Em segundo lugar, analisando o processo de produção (indicado na fórmula como $\dots P - D'$) evidencia-se o processo de trabalho imaterial.. Ao contrário do que ocorre com a produção físico-material, o processo de produção gera um efeito útil imaterial. Mas, conforme

¹⁴⁵ Não estamos levando em conta o tipo de produção imaterial que necessita de um resultado material para se expressar enquanto objeto útil, como por exemplo, a produção artística. É sabido que tal produção se expressa sob a forma de quadros, partituras, esculturas etc. elementos materiais necessários para o consumo dos respectivos valores de uso.

¹⁴⁶ “A compra e venda de escravos é também, na sua forma, compra e venda de mercadorias. Mas, se não existe a escravatura, o dinheiro não pode desempenhar essa função. Se a escravatura existe, o dinheiro pode ser empregado na aquisição de escravos. Reciprocamente, o dinheiro nas mãos do comprador não basta para possibilitar a escravatura.” (MARX, 2008b, p. 46). Do mesmo modo, no capitalismo, onde ao contrário da escravatura, o que é mercadoria é a força de trabalho e não o indivíduo, Marx afirma: “na relação entre capitalista e assalariado, a relação monetária passa a ser relação entre comprador e vendedor, relação imanente à própria produção. Esta relação repousa fundamentalmente sobre o caráter social da produção e não sobre o modo de troca; este decorre daquele.” (MARX, 2008b, p. 130, destaques nossos)

salienta Marx se referindo à indústria de transportes: “o valor de troca desse efeito útil é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo valor dos elementos da produção (força de trabalho e meios de produção) consumidos para obtê-lo mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados [...]” (MARX, 2008b, p. 65 – destaques nossos). O capitalista que comanda uma produção imaterial, assim como o capitalista que comanda determinada produção físico-material, não engendra a produção visando a utilidade do resultado do trabalho: “na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso.” (MARX, 2006, p. 220). *Esta característica é ainda mais palpável se considerarmos a produção imaterial. Nela, o proprietário dos meios de produção não detém diretamente o valor de uso gerado, pois ele se dissolve no consumo executado no próprio ato da produção.* Sendo assim, o que leva um capitalista a investir seu capital na produção imaterial? Ele gasta seu dinheiro na produção movido pelas mesmas paixões de um capitalista da produção físico-material: expandir o valor inicialmente investido.¹⁴⁷ Tendo em vista o consumo e a realização imediatos do valor de uso, na produção imaterial é ainda mais evidente tal relação.

A fórmula da produção imaterial revela, em primeiro lugar, que a produção do efeito útil só se realiza efetivamente se houver a possibilidade de expansão do valor adiantado, de extração de lucro.¹⁴⁸ Em segundo lugar, o processo de trabalho na produção imaterial se desenrola sob o controle capitalista do processo e do resultado.¹⁴⁹ Diferentemente da produção físico-material, o proprietário dos meios de produção não pode possuir a utilidade gerada. O efeito útil se evanesceu no momento da produção, com o consumo, sem que seu resultado materializasse fisicamente. *No entanto, o dono dos meios de produção detém o resultado do*

¹⁴⁷ Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores do valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. (MARX, 2006, p. 220)

¹⁴⁸ “A expansão da produção de valores de uso não pode romper os limites impostos pela lógica do capital. Se o valor de uso a ser produzido não pode se realizar como valor de troca, como mercadoria disposta à venda, ele não será objeto de produção e, assim, não poderá satisfazer a nenhuma necessidade social, por mais importante e necessária que esta seja.” (TEIXEIRA, 2000, p.69).

¹⁴⁹ “O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da força de trabalho. [...] O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.” (MARX, 1996, p. 304).

trabalho enquanto valor acrescido, enquanto mais-valia. A exploração desta última é a razão que leva o capitalista da produção imaterial a investir seu capital-dinheiro.

A forma valor¹⁵⁰ perpassa não só o resultado da produção imaterial, mas *é a forma marcante de todos os momentos da produção imaterial*, que, por sua vez, tem início na compra e venda da força de trabalho do trabalhador do imaterial, explicitando relações sociais concretas. O suposto caráter não capitalista da produção imaterial, das quais algumas teses foram apresentadas no item 1.1, não se sustenta quando analisamos os diversos movimentos do valor que funciona como capital na produção imaterial.¹⁵¹ Aqui, estabelecendo outro ponto de distanciamento em relação aos autores da teoria do trabalho imaterial, a forma de produção não é vista como mera decorrência do trabalho imaterial, mas as relações do trabalho imaterial são determinadas pelo caráter capitalista da produção. De uma forma geral, a análise da produção imaterial explicita o caráter social do valor que aumenta a partir do trabalho imaterial.

Além disso, o ato de produzir valores de uso imateriais que contém valor constitui um momento fundamental da produção imaterial, mas esta última não se limita ao primeiro. Analisando o processo como um todo a partir da fórmula da produção imaterial, percebemos que a imaterialidade do resultado da produção não gera nenhuma diferença nas relações sociais que são pressupostas nos diferentes momentos da produção. Conseqüentemente, não podemos concordar com as teses da teoria do trabalho imaterial que afirmam a autonomia da produção imaterial em relação ao processo de produção do capital.

Portanto, em direção radicalmente oposta às formulações dos teóricos do trabalho imaterial, a teoria marxiana do valor possui uma vigorosa atualidade, e o capitalismo atual, com sua atividade imaterial crescente, encontra em Marx um grande intérprete, o que fortalece a necessidade de estudos contemporâneos que tenham como base a contribuição deste autor.

¹⁵⁰ Aqui, partilhamos dos avanços feitos por Rubin (1987) nos quais a análise da teoria do valor-trabalho de Marx vai além dos aspectos quantitativos, e o valor é visto como uma *forma*.

¹⁵¹ “O capital, como valor que cresce, implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado. Mas, além disso, é movimento, processo com diferentes estádios [...]. Só pode ser apreendido como movimento, e não como algo estático.” (MARX, 2008b, p. 119-120).

3.4 – Temas concernentes ao conceito de trabalho improdutivo

A teoria do trabalho imaterial considerara todo trabalho imaterial como serviço e, por isso, como não produtor de mais-valia e, deste modo, “independente da atividade empreendedora capitalista” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31). Do ponto de vista do trabalho produtivo, este critério seria infundado. Em primeiro lugar, pela razão evidente de que há trabalhos imateriais que geram valor e mais-valia, como por exemplo, o trabalho envolvido na indústria de transportes. Em segundo lugar, mesmo os trabalhos imateriais improdutivos *não se encontram independentes e livres da atividade capitalista e exercem função importante na valorização do capital*. Demonstrar como esses temas aparecem na teoria marxiana é o objetivo principal do presente item.

O conceito marxiano de trabalho produtivo diz respeito às atividades que se relacionam com algum processo de produção do capital, não importando a natureza da atividade, nem o lugar desta atividade em relação à fabricação do produto. Esse tipo de trabalho é consumido por produzir valores de uso acrescidos de valor e mais-valia. No entanto, existem trabalhadores que são pagos para produzirem valores de uso e não valor novo. Seus trabalhos desempenham utilidade social, mas não contribuem diretamente com a produção de mais-valia. Como o trabalho improdutivo é consumido por causa de seu valor de uso, pode parecer que ele não tem importância no processo de valorização do capital. Neste item, mostraremos que a conceituação marxiana vai muito mais além: uma parcela do trabalho improdutivo, apesar de não gerar valor, é importante para a efetivação da valorização do capital. Antes de avançar, tendo em vista o trabalho improdutivo e o seu papel de gerar utilidade sem gerar mais-valia, convém explicitar que a categoria valor de uso tem um papel importante na teoria de Marx. Por isso, antes de entrarmos na conceituação do trabalho improdutivo, discutiremos, de maneira breve, a relevância dessa categoria na teoria social do autor.

Com especificidades de sentido, enfoque e objetivos, pode-se afirmar que a maior preocupação conceitual da Economia Política de Smith e Ricardo é em relação ao valor de troca. A centralidade de tal categoria no pensamento clássico é evidente. Em contrapartida, o valor de uso é destituído de importância teórica na obra de tais economistas:

Entre as numerosas manifestações críticas de Marx sobre o sistema de Ricardo, chama a atenção uma observação que aparece apenas nos *Grundrisse*: a de que, em sua economia, *Ricardo abstrai o valor de uso, que ‘só se refere de modo obscuro’ a*

uma categoria tão importante, e que por isso, em sua obra, ela permanece reduzida a um 'simples pressuposto'. (ROSDOLSKY, 2001, p. 75, destaques nossos).

A mesma alegação, mediante uma leitura desatenta, poderia ser proferida contra Marx (2006), uma vez que o autor afirma que o valor de uso no capitalismo é um mero veículo material do valor de troca, e que a produção de valores de uso é subordinada à produção de valores de troca. É sob esta perspectiva que o economista marxista Paul Sweezy, autor da famosa obra *Teoria do desenvolvimento capitalista*, afirma que a teoria marxiana promove, conscientemente, a mesma destituição: “Marx excluiu o valor de uso (ou, como é atualmente chamado, a “utilidade”) do campo de investigação da Economia Política” (SWEEZY, 1976, p. 54) pelo fato de que o valor de uso não representaria uma relação social, uma relação entre pessoas submetidas a uma sociedade. No entanto, Sweezy faz uma ressalva. O valor de uso tem um papel a desempenhar na Economia de Marx: seu lugar é relegado à *cadeia usual de fenômenos* econômicos. Se, como quer Sweezy, Marx excluiu o valor de uso de sua investigação, nos resta afirmar que o objeto de sua investigação é puramente o valor.

Considerações como a de Sweezy dizem mais respeito à teoria de Ricardo do que ao próprio Marx.¹⁵² A *exclusão arbitrária* do valor de uso como categoria importante na análise deve-se à não consideração do *duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria* (trabalho útil e trabalho abstrato). Consequentemente, um elemento fundamental passou despercebido pela Economia Política de Smith e Ricardo: a produção capitalista configura-se como uma unidade do processo de trabalho e do processo de valorização do capital, fator explícito nos três volumes de *O Capital*.

Muitas poderiam ser as indicações para demonstrarmos a importância do valor de uso na teoria de Marx. No entanto, não pretendemos pormenorizar a questão, e mencionaremos apenas dois elementos: o valor de uso da mercadoria dinheiro e o valor de uso da força de trabalho.

Segundo Marx, a forma dinheiro assume importância quando determinada mercadoria se torna o equivalente geral em relação às outras mercadorias. É exatamente a utilidade do dinheiro, sua expressão como valor de uso, a saber: representar os valores, que faz do dinheiro uma mercadoria central. (Marx, 2006, p. 82-92).

¹⁵² “[...] a interpretação marxista tradicional – de Hilferding, Sweezy e outros – não pode ser correta. Inadvertidamente, esses autores não seguem seu mestre Marx, mas sim Ricardo, a quem criticou.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 77).

Em relação à força de trabalho, o que faz esta mercadoria ter importância tão central é a capacidade de criar valor. A sua utilidade, o seu valor de uso, é consumir-se para criar valor novo:

A modificação só pode originar-se, portanto, *do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo*. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (MARX, 1996, p. 285)

O consumo do valor de uso da força de trabalho, de acordo com Marx, realiza-se no processo de produção. O ato de consumo da força de trabalho, portanto, é o processo de produção de valor, mercadorias (unidade de valor de uso e valor de troca), e mais-valia. A mercadoria força de trabalho tem como valor de uso a produção de valor. Apesar de o valor assumir centralidade na produção capitalista, não podemos dissociar, na análise do valor, o valor de uso.

Contrariando os desenvolvimentos da Economia Política clássica, para Marx o valor não pode ser analisado sem uma consideração conceitual do valor de uso, configurando, a partir dessas duas características, a mercadoria.¹⁵³ A mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista, a categoria mais elementar na qual estão contidas as categorias mais complexas. Ela é o corpo contraditório que contém a forma específica pela qual o produto do trabalho assume na ordem do capital: a *forma valor*. Não por acaso, a mercadoria é o ponto de partida da exposição tanto de *O Capital*, quanto de *Contribuição à crítica da Economia Política*. Consideramos este elemento – o ponto de partida da exposição ser a categoria *mercadoria* – fundamental para a exposição de uma efetiva crítica da Economia Política.¹⁵⁴ A partir dela, o autor parte para desenvolver o seu objetivo: a análise do modo capitalista e as correspondentes relações de produção e circulação, as leis que determinam o aparecimento, funcionamento interno de um determinado tipo de relações sociais, bem como a análise deste

¹⁵³ “Para mim, não são sujeitos nem o valor, nem o valor de troca, mas é somente a *mercadoria*.” (MARX, 1977, p. 171).

¹⁵⁴ Além do método de pesquisa, Marx também incorpora a dialética como método de exposição crítica dos pressupostos da Economia política clássica: “O conceito fundamental, aqui, para o Marx crítico da economia política, é o de “exposição”, “método de exposição”, que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico. (MÜLLER, 1982, p. 20). Ainda sobre a exposição, é importante lembrar que a mercadoria (e a sua universalidade no modo capitalista de produção) enquanto ponto de partida da exposição só pôde se efetivar quando já estava plenamente figurado na consciência o capitalismo em seu conjunto, isto é, há uma relação do ponto de vista dialético entre um elemento e a totalidade. (Kosik, 2010).

objeto na perspectiva de sua supra-sunção. É impossível compreender a especificidade do pensamento marxiano e a abrangência de *O Capital* se não tivermos esses elementos em mente. A importância da categoria valor de uso justifica a importância de conceituar o trabalho que gera utilidade sem gerar mais-valia.

A indústria de transportes, no sentido que descrevemos acima, produz mais-valia e, por este motivo, o trabalho que circunscreve este ramo é o trabalho produtivo. Há, todavia, setores que agregam trabalhadores assalariados sem que haja a criação da mais-valia. Vejamos a questão mais de perto.

Já dissemos que todo trabalho produz, para usar a terminologia marxiana, um *efeito útil*, isto é, uma utilidade, um valor-de-uso. Em contrapartida, segundo Marx (2004) nem todo efeito útil, mesmo quando desdobrado no seio da sociedade capitalista, carrega em si uma mais-valia. O trabalho despendido neste processo é, portanto, *trabalho improdutivo*.

O trabalho improdutivo, por sua vez, é a modalidade de trabalho que “é consumido por causa do seu *valor de uso* e não como trabalho que gera *valores de troca*; é consumido improdutivamente” (MARX, 2004, p. 111, destaques do autor), em outros termos, não gera valor novo, não valoriza o capital, não produz mais-valia, não se converte em parte do capital variável. Ele é consumido como serviço, como utilidade.

Daqui podemos afirmar: *o trabalho que não gera valor é improdutivo do ponto de vista do capital, porém, é extremamente útil, necessário à sua reprodução*¹⁵⁵. Os trabalhos envolvidos na simples mudança de forma do valor (M - D', que diz respeito à venda de mercadorias no comércio) são, sob esta delimitação, *trabalhos improdutivos*. Sendo assim, por mais que Marx (2008b) afirme a tendência do capital diminuir o tempo de circulação (item 3.2) não se trata de diminuir a importância da circulação ou do trabalhador improdutivo: “a circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto a própria produção, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quanto os agentes de produção” (MARX, 2008b, p. 142). Em outros termos, os trabalhadores da compra e venda “realizam função necessária, pois *o processo de reprodução também abrange funções improdutivas*. Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto”. (MARX, 2008b, p. 149, destaques nossos). Embora não produzam valor, tais trabalhadores são absorvidos pelas relações capitalistas: são trabalhadores improdutivos e, ao mesmo tempo, trabalhadores assalariados.

¹⁵⁵ “O tempo de circulação do capital constitui parte de seu tempo de reprodução” (MARX, 2008b, p. 147)

O trabalho consumido por causa de seu valor de uso, o trabalho improdutivo¹⁵⁶, é chamado por Marx de serviço:

Assim como as mercadorias que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em *fatores do capital*, também tal não acontece com os *serviços* que compra de livre vontade ou forçado por causa de seu valor de uso, para consumo. (MARX, 2004, p. 111).

O conceito marxiano de serviço é diferente, portanto, do sentido atual que tem se dado ao termo. O trabalho vendido como serviço é o trabalho que foi pago para produzir determinada utilidade que não possui mais-valia. Mesmo assim, é tendência do modo de produção capitalista generalizar o regime de trabalho assalariado para os trabalhadores improdutivos dos serviços.¹⁵⁷ Serviço é um termo usado por Marx para se referir ao trabalho comprado por causa de seu valor de uso, e, conseqüentemente, ao “trabalhador que apenas troca os seus serviços (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro” (MARX, 2004, p. 112). Com essa afirmação *não queremos dizer que o trabalho inserido no hoje chamado setor de serviços são improdutivos segundo a ótica marxiana*. É necessário distinguir, de um lado, o sentido que Marx dá ao termo, e de outro, as aspirações contemporâneas do termo. Hoje em dia os serviços são definidos como bens intangíveis vendidos no mercado, conforme indica o *Manual on Statistics of International Trade in Services* (ONU, 2010). A conceituação marxiana concorda que o trabalho inserido nesta área da produção executa função produtiva de capital, mas o autor não o chama de *serviço*. Para Marx, “um serviço é nada mais que o efeito útil *de um valor de uso*, seja da mercadoria, seja do trabalho” (MARX, 1996a, p. 310).¹⁵⁸

Determinados trabalhos improdutivos com resultados imateriais exercem funções necessárias ao capital. O trabalho executado na venda pura das mercadorias é uma dessas atividades. Analisando a venda enquanto mudança de forma do valor, processo no qual o valor salta de capital-mercadoria à capital dinheiro, esse tipo de trabalho não produz valor

¹⁵⁶ “Quando se compra o trabalho para o consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo” (MARX, 2004, p. 111).

¹⁵⁷ “Com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em *trabalho assalariado* e todos os seus executantes em assalariados, tendo por conseqüência essa característica em comum com o trabalhador produtivo [...] (MARX, 2004, p. 112).

¹⁵⁸ Na época de Marx, 1.208.648 trabalhadores prestavam serviço doméstico. Sobre isso, diz Marx: “se contarmos os ocupados em todas as fábricas têxteis junto com o pessoal das minas de carvão e de metais, teremos 1 208 442; se os computarmos com o pessoal de todas as metalúrgicas e manufaturas, teremos então o número global de 1.039.605; *em ambos os casos o total é menor do que o número de modernos escravos domésticos*.” (MARX, 1996b, p. 78).

novo, “muda apenas a forma de existência do valor” (MARX, 2008b, p. 147). Realizar a mercadoria com a venda é um ato de comércio que demanda determinado tempo. Não apenas tempo, mas também *força de trabalho* que opera “não para criar valor, e sim para efetuar a conversão de uma forma do valor em outra” (MARX, 2008b, p. 147). Expressando a relação entre comprador e vendedor, a coisa não muda de figura mesmo se as partes envolvidas procurarem se apropriar de uma quantidade superior de valor.¹⁵⁹

Mesmo se o trabalho da venda for trabalhado assalariado, inalteradas as demais circunstâncias, ele continua sendo improdutivo:

[...] vamos supor que este agente de compra e venda seja um indivíduo que vende seu trabalho. Gasta sua força de trabalho e seu tempo de trabalho nas operações M-D e D-M. Vive disso como outros que vivem de fiar ou de fazer pílulas. [...] Figura entre os custos improdutivos mas necessários da produção. Sua utilidade não consiste em transformar em produtiva função improdutiva, em produtivo trabalho improdutivo. Seria um milagre que se pudesse efetuar semelhante transformação mediante simples transferência de função. (MARX, 2008b, p. 149).

Aliás, a venda de mercadorias no modo de produção especificamente capitalista assume a forma necessária de trabalho assalariado.¹⁶⁰ Isso ocorre devido às circunstâncias já mencionadas: a produção de mais-valia em escala social, a multiplicação e diversificação dos ramos produtivos, o crescente número de mercadorias produzidas. Estes fatores incidem no seguinte fato: se as mercadorias são produzidas em escala social, devem ser vendidas na mesma escala.

Além do que já mencionamos, a atividade da venda é importante para evitar que o valor de uso da mercadoria pereça antes da realização da mais-valia:

a deterioração do corpo da mercadoria estabelece o limite do tempo de circulação do capital-mercadoria: é o limite absoluto a essa parte do tempo da circulação, ou ao tempo durante o qual o capital-mercadoria funciona como capital-mercadoria (MARX, 2008b, p. 143).

Se a mercadoria perecer, foi inútil todo o processo de produção. Por isso, geralmente, há um limite de tempo para que a mercadoria seja vendida: possuir valor de uso efetivo.

¹⁵⁹ “Este trabalho acrescido pelas intenções maliciosas das duas partes não cria valor (do mesmo modo que o trabalho empregado num processo judicial não aumenta a magnitude do valor do objeto em litígio).” (MARX, 2008b, p. 148).

¹⁶⁰ “Para o capitalista, *que faz outros trabalharem pra ele, compra e venda constituem função fundamental*” (MARX, 2008b, p. 148).

Perder o valor de uso acarreta a perda do valor, e conseqüentemente, a perda do valor de troca.

O conceito de trabalho improdutivo na ordem do capital levanta relevantes questões referentes à importância de determinado tipo de trabalho imaterial dentro das relações capitalistas. Considerando sua forma pura, mesmo sem participar da produção de valor, a venda de mercadorias é função necessária ao processo de produção do capital.

O caráter social da venda de mercadorias na ordem do capital, o comércio a nível internacional, a perecibilidade do valor de uso, o crescimento dos ramos de atividades produtivas, e a busca constante e generalizada de valorização do capital, *adicionam novos elementos à análise*. Dependendo do tipo de mercadoria produzida, *para vendê-la pode ser necessário conservá-la*. Os custos de conservação, ao contrário da venda pura, surgem na explicitação marxiana como gastos produtivos, e o trabalho envolvido, trabalho produtivo:

Os edifícios, aparelhos etc. necessários para guardar os estoques produtivos (capital latente) são condições do processo de produção e constituem, por isso, partes componentes do capital produtivo adiantado. Preenchem sua função conservando os elementos produtivos na fase de espera. *Se necessários nesta fase, os processos de trabalho encarecem a matéria-prima etc., mas são trabalhos produtivos e constituem mais-valia, pois aí não se paga parte do trabalho, como acontece com qualquer outro trabalho assalariado. As interrupções normais de todo o processo de produção e, portanto, os intervalos em que não funciona o capital produtivo não produzem valor nem mais-valia.* (MARX, 2008b, p. 138, destaques nossos).

A atividade concernente à formação de estoque é geradora de valor dentro do processo de circulação, “ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória” (MARX, 2008b, p. 154). Ela se distingue da indústria de transportes por não constituir um processo de produção. Ao contrário, é engendrada um trabalho produtor de valor dentro da esfera da circulação. O que era conceitualmente considerado trabalho improdutivo, em virtude das múltiplas relações que o capital engendra, e considerando que a exposição de Marx começa a alterar em outro patamar de abstração, passa a ser espaço possível de valorização do capital:

A existência do capital na forma de capital-mercadoria, de mercadoria em estoque, ocasiona custos que, não pertencendo à esfera da produção, figuram entre os custos de circulação. Esses custos de circulação se distinguem dos apresentados na seção 1 por entrarem, até certo ponto, no valor das mercadorias, encarecendo-as, portanto. De qualquer modo, o capital e a força de trabalho que servem à conservação e à manutenção dos estoques são retirados do processo direto de produção. (MARX, 2008b, p. 156).

O trabalho de estocagem acrescenta valor ao produto porque o valor de uso da mercadoria é colocado sob condições a partir das quais é necessário determinado dispêndio de

capital, e o trabalho envolvido opera e atua diretamente sobre o valor de uso a ser conservado. A atividade consiste em manter o valor da mercadoria, e não em converter a forma do valor de capital-mercadoria para capital-dinheiro. A manutenção do valor da mercadoria só pode ocorrer mediante a conservação do valor de uso. Assim, a formação de estoques encarece a mercadoria.

Considerando o grande número de hipermercados, supermercados, grandes atacadistas, shopping centers, restaurantes, fast-foods¹⁶¹ etc. este aspecto da teoria marxiana nos parece mais atual hoje do que foi no período em que viveu Marx. Todos os espaços mencionados necessitam dos gastos em meios de trabalho e força de trabalho para a geração de estoque. Sob este ponto de vista, há exploração da mais-valia em supermercados, por exemplo. Em uma observação descuidada, parece que qualquer trabalhador da venda não contribui ao processo de produção de valor. Como a mais-valia é explorada a partir da reunião de diversas capacidades de trabalho que se articulam dentro de um processo de trabalho, os trabalhadores envolvidos na venda precisam apenas estar submetidos a algum processo de trabalho onde esteja presente a geração de estoques para que suas atividades sejam parte do trabalho produtivo total. O autor explicita, desta forma, *o caráter especificamente capitalista da venda de mercadorias, que revela, mais uma vez, a incorporação do trabalho imaterial nos processos eminentemente capitalistas*. Mesmo as vendas improdutivas são consideradas funções necessárias do capital. Sob mais esse aspecto, a teoria social de Marx exposta em O Capital corrobora para compreensão de temas referentes ao trabalho imaterial.

¹⁶¹ Ver Viviane Riegel (2010) “O trabalho dentro da loja de McDonald’s: regimes de visibilidade que revelam a imaterialidade da produção”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos determinados pontos que julgamos importantes para o estudo do trabalho imaterial dentro contribuição teórico-metodológica de Karl Marx. A teoria marxiana aparece como uma fonte rica em delineamentos que podem (e devem) ser considerados em uma apreciação do tema: determinadas categorias de Marx iluminam temas pertinentes ao estudo da imaterialidade do trabalho. Apesar do intervalo temporal que separa Marx de nós, o autor indicou vários temas que hoje estão em plena moda: o trabalho imaterial, a incorporação deste tipo de trabalho na produção, as relações entre trabalho imaterial e geração de valor etc.

Além disso, nossa interpretação da teoria marxiana se contrapõe com a leitura da *teoria do trabalho imaterial*. Negri, Lazzarato e Gorz enxergam em Marx o que chamamos de quantitativismo da teoria do valor. Esta maneira de ler Marx é enviesada, a nosso ver, por *duas premissas*: primeiro, para verificar a existência do valor seria necessário quantificá-lo matematicamente, mensurá-lo empiricamente. Segundo, essa mensuração se dá a partir da consideração dos elementos físico-materiais, o que remete que o valor em Marx só poderia se expressar em uma mercadoria dotada de materialidade física. Dados os elementos intangíveis do processo de trabalho imaterial (as aptidões necessárias, as habilidades impossíveis de quantificar e o resultado imaterial do trabalho) a quantificação é impossível, o que invalidaria a teoria marxiana na análise deste tipo de trabalho segundo os teóricos do trabalho imaterial. Por outro lado, a teoria de Marx é vista dentro dos limites restritos da produção fabril físico-material.

Partindo destes pontos de crítica, no Capítulo I analisamos que existem, de fato, teorias quantitativistas do valor. É o caso da contribuição de Smith e Ricardo. Eles, preocupados com os elementos que regulavam as trocas, fornecem um uso meramente instrumental ao valor-trabalho: em última análise, este é visto como unidade de medida. Neste caso pudemos notar a pertinência de parte da crítica dos teóricos do trabalho imaterial: teorias quantitativistas do valor não explicam o trabalho imaterial. Não por acaso, o trabalho imaterial não é considerado trabalho produtivo por Smith e Ricardo, sendo excluído do campo explicativo da teoria do valor: na opinião desses autores somente o trabalho físico-material gera valor. A pertinência da crítica à teoria do valor levada a cabo pelos teóricos do trabalho imaterial esbarra em grandes limitações ao analisarmos a teoria de Marx. Na explanação marxiana, o valor expressa quantidade sem a “mácula” do quantitativismo. Apesar de envolver temáticas de quantidade (quantidade de trabalho socialmente necessária, distribuição

quantitativa do trabalho nos ramos produtivos etc.), Marx não pressupõe que o valor necessite ser quantificado. Em outras palavras, nem o aspecto quantitativo do valor em Marx é quantitativista. Para Marx, sob vários pontos de vista, o valor de uma mercadoria não pode ser quantificado. A negação do quantitativismo, ou a quantificação enquanto um pseudo-problema, ficou mais clara quando analisamos o aspecto qualitativo do valor relacionado ao caráter eminentemente social desta categoria em Marx. A teoria do valor em Marx vai muito além das preocupações quantitativistas de Smith e Ricardo, e vai muito além da interpretação e crítica dos teóricos do trabalho imaterial. Em última instância, o valor expressa uma relação social específica entre as pessoas: relação que pressupõe a separação do trabalhador e os meios de produção (e a propriedade privada dos mesmos), a exploração do trabalho pelo capital e o regime de trabalho assalariado.

Seguindo essa linha de raciocínio, no Capítulo II analisamos a relação de trabalho relacionada à relação de valor a partir da categoria marxiana de trabalho produtivo. Assim, explicitamos a abrangência que Marx fornece ao trabalho que produz valor: o trabalho produtivo, exposto por nós considerando os três níveis conceituais. Neste capítulo, combatemos a segunda premissa da interpretação quantitativista de Marx segundo a qual tal autor só explicaria os processos de trabalho físico-materiais e quantificáveis. A categoria trabalho produtivo refuta essa tese: para gerar valor não importa o conteúdo útil e material do resultado do trabalho, e sim a incorporação deste trabalho na capacidade de trabalho socialmente combinada que tenha como finalidade a produção de mais-valia. Gerar valor é uma potencialidade do trabalho humano a partir de determinadas relações sociais. A produção de coisas úteis às necessidades humanas só é levada a cabo no capitalismo se houver a possibilidade de realização do valor. O valor só pode existir se estiver contido em um valor de uso.¹⁶² *“Por mais, porém, que importe ao valor existir num valor de uso qualquer, lhe é igualmente indiferente em qual deles ele existe”* (MARX, 1996a, p. 320, destaques nossos). Para a produção de valor, explicita Marx, é absolutamente indiferente se a mercadoria é imaterial ou físico-material.

No último capítulo, levantamos questões que explicitam a relação entre produção capitalista e trabalho imaterial. Um desdobramento da interpretação quantitativista de Marx é limitar a abrangência de sua teoria aos processos restritos da fábrica. Apesar de a fábrica ter importância central no estabelecimento do modo capitalista de produção, a teoria marxiana

¹⁶² “Valor, abstraindo sua representação puramente simbólica no signo de valor, existe apenas num valor de uso, numa coisa. [...] Portanto, se o valor de uso se perde, perde-se também o valor.” (MARX, 1996a, p. 320).

sobre o capital é uma teoria que diz respeito, principalmente, ao capital industrial como a única forma que cria mais-valia. Mas *industrial* em Marx tem um sentido abrangente: diz respeito a qualquer ramo que opere segundo o modo de produção capitalista, o que *generaliza a relação de produção de mais-valia para além da fábrica*. Este tema aparece hoje com uma vigorosa atualidade tendo em vista os termos empregados para expressar a *interpenetração* da produção atual (Lojkin, 2002). São correntes os termos *agroindústria, serviços industriais, indústria de serviços, serviços produtivos etc.* Também em relação a este aspecto, nosso trabalho reforça a necessidade de incorporar a teoria marxiana na análise destes elementos. No Capítulo III também verificamos um exemplo de como a produção capitalista incentiva a produção imaterial, como é o caso da indústria de transportes. A produção de massas de mercadorias cada vez maiores, e a conquista de mercados cada vez mais longínquos impõe ao capital a necessidade de desenvolver a indústria de transportes, uma produção tipicamente imaterial.¹⁶³ As tendências do capital impulsionam o desenvolvimento da indústria de transportes, conforme vimos após explicitar questões transversais às categorias de tempo de rotação, tempo de circulação etc. E, ao analisar a indústria de transportes como uma produção geradora de mais-valia apesar de não gerar um resultado físico-material, Marx fornece a fórmula da indústria de transportes que foi aqui considerada também como a fórmula da produção imaterial. Esta fórmula ressalta as relações sociais por trás das mudanças de forma do valor. É mais uma prova que o valor em Marx não caracteriza coisas, muito menos meras mensurações numéricas. Como lembra Rubin o valor caracteriza “relações humanas sob as quais as coisas são produzidas” sendo “uma forma social adquirida pelas coisas, devido ao fato de as pessoas manterem determinadas relações de produção uma com as outras através de coisas” (RUBIN, 1987, p. 85). Concluimos a apreciação do último capítulo com indicações referentes ao trabalho improdutivo, que apesar de improdutivo, é necessário ao capital. Nesta seção, o trabalho da circulação de mercadorias que antes aparecia como um trabalho destituído da capacidade de gerar valor se mostra como mais um campo possível desta relação.

Longe de esgotar o tema, segundo nossa interpretação, todos estes elementos indicam a validade explicativa da teoria marxiana na análise do trabalho imaterial, mesmo nas suas feições contemporâneas. Isso só foi possível porque Marx logrou apreender a realidade concreta em seu movimento, pressupondo que o real não se encontra estático, ossificado, mas, ao contrário, opera em constante movimento. Com essa noção Marx analisou com rigor o

¹⁶³ “Não há expansão de serviços sem desenvolvimento correlativo da indústria” (LOJKINE, 2002, p. 255)

capitalismo mais avançado à sua época percebendo as leis tendenciais do capital no seu sentido mais profundo e menos perceptível. As categorias econômicas cunhadas para examinar o modo de produção capitalista, provenientes do ato “de apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado” (MARX, 1984, p. 22), ao serem moldadas por Marx, deveriam ser analiticamente válidas mediante o fluxo contínuo típico da realidade concreta analisada que, no caso mencionado, refere-se à dinâmica da sociedade capitalista. Daí a necessidade de utilização das formulações marxianas para o estudo das transformações atuais no mundo do trabalho: já parte do pressuposto de que os conceitos devem dar conta da mutabilidade do objeto, imprimindo uma ampla validade ao tema. As críticas dos teóricos do trabalho imaterial podem ser enquadradas na seguinte formulação de Coutinho:

A atitude de impugnar a atualidade da economia marxiana porque ‘o capitalismo mudou’, na verdade, faz pouco de uma obra que, por se pretender uma teoria geral do capitalismo, calcada em noções tão gerais como mercadoria, dinheiro e capital, possui um *status* supracircunstancial. Se um dos propósitos do sistema de Marx é o de explicar as mudanças econômicas, vai implícita a aptidão para descrever as transformações no capitalismo. (COUTINHO, 2000, p. 257).

Com o desígnio de concluir o presente trabalho, tendo em vista a negação vigência da teoria da mais-valia no sistema produtivo contemporâneo, pedimos permissão para tomar emprestada e modificar parte de uma expressão gramsciana que, embora fosse cunhada em outro contexto e dizendo respeito a outros fenômenos, a nosso ver, sintetiza os limites teóricos da *teoria do trabalho imaterial* no que diz respeito a não correlação entre a produção capitalista e o trabalho imaterial: é muito fácil se deixar levar pelas diferenças exteriores e não ver as semelhanças ocultas e os nexos necessários, mas camuflados.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Na frase a que nos referimos, em vez de diferenças exteriores, Gramsci indicava “semelhanças exteriores”: “Porque é muito fácil se deixar levar pelas semelhanças exteriores e não ver as semelhanças ocultas e os nexos necessários, mas camuflados.” (GRAMSCI, 2007, p. 33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Henrique. **A valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2007.

BANFI, Rodolfo. “Un Pseudo-Problema: la teoria del valor-trabajo como base de los precios de equilibrio”. In: Dobb, M et alii. **Estudios sobre El Capital.** Siglo Veintiuno, 1970.

BELLUZZO, Luiz. Prefácio à edição brasileira. In: RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Polis, 1987.

_____. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARCANHOLO, Reinaldo; TEIXEIRA, Olívio. **Sobre a leitura ricardiana de Marx.** *Ensaio* *FEE* [Online] 2008. Disponível: em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/1510>

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COCCO, Giuseppe; VILARIM, Gilvan de Oliveira. **Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo.** Liinc em Revista, v.5, n.2, setembro 2009, Rio de Janeiro, p. 173-190. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>

COLI, Juliana. **Descendência tropical de Mozart: trabalho e precarização no campo musical.** ArtCultura, Uberlândia, p. 89-102. 2008.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In.: COCCO, G.; GALVÃO, A.; SILVA, G. (org.) **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-32.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo, Boitempo: 2008.

FRITSCH, Winston. Apresentação. In.: SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Nova Cultura: 1996.

FUSFELD, Daniel. **A Era do Economista**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O ciclo da produção imaterial**. In.: Trabalho imaterial: formas e vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

_____. **O “trabalho”: um novo debate para velhas alternativas**. In.: Trabalho imaterial: formas e vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

_____. **Le concept de travail immatériel; la grande entreprise**. Paris: Future Antérieur, 1992. <Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Le-concept-de-travail-immateriel> >. Data de acesso: 15/11/2009.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial e subjetividade**. In.: Trabalho imaterial: formas e vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Glosas marginales al “Tratado de economía política” de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice. **Estudios sobre el capital**. Argentina: Siglo Veintiuno. 1977.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004b.

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 2, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 3, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c.

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008d.

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. [paginação referente à versão digital].

_____. **O capital**: crítica da economia política. livro 1, v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. [paginação referente á versão digital].

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília, 2011. Base de dados.

MEIRELLES, Dimária Silva e. **O conceito de serviço**. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2006, vol.26, n.1, pp. 119-136. ISSN 0101-3157.

MÜLLER, Marcos. Exposição e método dialético em “O Capital”. In: **Boletim Seaf** nº 2. Belo Horizonte: SEAF, 1982.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Marx beyond Marx: lessons on the Grundrisse**. Nova York: Autonomedia, Pluto Press, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Manual on Statistics of International Trade in Services**. Genebra, Nova York, Paris, Washington; 2010. Relatório.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.

QUESNAY, François. Análise do quadro econômico. In.: **Quadro econômico dos fisiocratas**. Col. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

QUESNAY, François. **Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola**. In: NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

RIEGEL, Viviane. O trabalho dentro da loja de McDonald's: regimes de visibilidade que revelam a imaterialidade da produção. In.: **Liinc em Revista**, v.6, n.1, março, 2010, Rio de Janeiro, p. 39-51 <http://www.ibict.br/liinc>.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e tributação**. São Paulo, Nova Cultural: 1996.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo, Nova Cultura: 1996.

SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TAVARES, Maria Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

TAPINOS, Georges. Prefácio. In.: SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEIXEIRA, Francisco. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 10, p. 67-93, 2000.